

# O ESTADO DE S. PAULO

# Desembargadores

# querem 23 JAN 2012

# reduzir os poderes

# do Coaf

A estratégia é questionar as leis que definem os limites do órgão rastreador de fortunas ilícitas

A Associação Nacional de Desembargadores (Andes) quer limitar os poderes do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), a unidade de inteligência do Ministério da Fazenda que persegue fortunas ilícitas. Irritados com a abertura das contas e movimentações bancárias do universo forense, desembargadores da Justiça preparam o contragolpe, revela **Fausto Macedo**. Eles miram a Lei 9.613/98 e a Lei Complementar 105/01. A primeira impõe sanções à lavagem de dinheiro e criou o Coaf; a outra, determina que o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários forneçam ao conselho "informações de movimento de valores". A Andes aponta a inconstitucionalidade de alguns artigos do conjunto de normas que definem os limites do órgão rastreador. "O que eu pretendo impugnar é a obrigatoriedade de os estabelecimentos bancários fornecerem ao Banco Central e ao Coaf dados relativos às movimentações financeiras sem que haja um motivo justificável", diz Luiz Eduardo Rabello, presidente da Andes.

# O ESTADO DE S. PAULO

**Judiciário:** Reação da toga ocorre após Conselho Nacional de Justiça tornar público relatório do órgão da Fazenda com dados das movimentações financeiras suspeitas nos tribunais; associação questiona na PGR se artigos de leis que disciplinam Coaf são constitucionais

## Alvos do CNJ, desembargadores agora 23 JAN 2012 agem para reduzir os poderes do Coaf

**Fausto Macedo**

Leis que disciplinam a ação e estabelecem o raio de alcance do poderoso Conselho de Controle de Atividades Financeira (Coaf) – unidade de inteligência financeira do Ministério da Fazenda que persegue fortunas ilícitas –, são o novo alvo da toga amotinada.

Irritados com a abertura das contas e movimentações bancárias de todo o universo forense – 206 mil magistrados, servidores e familiares –, desembargadores da Justiça preparam o contragolpe. Eles miram precisamente a Lei 9.613/98 e a Lei Complementar 105/01 – a primeira impõe sanções à lavagem de dinheiro e criou o Coaf; a outra firma que o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários, nas áreas de suas atribuições, fornecerão ao conselho “informações cadastrais e de movimento de valores”.

A estratégia que pode enfraquecer o Coaf foi desencadeada pela Associação Nacional de Desembargadores (Andes). A entidade aponta inconstitucionalidade de alguns artigos do conjunto de normas que definem os limites do órgão rastreador de malfeitos pela malha bancária.

“O que eu pretendo impugnar é a obrigatoriedade dos estabelecimentos bancários fornecerem ao Banco Central e ao Coaf dados relativos às movimentações financeiras sem que haja um motivo justificável, ou seja, um processo judicial em andamento ou um inquérito policial”, alerta Luiz Eduardo Rabello, presidente da Andes.

A tática de Rabello consiste em protocolar amanhã uma petição no gabinete do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, a quem solicita possibilidade de se arguir a inconstitucionalidade de alguns artigos da Lei 9.613 e da Lei Complementar 105. “O Ministério Público é o fiscal da lei, atua perante o STF como intérprete da Constituição.”

**Razão da briga.** No embate histórico que protagoniza para identificar fluxo financeiro incompatível ao contracheque de magistrados, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) teria obtido os dados pela via direta – ofício da corregedoria do CNJ foi acatado pelo Coaf, que fez a pesquisa pelos CPFs de cada personagem.

O centro da demanda, alegam os desembargadores, é a preser-

vação do artigo 5.º da Constituição, que trata dos direitos e garantias fundamentais – entre eles o da inviolabilidade do sigilo. “A ordem judicial só pode ocorrer na hipótese de quebra do sigilo de comunicações”, diz Rabello.

Na semana passada, sob pressão, o presidente do Coaf, Antonio Gustavo Rodrigues, foi ao Tribunal de Justiça de São Paulo e afirmou que não houve quebra de sigilo. “No relatório não consta o nome de ninguém, é uma estatística. Ele não é o fim, é um meio que serve para orientar o CNJ. Formalmente, esses números não querem dizer nada.”

**Jabuticaba.** Sobre as críticas ao Coaf, Rodrigues foi taxativo. “Há um erro em pensar que tudo o que Coaf recebe de comunicação já vira relatório. Isso (o Coaf) não é uma jabuticaba, não é uma invenção brasileira. Tem gente que fala que é coisa da ditadura, coisa do nazismo, já vi bobagens do tipo.”

O presidente da Andes, por sua vez, contra-ataca: “Ao solicitar (as informações) a corregedoria não deu uma decisão judicial, estava na esfera administrativa”.

CONTINUA

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

O corregedor (*do CNJ*) está fora da função judicante. Não está no comando de nenhum processo judicial, atua na área administrativa para fiscalização, o que configura abuso de poder", afirma.

Rabello, hoje aposentado, dedicou-se à magistratura por 50 anos. Ele sabe que tem de dar o tiro certo. "Não vou impugnar as leis por completo, nem a existência do Coaf, vamos nos ater à violação de dados bancários."

A Andes reúne 600 magistrados no topo de carreira, desembargadores estaduais, federais e do Trabalho do País inteiro. Sua finalidade precípua é a defesa dos direitos e prerrogativas dos magistrados de segundo grau.

A senha para os desembargadores ir em à forra foi dada há duas semanas pelo ministro Marco Aurélio Mello, do STF, "O Supremo tem um encontro jurisdicional marcado com o Coaf este ano", disse o ministro.

"É estarecedor. Eu não concebo que dados bancários de um cidadão sejam acessados por um órgão do Ministério da Fazenda que os repassa a outros órgãos administrativos. Como fica a reserva do Judiciário e a garantia de que a quebra do sigilo só se dá com ordem judicial?"

Segundo o desembargador, "o banco fornecer diretamente ao BCGe ao Coaf os dados das contas é inconstitucional". "A comunicação automática sem amparo em ordem judicial é ilegal. Estão violando o sigilo que a Constituição manda acatar. Criaram até um órgão que é esse Coaf para controlar sob a desculpa que é para combater a lavagem de dinheiro. Mas ficam fuçando a vida de todos nós", completa.

"A revolta é grande entre os desembargadores", afirma Rabello. "Vou até o fim nessa cruzada pela legalidade. Quem não deve não teme. Não queremos ocultar nada. Minha conta está à disposição, desde que eu autorize. É um direito personalíssimo, assegurado por cláusula pétrea."

# 23 JAN 2012

**MARCO AURÉLIO MELLO**

MINISTRO DO STF

"O Supremo tem um encontro marcado com o Coaf. Não concebo que dados bancários sejam acessados por um órgão da Fazenda e repassados"

CONTINUA

# O ESTADO DE S. PAULO

**CRONOLOGIA**

**CONTINUAÇÃO 23 JAN 2012**

## Embates e polêmicas

**2005**

Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é criado pela reforma do Judiciário com a missão de controlar a atuação administrativa e financeira do setor. Também é encarregado de fazer o controle externo contra juízes acusados de irregularidades

**Agosto de 2010**

O desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), Nelson Calandra, ataca o CNJ por tentar controlar uso de carros por juízes. Em dezembro, Calandra assume a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)

**25 de setembro de 2011**

A corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon, abre uma

crise no Judiciário ao afirmar que há neste poder um "corporativismo ideológico perigosíssimo" e "bandidos de toga"



**26 de setembro**

Em nota, o presidente do CNJ, ministro Cezar Peluso, "repudia veementemente" o que chamou de "acusações levianas" feitas por Eliana Calmon (foto)

**28 de setembro**

Para conter a crise, Peluso adia o julgamento do processo que reavalia poderes da corregedoria para investigar tribunais

**2 de janeiro de 2011**

O novo presidente do TJ-SP, desembargador Ivan Sartori, toma posse e anuncia que vai instaurar procedimento para verificar pagamentos antecipados a magistrados e o fato de 45% deles não terem apresentado suas declarações de bens. No Rio, em apoio ao CNJ, cinco magistrados abrem mão do sigilo bancário, fiscal e telefônico

**6 de janeiro**

Estado revela que dois desembargadores de São Paulo receberam, entre 2006 e 2010, R\$ 1 milhão cada por meio de pagamento antecipado e outros dois cerca de R\$ 400 mil cada

**10 de janeiro**

Jornal divulga mais um caso de pagamento antecipado, desta vez ao desembargador Roberto Vallim Bellocchi, que admitiu ter recebido mais de R\$ 500 mil em 2010 para quitar "parcial-

**30 de setembro**

A AMB recorre ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a ação da corregedoria do CNJ que iniciou investigação contra juízes e servidores do Judiciário. Para os juízes, o conselho teria extrapolado suas funções

**19 de dezembro**

O ministro Marco Aurélio Mello, do STF, limita em decisão liminar a atuação do CNJ. O conselho só pode entrar nos casos depois que os tribunais estaduais tiverem encerrado sua investigação

**20 de dezembro**

Ministro Ricardo Lewandowski aceita pedido da AMB e suspende a investigação dos TJ estaduais. A AMB indica que Eliana Calmon teria levantado, via Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), movimentações financeiras de 3.438 servidores do Judiciário



**24 de dezembro**

O presidente do STF, ministro Cezar Peluso (foto), rejeita recurso feito pelo titular da Advocacia-Geral da União (AGU), Luís Inácio Adams, para que o CNJ fosse liberado para fazer as apurações. A decisão mantém a liminar concedida no dia 19 pelo ministro Marco Aurélio Mello, proibindo o conselho de iniciar processos contra juízes antes de análise pelas corregedorias dos tribunais estaduais. O STF deve julgar as liminares contra o CNJ somente em fevereiro

mente dívida de imóvel e pendências bancárias"

**11 de janeiro**

O ministro Marco Aurélio Mello diz que o STF já recebeu 902 mandados de segurança contra atos do CNJ

**13 de janeiro**

Reportagem do Estado revela que dados do Coaf mostram que 3.426 servidores do Poder Judiciário e magistrados movimentaram, de forma suspeita em torno de R\$ 855,7 milhões de 2000 a 2010

**18 de janeiro**

Dados do relatório do Coaf sobre movimentações atípicas de magistrados revelam que 205 comunicações envolvendo alvos do CNJ foram encaminhadas à Polícia Federal e ao Ministério Público antes do pedido da Corregedoria Nacional da Justiça

**CONTINUA**

23 JAN 2012  
O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO



**Críticas.** Rodrigues (à dir.) esteve no TJ-SP na semana passada: 'Não houve quebra de sigilo'

CONTINUA

## Passivos milionários do Judiciário revelam falhas nas normas

O Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Ivan Sartori, informa que magistrados e servidores da Justiça paulista teriam créditos a receber de cerca de R\$ 3 bilhões, relativos a vantagens funcionais. O tribunal estaria disposto a pagá-los administrativamente, mas precisa de novos recursos orçamentários.

O montante da dívida é impressionante e chama atenção para um problema importante de responsabilidade fiscal. Desde a década de 1990, várias normas surgiram para evitar os passivos públicos ocultos ou imprevistos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2000, é um exemplo. Mas essas normas parecem incapazes de impedir a formação de gigantescos passivos funcionais, o que é uma falha evidente.

Como foi possível acumular uma dívida tão grande? Temos de descobrir o que está falhando. Será que o sistema remuneratório está mal estruturado e tem levado a incertezas e fragilidades na aplicação? De acordo com o noticiário, isso realmente é uma parte da questão, pois muitas vezes as remunerações são alteradas por decisões em processos contenciosos, judiciais ou administrativos.

Esse fenômeno não é razoável. É preciso aumentar o grau de certeza do sistema remuneratório dos agentes públicos. Para tanto, deve-se fazer um amplo estudo sobre as falhas estruturais atuais, para construir algo melhor. Isso leva à questão da transparência na administração, inclusive no âmbito da Justiça, especialmente quanto à remuneração.

Autoridades resistem em divulgar informações detalhadas, precisas e claras não só sobre o que se paga ao pessoal, mas também sobre o modo como são tomadas as decisões de pagamento. É uma atitude que precisa mudar radicalmente, pois a publicidade administrativa é princípio constitucional. Há também outra razão: só a transparência permite descobrir e corrigir as falhas do sistema.

O Conselho Nacional de Justiça vem trabalhando para aumentar a transparência, e tem enfrentado muitas resistências. O CNJ possui competência constitucional para editar uma regulamentação abrangente sobre o assunto, mas há associações de magistrados combatendo a atribuição normativa do Conselho.

O assunto interessa a todos os cidadãos. É preciso exigir mais transparência e, para tanto, o caminho correto é apolar o CNJ. Sem isso, as finanças da Justiça continuarão sendo uma caixa-preta.

O ESTADO DE S. PAULO

SINAIS PARTICULARES

23 JAN 2012



*Eliana Calmon, corregedora do CNJ*

23 JAN 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

## Reintegração de posse deixa 1 ferido grave, 17 presos e 6 carros queimados

Com 2 mil homens, o Batalhão de Choque da PM ocupou ontem a área de 1,3 milhão de metros quadrados em São José dos Campos

O Batalhão de Choque da Polícia Militar ocupou na manhã de ontem a área de 1,3 milhão de metros quadrados do Pinheirinho, em São José dos Campos, no interior paulista. A operação surpresa dos policiais de reintegração de posse começou às 6h, e a comunidade onde viviam 1,5 mil famílias, cerca de 6 mil moradores, foi tomada em 40 minutos. O dia teve vários confrontos.

Uma pessoa ficou ferida, seis veículos foram incendiados, entre eles um carro de reportagem da TV Vanguarda, afiliada da Rede Globo. Até as 20 horas de ontem, 17 prisões haviam sido efetuadas. A Via Dutra foi fechada às 16h30 por 30 minutos e a lentidão se estendeu entre os quilômetros 133 e 162.

De acordo com a PM, os moradores não ofereceram resistência na reintegração de posse do terreno. Os conflitos teriam ocorrido com manifestantes que não faziam parte da comunidade. O Pinheirinho ganhou repercussão nacional quando, na semana passada, moradores se armaram com porretes, escudos e caneliras de canos de PVC para resistir à reintegração. A área, ocupada desde 2004, pertence à massa falida do grupo Selecta, do empresário Naji Nahas.

Os moradores ainda dormiam quando os milhares de barracos começaram a ser desocupados.

As famílias que tinham algum abrigo na cidade eram encaminhadas para os ônibus. Quem não tinha onde ficar era levado para o centro de triagem, montado em um centro esportivo.

**Sem rumo.** Rodrigo Henrique Gonçalves, de 30 anos, foi um dos primeiros a deixar a área com a família. "Fomos pegos de surpresa, nem temos para onde ir", disse.

Jenifer Moreira, de 18 anos, grávida de cinco meses, aguardava a chegada da polícia para identificar sua casa e seguir para a triagem. Ela estava dormindo quando a PM chegou. "Foi uma gritaria. Os policiais chegaram jogando bomba e atirando spray. Fiquei com os olhos ardendo", contou.

Informações desencontradas aumentavam ainda mais a tensão dos moradores. "Disseram para ir para a triagem, mas já rodel tudo e não consigo chegar lá", reclamava o comerciante Saaid Ahmad Ali, há três anos no assentamento.

Sandra Maria Lopes, grávida de oito meses, chegou a discutir com os policiais por causa do impasse. "Já estamos no olho da rua e agora ficam com essa palhaçada", disse a dona de casa, momentos antes de ter sua passagem liberada pela PM.

"Só Deus para nos ajudar nesse momento", disse Marcos Roberto Claro, que levava cinco

crianças e a esposa em um Chevrolet com o pneu furado.

**Operação.** Durante todo o dia, dois helicópteros da PM sobrevoaram toda a área, transmitindo imagens em tempo real para o comando da PM montado em uma escola próxima.

Em coletiva, o coronel da PM de São José dos Campos, Manoel Messias, afirmou que a ação foi um sucesso e toda a área foi retomada sem enfrentamentos. Segundo ele, o "fator surpresa" foi crucial para a ação de reintegração de posse. "A última parte da retirada das pessoas deve acontecer ainda hoje (ontem)."

À tarde, um grupo de três pessoas iniciou um tumulto no centro de triagem. A Guarda Civil Municipal chegou a dar tiros para o alto e disparou balas de borracha contra a multidão.

CONTINUA

# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

## 'Houve quebra do pacto federativo', diz OAB

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante, classificou como ilegal a reintegração de posse, que foi realizada ontem apesar de ordem da Justiça Federal mandando suspender a ação.

"Há um conflito de competências e isso só pode ser solucionado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Houve quebra do pacto federativo", afirmou Cavalcanti. Ele também chamou a atenção para supostas violações de direitos humanos durante o processo de reintegração de posse realizado pela Polícia Militar.

Na manhã de ontem, uma ordem suspendendo a reintegração, assinada pelo juiz federal plantonista Samuel de Castro Barbosa Melo, foi entregue por oficiais de justiça ao assessor da presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), Rodrigo Capez. Segundo o TJ-SP, o Tribunal Regional Federal não tem competência para intervir na questão. "O ato judicial concorrente do Tribunal Regional Federal não tem qualquer efeito para esta Justiça do Estado de São Paulo, que é absolutamente independente e não tem relação com aquele outro ramo do Judiciário", escreveu o presidente do TJ-SP, Ivan Ricardo Garisio Sartori, em resposta a consulta da juíza Márcia Faria Mathey Loureiro, da 6ª Vara Cível de São José dos Campos, que havia emitido a ordem de reintegração de posse da área.

Na última terça-feira, a polícia se dirigia para fazer a reintegração de posse quando a juíza federal Roberta Monza Chiari suspendeu a ação. A liminar dada por ela foi cassada no mesmo dia pelo juiz federal Carlos Alberto Antônio Júnior, substituto da 3ª Vara Federal em São José dos Campos. No entanto, na sexta-feira, o desembargador federal Antonio Cedenho revalidou a decisão da magistrada.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse ao Estado que foi surpreendido pela ação policial, mas que teve do governador Geraldo Alckmin garantias de que "seria pacífica e segura". Cardozo afirmou que logo pela manhã, telefonou para o governador. "O Alckmin me disse que tinha de atender a decisão judicial e que a tropa era preparada". Do Secretário-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, Cardozo ouviu que "ao governo federal, só resta acompanhar".

# O ESTADO DE S. PAULO

ROBERTO ROMANO

## Visibilidade e 22 JAN 2012 poder democrático

**A**luta entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF) define uma nova e importante etapa na democratização do Estado brasileiro. Como previsível, os intocáveis do Judiciário aliam-se aos congressistas e políticos do Executivo, ampliando a campanha contra a imprensa. Novamente o erro é atribuído a quem divulga os males institucionais. A publicidade integra a doutrina e a prática do Estado moderno. Como o Brasil só com boa vontade merece o nome de plena democracia (o nome certo do nosso regime é federação oligárquica), até hoje venceram o privilégio e a impunidade. Descobertos os seus erros, os donos dos palácios desejam aplicar viselras novas no Ministério Público (MP) e na mídia.

"São proveitosos o ato justo e a obediência às leis, quando existem testemunhas da conduta. Mas se não corre o risco de ser descoberto, o indivíduo não precisa ser justo." A frase vem do sofista Antífone (século 5.<sup>o</sup> a.C.), mas serve com perfeição às nossas elites. O debate sobre a visibilidade do justo ou injusto marca o Ocidente. Platão narra a fábula de Gíges: pastor humilde, o herói descobre um anel que, se girado no dedo, o torna invisível. Ele usa tal privilégio para matar o governante, ganhando a rainha e o trono. O mito de Gíges ilustra a razão de Estado: o poderoso busca o sigilo para seus atos, mas tenta ver o que se passa nas casas das pessoas "comuns" (sobretudo nos bolsos) e nos países estrangeiros. Nasce daí a censura unida às polícias secretas, à espionagem, ao desejo de impor aos governados normas éticas jamais seguidas pelos dirigentes.

O ideal do governo que tudo enxerga, tudo ouve, tudo alcança é a base histórica das atuais políticas autoritárias. O governante acumula segredos e deseja que os súditos sejam controlados. Desse modo se estabelece a heterogeneidade entre cidadãos e dirigentes.

Na aurora dos tempos modernos, segundo um fino analista da razão absolutista, "a verdade do Estado é mentira para o súdito. Não existe mais espaço político homogêneo da verdade, o adágio é invertido: não mais *fiat veritas et pereat mundus*, mas *fiat mundus et pereat veritas*. As artes de governar acompanham e ampliam um movimento político profundo, o da ruptura radical (...) que separa o soberano dos governados. O lugar do segredo como instituição política só é inteligível no horizonte desenhado por esta ruptura (...) à medida que se constitui o poder moderno. Segredo encontra sua origem no verbo latino *secernere*, que significa separar, apartar" (Jean-Pierre Chrétien-Goni).

A democracia, surgida contra o poder absoluto, instaurou a visível responsabilidade política dos governantes. Na "accountability" os operadores de cargos públicos (do rei aos juizes) tornam os seus atos visíveis para a cidadania. Mas o século 19 trouxe a contrarrevolução napoleônica e a Santa Aliança. Some a transparência no exercício do poder. Como fruto tardio do recuo político e jurídico, surgem as ditaduras que impedem as liberdades públicas, em especial a de imprensa. Ocorre, ao mesmo tempo, uma fratura na ética democrática.

A ética correta, na democracia, não se imiscui na vida coletiva com uma tábua de valores externa aos grupos sociais. Os monopólios do Estado (força física, impostos, norma jurídica) permitem-lhe controlar os interesses particulares. Mas não raro o Estado ultrapassa os seus pró-

prios limites. As revoluções modernas ergueram barreiras contra as pretensões oficiais. Mesmo assim, na Alemanha nazista, na União Soviética (URSS), nas diversas ditaduras e até em países democráticos, o Estado arrogou-se o direito de impor valores e doutrinas sobre a ciência, as artes, a vida econômica. Como exemplos temos a eugenia contra os fracos (o caso Buck versus Bell, decidido pelo juiz Oliver Wendell Holmes) e a "genética socialista" (as teses de Trofim Denissovitch Lyssenko que arruinaram a URSS). Os dois casos mostram que o poder sem peias gera frutos malditos. A imprensa domesticada chega ao escárnio: o jornal mais mentiroso da História é o *Pravda* (que significa "a verdade", em russo).

Como harmonizar o Estado e a vida livre?

A resposta reside na democracia, no Estado de Direito, no qual a sociedade política segue leis interpretadas pelo Judiciário. O Executivo tem uma barreira nos demais Poderes. Os alvos sociais precisam ser examinados no Parlamen-

to ou nas Cortes de Justiça. Para que os interesses sejam discutidos é imperativo que eles sejam visíveis – daí a necessária regulamentação do lobby – e, por sua vez, os legisladores e juizes devem ser vigiados pelo povo soberano. Quem, no poder, se imagina acima do público ("os leigos") atrai, como dizia Immanuel Kant, a desconfiança generalizada.

**CONTINUA**

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Reabre as vias sangrentas pisadas por todos os Gíges ocidentais, poluindo a fé pública, fonte de liberdade e segurança. Na República os poderes são transparentes, o que inclui togas, fardas, batinas, capelos acadêmicos. A visibilidade absoluta só existe no Paraíso, mas o Estado sem ela é tirania. Conforme Norberto Bobbio, "todo cidadão tem o direito de ser posto à altura de formar para si mesmo uma opinião sobre as decisões tomadas em seu nome" ("o poder mascarado").

Vivemos uma inusitada crise estatal. Crise bem-vinda, pois nosso Estado apresenta os estigmas do segredo e do autoritarismo, técnicas ditatoriais que arrancaram dos cidadãos o hábito de controlar os governantes, legisladores, magistrados. Cabe à cidadania assumir a sua dignidade, pondo os que se julgam onipotentes no devido lugar. "Autoridade", na ordem democrática, significa "ser autorizado" pelo povo soberano. Mas os nossos poderosos - no Executivo, no Legislativo, no Judiciário - fingem nada saber sobre o assunto.

O requisito da emancipação política é o livre pensamento, a livre imprensa, da qual fogem os tirânicos Gíges brasileiros. Como o diabo da cruz.

FILÓSOFO, PROFESSOR DE ÉTICA E FILOSOFIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP), É AUTOR, ENTRE OUTROS LIVROS, DE 'O CALDEIRÃO DE MEDEIA' (PERSPECTIVA)

22 JAN 2012

Descobertos seus erros,  
os donos dos palácios  
desejam aplicar viseiras  
novas no MP e na mídia

# O ESTADO DE S. PAULO

GAUDÊNCIO TORQUATO

## As nossas 22 JAN 2012

### coisas atípicas

**O** caso é tão hilário quanto impactante: uma professora se inscreve no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), entrega a prova em branco e, pasmem, recebe até 4 pontos acima da nota mínima. A intenção não era desmoralizar o sistema, mas levar as questões para o cursinho. As surpresas da semana não pararam por aí. As contas do Judiciário apontam uma movimentação "atípica" de R\$ 885,7 milhões entre 2000 e 2010. A forma "atípica" apurada pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) sinaliza coisas como falta de controle e desvio de padrão. E mais: o governo federal gastou em compras sem licitação R\$ 13,7 bilhões, quase 48% do total gasto em 2011.

Por mais convincentes que sejam as respostas para explicar tais fatos, esprala-se o sentimento de que a infundável coleção de casos mirabolantes, inusitados, rocambolescos que emolduram a vida de nossas instituições é parte de um País profundamente enraizado na cultura de improvisação e descontrole. É inescapável a imagem de que ao esforço para construir uma Nação digna, séria, formal se contrapõe um sistema de pressão para deixá-la flutuando nas ondas da informalidade, dando vazão ao conceito de que aqui tudo é permitido, até o que é proibido.

Esses três casos se localizam no obscuro limite entre o Brasil formal e o Brasil informal. A queda de braço entre os dois é um exercício de paciência que se desenrola desde o ciclo colonial, quando não havia separação entre a coisa pública e o negócio privado. Da administração patrimonialista do sistema monárquico ao modelo da administração por resultados, que o País tenta implantar desde o final dos anos 1990, conquistas e avanços obedecem a fluxos e contrafluxos,

tendo como calibragem fatores como o tamanho da máquina estatal, as atribuições e funções das estruturas, a argamassa burocrática, o processo de tomada de decisões, os controles e a transparência. Infelizmente, não tem havido *continuum* na vida administrativa pública, fato que decorre de imposições de grupos de mando e ajustes ocasionais, sob o patrocínio da velha política. Traduzindo: os mandatários esbarram, em seus governos, com as pressões de partidos que lhes dão sustentação no Parlamento. A partir dessa barreira se desenha o cenário de obstáculos para a adoção de critérios racionais na administração pública. Basta olhar para as características do momento. É forçoso reconhecer que o atual ciclo se apresenta como um dos mais propícios para mudar a fisionomia carcomida do Estado brasileiro. Vejamos.

Nossa presidente, com seu perfil técnico, reúne condições melhores que as dos antecessores para implantar uma modelagem administrativa à altura dos desafios impostos pela meta de modernização do Estado. Eleita com a maior votação da História brasileira, conseguiu, ao final do primeiro ano de governo, uma avaliação popular mais alta que a de seu patrocinador, Lula. Dispõe de uma das mais largas bases de apoio político firmadas na contemporaneidade. Com essa bagagem poderia ter produzido intensa agenda reformista, abrigando, entre outras coisas: enxugamento da extensa máquina (38 ministérios), agrupamento de setores e nichos; reorientação dos mecanismos de controle para resultados; maior flexibilidade administrativa; melhoria significativa dos serviços públi-

cos; avaliação permanente de desempenho dos quadros e transparência máxima nos atos administrativos. E por que Dilma não quer decolar na pista do segundo ano de governo com uma máquina mais moderna e azetada? Ora, porque a engrenagem política a demo-

ve. Demover pode ser um termo inadequado para abrigar um perfil tão forte como o da presidente. Mas é visível seu esforço para não colocar explosivos num campo tão minado de pressões como é a Esplanada dos Ministérios.

Desponta, aqui, a inferência: o presidencialismo, mesmo o de cunho imperial, como o nosso, capaz de tornar o Parlamento refém de sua vontade, tem limites. Não pode fazer tudo. Essa é a razão por que passos mudancistas são dados em algumas áreas, mas outras permanecem estagnadas.

Há exemplos significativos de avanços, podendo-se citar os mecanismos para Declaração de Imposto de Renda, hoje mais simplificados; o sistema eletrônico de votação e apuração de resultados; os métodos de análise adotados pelo Tribunal de Contas da União; o desenvolvimento tecnológico da Petrobrás, que a levou a desempenho exemplar na prospecção e extração de petróleo; a digitalização no Judiciário, que poderá ser a alavanca da dinamização da Justiça. Ilhas de excelência técnica povoam o arquipélago nacional, como a Embraer, reconhecida internacionalmente, responsável pela pesquisa e tecnologia que revolucionam a agricultura nacional.

**A queda de braço entre o Brasil formal e o informal é um exercício de paciência**

**CONTINUA**

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Em contraponto, no meio da paisagem se distinguem polos de ineficiência, particularmente em infraestrutura, carga tributária, custo para exportação, tempo gasto na gestão de impostos, obtenção de licenças e execução de contratos. Como se justifica que, num país que precisa incentivar o emprego formal, um trabalhador custe à empresa 102% do que ganha? A redução desses freios poderia, pelas contas do FMI, dobrar o PIB *per capita* dos brasileiros, de quase US\$ 11 mil para US\$ 22 mil.

22 JAN 2012

Mais uma constatação: dispomos do aparato normativo para promover uma revolução na administração pública. Temos uma batelada de leis, a partir de um comando maior, o artigo 37 da Constituição, que estabelece os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Mas é bom lembrar Montesquieu, que dizia: "Quando vou a um país não examino se há boas leis, mas se são executadas as que há, pois há boas leis por toda parte". O barão matou a charada. Por aqui muitos atos públicos são cobertos pelo véu da privacidade, o que os torna pessoais, amorais e pouco eficientes para a comunidade.

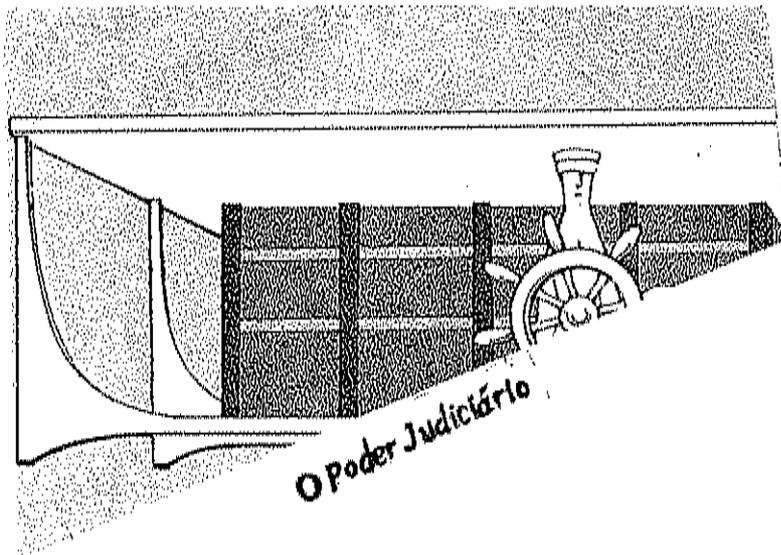
Esse é o pano de fundo que acolhe coisas atípicas como tirar boa nota sem fazer a prova.

●  
JORNALISTA, PROFESSOR  
TITULAR DA USP, É CONSULTOR  
POLÍTICO E DE COMUNICAÇÃO  
TWITTER: @GAUDTORQUATO

# 22 JAN 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

SINAIS PARTICULARES



22 JAN 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

## Justiça devolve 27 fazendas a Daniel Dantas

Juiz suspende sequestro de bens após Operação Satiagraha ter sido anulada pelo STJ, em 2011



Patrimônio. Sede da Fazenda Cedro, em Marabá, no Pará

### Fausto Macedo

A Justiça Federal levantou o sequestro de todo o complexo agropecuário - 27 fazendas e 450 mil cabeças de gado - do banqueiro Daniel Dantas. O patrimônio estava sob regime de arresto desde julho de 2009, no âmbito da Operação Satiagraha - investigação sobre supostos crimes de lavagem de dinheiro e evasão de divisas que a Polícia Federal atribuiu ao dono do Opportunity.

A Satiagraha foi declarada nula e, por consequência, todas as provas colhidas pela PF, em decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), tomada em maio de 2011.

A devolução dos pastos e do rebanho do banqueiro foi ordenada pelo juiz Douglas Camarinha Gonzales, da 6.ª Vara Criminal Federal em São Paulo. "Decisão judicial não se discute, cumpre-se", assinalou Camarinha, em alusão à ordem do STJ.

A decisão de Camarinha foi baixada nos autos do sequestro das fazendas e dos semoventes, espalhados em quatro Estados: 23 no Pará, 2 em Mato Grosso, uma em Minas e uma em São Paulo. A defesa já havia requerido, no início da vigência do arresto, sua revogação.

"Tem-se, pois, como claro o caráter de acessoriedade desse feito ao seu principal (ação penal da Satiagraha) de forma que a sorte do acessório deverá seguir a do principal", destacou o magistrado.

Ao se referir à ordem do STJ, Camarinha assinalou: "Por con-

### Defesa

**DORA CAVALCANTI**  
ADVOGADA DA SANTA BÁRBARA  
"O sequestro de bens da Santa Bárbara sempre careceu de qualquer fundamento"

sequência, na ação penal, profere despacho determinando o arquivamento dos autos em cumprimento ao determinado pela Quinta Turma do STJ. Nesse passo o presente feito deve seguir o principal. Determino o levantamento do sequestro de todos os bens imóveis e dos semoventes".

A sentença de Camarinha será enviada aos cartórios de registros de imóveis onde se situam as fazendas comunicando o desbloqueio.

**Decisão.** Os bois e vacas de Dantas haviam sido confiscados por decreto do juiz Fausto Martin De Sanctis, então titular da 6.ª Vara. Ele se amparou em relatório da PF, que dizia: "Uma das atividades em que atua a organização liderada por Dantas é na compra e venda de fazendas, gado e outros negócios agropecuários".

A principal fazenda do grupo é a Santa Bárbara Xinguara, que controla, por meio da empresa Agropecuária Santa Bárbara Xinguara, as demais propriedades. Depois do arresto, as áreas foram alvos de sucessivas invasões de sem-terra.

"O sequestro de bens da Santa Bárbara sempre careceu de qualquer fundamento", assinala a advogada Dora Cavalcanti, que atuou na defesa da agropecuária. "Ninguém da empresa foi denunciado pelo Ministério Público, nenhum executivo. Nunca se apurou nada em relação à Santa Bárbara." Dora observa que conseguiu, inicialmente, autorização para a Santa Bárbara comercializar o gado. "Isso evitou a quebra da empresa, que, no entanto, ficou submetida a todas as restrições."

"A defesa entende que nunca houve fundamento jurídico ou razão concreta para decretação desse sequestro extremamente injusto e oneroso", reprova a advogada. "Agora, com o restabelecimento da ordem jurídica, a empresa poderá de fato retomar sua atividade e contribuir para o desenvolvimento do Sul do Pará porque mantém 1,500 empregos diretos e quase 10 mil indiretos."

# O ESTADO DE S. PAULO

# Pelo menos dois

# usuários 22 JAN 2012

# de drogas são

# internados à força

# por dia no Estado

Número pode ser maior, porque nem sempre o Ministério Público – responsável pela compilação dos dados – é notificado da internação

Enquanto se discute na esfera judicial se a internação compulsória de viciados em crack é válida ou não, pelo menos 5.103 dependentes desta e de outras drogas foram internados de forma involuntária em São Paulo nos últimos oito anos. Na média, são quase dois por dia. Levantamento inédito obtido pelo 'Estado' revela que, contando outras doenças psiquiátricas, esse número pula para 32.719 casos.

A maior parte dos pacientes involuntários apresenta diagnóstico de psicose, esquizofrenia e dependência química provocada por álcool e drogas – doenças diretamente associadas, segundo especialistas, que somam mais de 20 mil casos. Na lista, há relatos de transtornos causados por crack, cocaína, heroína e maconha entre usuários de até 60 anos, incluindo adolescentes.

Os dados são do Ministério Público Estadual, que deve ser notificado quando a internação involuntária ocorre mediante aprovação da família em um prazo máximo de 72 horas. A regra vale para qualquer diagnóstico, relacionado ou não ao uso de álcool e drogas.

Apesar de polêmica, a medida é considerada legal em todo o País desde abril de 2001, a partir

da publicação da Lei 10.216, que permite que parentes de sangue optem pelo tratamento mesmo sem consentimento do paciente. A legalidade da internação, no entanto, depende da apresentação de um laudo médico, assinado por um psiquiatra.

A exigência médica – aliada à regra que proíbe que o tratamento involuntário seja solicitado por maridos e mulheres – promove, segundo representantes do Ministério Público, uma subnotificação, especialmente entre pacientes com alto poder aquisitivo, que podem pagar clínicas particulares.

Responsável pelo controle dos dados, o promotor de Justiça Mário Coimbra afirma que um número muito maior de pessoas passa ou já passou por internações contra vontade na capital e em outras cidades do Estado. "Isso ocorre porque as clínicas clandestinas que afirmam tratar dependentes químicos se proliferam no Estado. Elas não fazem a notificação obrigatória quando recebem um paciente internado de forma involuntária porque são irregulares, não têm estrutura física ou médica e, muitas vezes, nem tratamento oferecem", diz Coimbra, que coordena o Centro de Apoio Operacional (CAO) Cível e de Tutela Coletiva da Saúde Pública.

**Debate.** O promotor defende a criação de uma legislação específica que regule o trabalho dessas instituições, a fim de evitar que familiares se iludam com propagandas enganosas e pacientes sejam maltratados durante a internação. "Temos de promover uma ampla discussão sobre o tema, que determine novas condições de fiscalização. O Ministério Público não tem como atuar sozinho", afirma Coimbra.

# O ESTADO DE S. PAULO

# LUTA CONTRA

# CRACK SAI

# POR ATÉ 22 JAN 2012

# R\$ 44 MIL AO MÊS

Escolha de clínicas não é feito apenas por seus profissionais, mas pelo quanto se pode pagar – nas de alto padrão, luxo inclui de serviço de beleza a campo de golfe

**A**s opções são variadas e vendidas pela internet. No mercado das clínicas particulares, há modelos de tratamento que mais parecem um spa, com direito a bosque particular, piscina, quadra de tênis e até salão de beleza. A escolha, em muitos casos, não depende só da capacitação dos profissionais, mas de quanto se pode gastar por mês. Há quem pague até R\$ 44 mil por mês por um quarto com frigobar e cama para acompanhante.

Assim como os itens de luxo, os modelos de tratamento também diferem de um endereço para o outro e criam polêmica entre as clínicas.

As instituições comandadas por dependentes, geralmente em sítios com menor infraestrutura, são adeptas da chamada "laborterapia". Nela, o paciente ajuda até na limpeza do local.

"Ninguém faz faxina, mas cuida do seu quarto, lava a sua roupa. Isso ajuda a criar responsabilidade. E não é só isso. Aqui, o paciente tem uma rotina de atividades das 8h30 às 21 horas. Aos poucos, aceita o programa e evolui", diz Rogério Gomes, dono da Clínica Atibaia.

**Vigilância.** A instituição, com capacidade para cem pacientes, promove internações involuntárias 24 horas, ao custo médio de R\$ 1,2 mil. A mensalidade custa R\$ 3 mil. Nos próximos meses, o valor dará direito a uma espécie de "big brother" online. O dia a dia dos pacien-

tes, que já é filmado, será mostrado à família pela internet, com uma senha.

O atrativo digital é considerado superfluo entre os pacientes da Maxwell, também em Atibaia. Lá, os parentes podem se "hospedar" com o dependente. Além de piscina e salão de beleza, há salas de jogos, lanchonete e estúdio de yoga. Logo ganhará um campo de golfe.

"Aqui treinamos as pessoas para a vida. O luxo não pode ter conotação pejorativa. Oferecemos o que nossos pacientes têm lá fora. Não vou colocar ninguém para limpar o chão e fazer a cama. Temos camareiras para isso. Se punição resolvesse, os presidiários seriam santos. Nosso tratamento é médico, com acompanhamento 24 horas", diz o psiquiatra Sabino Ferreira Farias Neto, que fundou a instituição há 35 anos.

Na Maxwell, a punição é outra. Quem deixa de participar das reuniões obrigatórias, como a terapia em grupo matinal, perde regalias. Na prática, isso se traduz na proibição de ir ao salão de beleza ou de participar de saídas acompanhadas. A clínica ficou conhecida em 2000, depois que o cantor Rafaelinha engoliu uma pilha, uma caneta e três isqueiros durante sua estada no local.

**Portas abertas.** Do acesso pela Rodovia Régis Bittencourt à entrada da Clínica Monte Rey, em Jiquitiba, são 8 quilômetros de estrada de terra. No fim, um portão branco, sem cadeado. Entrar e sair da comunidade é opção do paciente, que lá não encontra luxo material, mas uma reserva natural, com bosque e represa. Pelo pacote, paga mensalidade de R\$ 1,2 mil. "Não aceitamos pacientes involuntários. Nem poderíamos, sem seguranças ou grades. Aqui é preciso aceitar o tratamento", diz o diretor Josino Cardoso Neto, que defende o modelo dos 12 passos, usado por grupos de alcoólicos anônimos (AAs).

Na comunidade, o atendimento médico só ocorre uma vez por semana, quando o psiquiatra visita os pacientes. Na última semana, mais de metade deles era usuária de crack. Índice semelhante ao encontrado pela reportagem na clínica Grand House, em Mairiporã, cujo público é formado essencialmente por jovens de classe média alta.

Em uma chácara adaptada apenas para homens, eles participam de rodas diárias de terapia, oficinas de arte e até aulas de surfe. "São pacientes exigentes, com alto índice de escolaridade e poder aquisitivo. Pagam R\$ 6 mil por mês e sabem reivindicar atendimento personalizado. É o que oferecemos, com 24 funcionários para 20 pacientes", diz Sérgio Castillo, biólogo e terapeuta.

Em comum a todas as clínicas, uma certeza: nenhum tratamento tem resultado garantido.

21 JAN 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

**Judiciário.** Resolução de junho de 2011 atendeu ao pleito de associações de magistrados e retomou o auxílio-alimentação, que havia sido cortado pela cúpula do Judiciário há sete anos; impacto milionário refere-se à exigência de pagamento retroativo da classe, desde 2004.

# Pressão dos juízes ressuscita auxílio para alimentação: conta é de R\$ 82 mi

O Tesouro vai gastar R\$ 82 milhões de uma só vez com auxílio-alimentação para juízes federais e do Trabalho. O valor é referente a um longo período, desde 2004, quando a toga perdeu o benefício que nunca deixou de ser concedido a procuradores do Ministério Público Federal e à advocacia pública.

Ainda não há previsão orçamentária para o desembolso, mas os juízes pressionam pelo recebimento do que consideram direito constitucional. Eles repudiam que o "plus" seja privilégio. Estão na fila cerca de 1,8 mil juízes federais e 2,5 mil do trabalho.

O auxílio foi cortado há sete anos por decisão da cúpula do próprio Judiciário federal. Mas, em junho de 2011, acolhendo pleito das entidades de classe dos magistrados, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Resolução 133, por meio da qual devolveu o bônus à classe.

Subscrita pelo presidente do CNJ, ministro Cezar Peluso, também presidente do Supremo Tribunal Federal, a resolução anota que "a concessão de vantagens às carreiras assemelhadas induz a patente discriminação, contrária ao preceito constitucional e ocasiona desequilíbrio entre as carreiras de Estado". Peluso, porém, votou contra o benefício no CNJ. Subscrive a resolução por presidir o órgão.

Desde a decisão do CNJ, o auxílio-alimentação voltou para o bolso dos juízes. São R\$ 710 agregados ao contracheque da toga, mensalmente. A conta final, calculada sobre sete anos acumulados, mais correções do período, chega a R\$ 82 milhões, segundo estimativa do Judiciário.

O estoque da dívida é alvo de intensa polêmica nos tribunais. A maioria dos magistrados considera justo serem contemplados com o valor total do crédito, retroativo a 2004; outros avaliam sobre a obediência ao prazo prescricional de cinco anos.

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) ingressou com ação judicial requerendo o pagamento inclusive dos atrasados. Decisão de primeiro grau acata o pedido, assegurando à classe verba relativa aos últimos cinco anos.

O governo acompanha com cautela, mas estuda contestar a decisão do CNJ, que mandou pagar o auxílio. Ao mesmo tempo, integrantes do governo entendem que a retomada do benefício aplaca a insatisfação da toga ante a ausência de reajustes que perdura há anos.

A Resolução 133 invoca decisão sobre pedido de providências junto ao CNJ, que reconheceu a "necessidade de comunicação das vantagens funcionais do Ministério Público Federal à magistratura nacional".

Ao promover a devolução da assistência aos juízes, o CNJ considerou "a necessidade de preservar a magistratura como carreira atrativa face à paridade de vencimentos". O CNJ acolheu argumento da simetria constitucional entre a magistratura e o Ministério Público.

A resolução foi embasada, ainda, em decisão liminar do STF nos autos do mandado de segurança 28.286/DF. Além do auxílio-alimentação, foram aplicadas à toga outros benefícios como ajuda de custo para serviço fora da sede de exercício, licença remunerada para curso no exterior e indenização de férias não gozadas, "por absoluta necessidade de serviço, após o acúmulo de dois períodos".

As verbas para o pagamento das prestações pecuniárias arroladas correm por conta do orçamento do Conselho da Justiça Federal, do Tribunal Superior do Trabalho e outros tribunais.

"É direito básico. Os juízes foram injustiçados por não receberem aquilo que todo servidor público recebe", assevera Renato Henry Sant'Anna, presidente da Anamatra. "Temos contingente expressivo de servidores que ganham mais que os juízes. A questão dos atrasados tem que ser resolvida em orçamento. Mas esse valor (R\$ 82 mi) está um pouco exagerado, me parece muito elevado."

# O ESTADO DES. PAULO

## CONTINUAÇÃO



21 JAN 2012

### *Conselho Nacional de Justiça*

CONSIDERANDO que a concessão de vantagens às carreiras assemelhadas induz a patente discriminação, contrária ao preceito constitucional, e ocasiona desequilíbrio entre as carreiras de Estado,

CONSIDERANDO a necessidade de preservar a magistratura como carreira atrativa face à paridade de vencimentos,

CONSIDERANDO a previsão das verbais constantes da Resolução nº 14 deste Conselho (art. 4º, I, "b", "h" e "j"),

CONSIDERANDO a missão cometida ao Conselho Nacional de Justiça de zelar pela independência do Poder Judiciário,

Ministro Cezar Peluso  
Presidente

**Aval.** Resolução do CNJ, de junho de 2011, justifica o auxílio

## 'É um direito garantido', defende magistrado

● "É um direito garantido pela Constituição e declarado pelo Conselho Nacional de Justiça em decisão muito bem fundamentada que reconheceu a simetria com o Ministério Público Federal", declarou o presidente da Associação dos Juizes Federais,

Gabriel Wedy. "Todos os servidores públicos federais, incluindo os advogados públicos e membros do Ministério Público, gozam desse direito legítimo há muitos anos. A Constituição garante a igualdade entre juizes e promotores." Sobre o pagamento do acumulado, Wedy destaca que "não tem dotação orçamentária, não tem rubrica". "Só os juizes não recebem porque a Constituição estava sendo descumprida."



**Isonomia.** Como a Anamatra, Gabriel Wedy, da Ajufe, também defende benefício que 'só os juizes não estavam recebendo'

# O ESTADO DE S. PAULO

JOSÉ RENATO NALINI

## A quem interessa? 21 JAN 2012

**O** alarde provocado pelo intenso noticiário a envolver a Justiça, nas últimas semanas, merece algumas reflexões que ainda não receberam destaque.

O pagamento antecipado de verbas salariais a alguns magistrados não é uma coisa que se possa elogiar. Na verdade, quem se autossatisfez de um montante de atrasados pensou com o egoísmo característico desta era, "Cuido dos meus interesses e cada um cuide dos seus", "quem parte e reparte e não fica com a melhor parte ou é tolo ou não tem arte", "Mateus, primeiro os teus..." seriam os provérbios aplicáveis, para o povo entender o que aconteceu.

Mas é preciso ficar claro que esse dinheiro era deles. Não pertencia ao povo nem ao governo. Não houve desfalque, maracutala, falcatura, embolso, corrupção. Quem tem direito a berrar contra isso são aqueles que não foram beneficiados. Tanto os demais juízes – a imensa maioria da Justiça – como os funcionários. Todos são igualmente credores de um Estado que arrecada muito e não tem condições, ou interesse maior, em saldar suas dívidas.

A mídia tem feito essa ressalva, é certo, mas de forma discreta. Reserva o tom espetacular para as manchetes e chamadas, como se estivesse a noticiar uma conduta que iguala o Judiciário aos demais Poderes, quando descobertos os "malfeitos" da atual República.

Há uma enorme diferença entre quem se apropria de dinheiro do povo para enriquecer e quem, por exercer uma função de mando ou ser íntimo de quem a titulariza, passa na frente dos demais para receber o que lhe é legítimo. Não é algo elogiável, porém os seus efeitos se circunscrevem a um universo restrito. Não se roubou a Nação.

O desserviço que se presta ao explorar o fato é não distinguir com exatidão as hipóteses. O Judiciário não desvia verbas que seriam destinadas a investimentos para se apropriar criminosamente delas. Não deixa os despossuídos sem saneamento, serviços de saúde, educação e moradia para embolsar dinheiro do erário. Pode não ser ainda o Poder ideal – e que o povo merece –, mas é, indiscutivelmente, o menos corrupto dentre os Poderes da República.

O perigo é que a reiteração e o tom das reportagens levem a população a acreditar que não há diferença entre quem lesa o Tesouro e quem "atropela" os colegas para reduzir seus créditos perante o devedor. Créditos legais, legítimos, sob a rubrica adequada de "alimentares", pois provenientes de diferenças salariais devidas.

O leitor mal esclarecido pode perder a confiança que ainda resta e que deveria merecer a função encarregada de solucionar conflitos. Pode ser levado a acreditar que não há diferença entre uma licitação endereçada e essa prática egoísta. Poderá concluir que já não lhe resta esperança quanto ao nível de podridão atingido pelas entranhas da Pátria.

Também é pernicioso essa deslegitimação do Judiciário no momento em que se aproxima o julgamento de algo que deve ser bem esclarecido: o episódio do "mensalão". São hipóteses muito diferentes. Há uma distância de anos-luz entre as situações. A mídia teria o dever de esclarecer ao povo que existem diferenças entre infrações éticas e crimes – embora todo crime também seja uma vulneração ética.

De tudo isso há de restar algo de positivo. A necessidade de transparência, para que as verbas devidas e disponíveis sejam acessíveis a controle democrático. A urgência de se investir na formação ética dos integrantes da magistratura, para que a solidariedade passe a imprimir os seus critérios de repartição dos

bônus de direito.

Essa prática de se valer da proximidade do poder para se beneficiar em detrimento dos demais não é recente. Nem se restringe ao Poder Judiciário. Se a mídia fizesse uma pesquisa, veria que esse procedimento parece justificar-se por inexacta compreensão do que seja a discricionariedade. Examinem-se situações análogas em outros setores. A possibilidade de escolha mediante critérios de oportunidade e conveniência não autoriza o transitório titular de um cargo a preferir saldar seus créditos em detrimento dos demais.

Outra dimensão exagerada está na questão das Declarações de Imposto de Renda sonegadas ao tribunal. Os juízes entregam-nas à Receita Federal todos os anos, como o faz qualquer contribuinte. Se algo existir de irregular, não se escapa da "malha-fina", cada vez mais eficiente.

A maioria dos magistrados faz a sua declaração no setor disso encarregado pelo próprio tribunal. É compreensível que os juízes acreditem que a entrega duplicada – tanto à Receita como ao próprio Judiciário – seja automática. Melhor seria que todas essas duplicidades desaparecessem. Não é mais racional que a Receita Federal concentre tais informações? Os casos "atípicos" mereceriam comunicação a quem de direito. É preciso convênio para isso?

Também é prejudicial a exploração de posições antagônicas entre autoridades da magistratura igualmente dignas, respeitáveis, prestigiadas e que chegaram a seus postos de forma transparente e legítima. O pluralismo é um valor acolhido na Constituição da República e incide também sobre o Judiciário, que é eminentemente plural.

**CONTINUA**

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

21 JAN 2012

Homogeneidade é própria de formigueiros. O ser humano discute, diverge, toma partido, procura convencer o interlocutor. Tudo isso é natural na função típica de julgar, em que são normais a divergência e a declaração de voto vencido.

A circunstância de divergirem não significa falta de respeito. Sustentar seus pontos de vista é prova de coragem democrática.

No mais, quando o tema chega a ser objeto de pretensão submetida a qualquer órgão do Judiciário, notadamente ao Supremo Tribunal Federal – o primeiro tribunal na hierarquia desse Poder –, cessem as discussões e se aguarde a expressão de soberania que dali advirá.

**O Judiciário pode não ser ainda o ideal, mas é o menos corrupto dos Poderes da República**

●  
DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, AUTOR, ENTRE OUTROS LIVROS, DE 'ÉTICA DA MAGISTRATURA' E 'A REBELIÃO DA TOGA', FOI PRESIDENTE DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS

# O ESTADO DE S. PAULO

## IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

### Controle da magistratura

21 JAN 2012

**A** recente crise desventurada para a sociedade entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF) – e que deverá ter solução definitiva em princípio do ano judiciário – merece reflexão exclusivamente jurídica. O primeiro aspecto a considerar é que a Emenda Constitucional n.º 45/04 não criou um controle externo da magistratura, como a grande maioria dos advogados desejava. Criou, isso sim, um controle “interno qualificado”, visto que deslocou para uma instituição em Brasília o exame dos desvios funcionais dos servidores do Judiciário, principalmente dos magistrados. Assim é que, dos 15 conselheiros, 9 são magistrados, 4 representam instituições fundamentais à judicatura (2 advogados e 2 membros do *parquet*) e apenas 2 elementos são externos (1 representante do Senado e outro da Câmara dos Deputados).

Em audiência pública, a convite do senador Bernardo Cabral, opus-me, ainda na fase de discussão do projeto original, a um controle externo, que, a meu ver, feriria o artigo 2.º da Constituição federal, segundo o qual os Poderes são *harmônicos e independentes*. Naquela audiência, de que participaram os presidentes do STF, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e um ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) – Marco Aurélio Mello, Costa Leite e Ives Gandra Filho –, expus as razões de minha posição, de resto, publicamente manifestada em palestras e artigos. O certo é que o bom senso do Congresso Nacional, do ministro Márcio Thomaz Bastos e de Sergio Renault terminou por desaguar em fórmula na qual o artigo 2.º da Constituição não saiu maculado, outorgando-se ao

CNJ competência originária, concorrente e recursal para todos os casos de desvios funcionais no Judiciário.

A inércia de grande parte das corregedorias ou dos conselhos da magistratura, que não puniam – mas tiveram suas competências preservadas (artigo 103-B, § 4.º, inciso V), cabendo, em face de suas decisões, recurso ao CNJ –, levou à criação do inciso III do § 4.º do artigo 103-B, ou seja, o direito do CNJ de conhecer *originariamente* qualquer reclamação contra servidores do Judiciário, magistrados ou serventuários, sendo essa norma, de rigor, a mais relevante da Emenda 45 e a verdadeira razão da criação do CNJ. Está o inciso III assim redigido: “receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa” (*grifos meus*).

Ora, pretender que essa competência seja apenas protocolar, ou seja, de receber reclamações e enviá-las às corregedorias ou aos conselhos de magistratura, é, à evidência, nullificar, por inteiro, a razão de ser da criação do CNJ. Tanto é coerente esta linha de raciocínio que, tão logo criado e dirigido, durante seis anos, por três presidentes do STF (Nelson Jobim, Gilmar Mendes e Ellen Gracie) e integrado por 45 conselheiros, em três mandatos, o CNJ decidiu, no exercício de sua competência originária, concorrente e recursal, dezenas de processos

contra magistrados, sem que se pusesse em questão sua linha de ação, de resto, reconhecida pela Nação como necessária para punir desvios, que existem em quaisquer instituições, e realçar o fato de ser o Judiciário, de todos os Poderes, aquele em que tais distorções menos ocorrem.

Ora, a decisão inicial do ministro Marco Aurélio Mello, a quem devoto particular admiração – é antológico o voto que proferiu na questão Raposa-Serra do Sol –, de suspender o exercício de tal competência até manifestação do plenário me parece equivocada. De início, porque desautoriza seis anos de atuação do CNJ no exercício das competências atribuídas pela Constituição; depois, porque autoriza todos os que foram punidos pela instituição a pedirem imediata reintegração nas funções exercidas e indenizações por danos morais, por terem sido condenados por órgão incompetente.

Do ponto de vista jurídico, portanto, nada obstante o indiscutível valor do ministro – participante de dois livros organizados em justa homenagem à sua atuação como magistrado –, parece-me equivocada a decisão, tanto assim que três ministros que presidiram o CNJ e 45 conselheiros, nos seis anos de sua atuação anterior, jamais detectaram qualquer vício de competência. Do ponto de vista político, a decisão poderá levar o Congresso a instituir um verdadeiro controle *externo* da magistratura, e não um controle *interno qualificado*, como atualmente. Por fim, do ponto de vista social, a decisão terminou pondo a mídia e a sociedade contra o Judiciário, gerando, de rigor, uma desconfiança no mais respeitável dos Poderes, o que não é bom para a democracia brasileira.

**CONTINUA**

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

21 JAN 2012

Tais considerações eu as faço pelas preocupações que me assaltam, nestes meus 55 anos de exercício profissional, na esperança de que o plenário da Suprema Corte, ao examinar essa decisão, ao lado das outras duas prolatadas pelos ministros Cezar Peluso e Ricardo Lewandowski – igualmente magistrados e doutrinadores de escol neste país –, reconheça aquela competência originária, exercida, *sem nenhuma contestação*, durante seis anos pelo CNJ. Só assim a injusta desfiguração do Judiciário, promovida pelos mais variados comentários diante da divergência, publicamente manifestada, entre os ministros Peluso e Eliana Calmon, poderá ser apagada. Na democracia, que tem como símbolo maior o direito de defesa – nas ditaduras ele inexistente –, cabe ao Poder Judiciário a relevantíssima função de garanti-lo. E um Judiciário forte e respeitado é a maior garantia de um Estado Democrático de Direito.

**Pretender que o CNJ  
tenha competência  
apenas protocolar  
anula sua razão de ser**

●  
PROFESSOR EMÉRITO DA  
UNIVERSIDADE MACKENZIE,  
DA ESG E DA ECEME, É AUTOR DE  
'UMA BREVE TEORIA DO PODER'

21 JAN 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

## FÓRUM DOS LEITORES

### **CRISE NO JUDICIÁRIO** **Apuração do CNJ**

Os casos envolvendo integrantes do nosso Judiciário têm aspectos que merecem ser destacados. Primeiro, por certo, a atuação de organismos como o CNJ e a posição firme da ministra corregedora, denunciando irregularidades já apuradas. Outro ponto é que finalmente se faz um trabalho que atinge um dos Poderes da República até então intocável. É preciso também evitar que a apuração seja interrompida ou abafada, mas que os acusados tenham a oportunidade de defesa e se evitem as protelações nos encaminhamentos. Por fim, não dá para considerar todo o Poder Judiciário como envolvido nas irregularidades e esta é a oportunidade de separar o joio do trigo. Sem esquecer que a OAB precisa se manifestar sobre o assunto, como representante de uma classe que lida de forma direta nessa área.

#### **URIEL VILLAS BOAS**

urielvillasboas@yahoo.com.br  
Santos

### **“Quero ver quem tem peito de enfrentar a ministra Eliana Calmon”**

**ROBERT HALLER / SÃO PAULO,**  
**SOBRE AS INVESTIGAÇÕES DO CNJ**  
robelisa1@terra.com.br

### **Nada a esconder**

Como advogado militante e ex-presidente da Associação dos Advogados de São Paulo, alvitro uma luz no horizonte diante da serenidade e da ponderação que marcam a atitude de magistrados da envergadura moral do desembargador Walter de Almeida Guilherme, cuja manifestação, no Órgão Especial do Tribunal de Justiça, revela que o Poder Judiciário bandeirante nada tem a esconder: que sejam punidos, na forma da lei, os beneficiados sem justificativa plausível pelo descalabro decorrente de desembolsos que violam o princípio da isonomia.

#### **JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI**

jretucc1@oasp.org.br  
São Paulo

### **Pagamentos**

Independentemente da legalidade, do mérito ou da moralidade dos créditos devidos a juízes, os valores milionários pagos *à vista* a alguns em detrimento de outros que os recebem parceladamente mostram a verdade inquestionável de que também no Judiciário, guardião da igualdade de tratamento para todos, há pessoas mais iguais que outras.

#### **LAZAR KRYM**

lkrym@terra.com.br  
São Paulo

21 JAN 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

## A leoa e o Leão

Enquanto briga com juízes e magistrados, o CNJ faz operação paralela em contato direto com a Receita Federal.

Meta? Apressar a liberação de bens apreendidos pela Justiça: cerca de duas milhões de unidades que, nas contas de **Eliana Calmon**, valem em torno de R\$ 2,3 bilhões. “Os galpões judiciais, por todo o País, estão abarrotados de mercadorias”, resume a corregedora baiana.

Parte da operação é o desmanche de aviões abandonados em aeroportos Brasil afora. “Isso vamos terminar em poucos meses”, promete ela.

21 JAN 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

# Fraude de servidora custa R\$ 5,5 mi ao TRT de Brasília

Encarregada da conta do tribunal, ela passou cinco anos transferindo valores da Caixa e do BB para toda a família

O Ministério Público Federal denunciou ontem à Justiça, por peculato, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, a servidora Márcia de Fátima Pereira e Silva. Ela confessou que, de 2006 a 2011, apropriou-se de pelo menos R\$ 5,5 milhões da conta do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Brasília.

Investigações da Polícia Federal revelaram que Márcia, aproveitando sua condição de funcionária responsável pela movimentação da conta do TRT, fez 95 transferências irregulares de demandas judiciais.

Conforme as investigações, Márcia fez sistemáticos depósitos em favor do marido, da mãe e do irmão, além de ter pago contas de terceiros com dinheiro público. Segundo o MP, ela era redigida e expedia ofícios falsos em que determinava as transferências às instituições financeiras.

A fraude foi descoberta em dezembro pelo próprio tribunal, quase que por acaso. Em visita de rotina à 2ª Vara trabalhista, uma advogada percebeu registros da liberação de um dinheiro que nunca chegou ao bolso do seu cliente e contactou os chefes da servidora, aos quais comunicou o fato.

Cedida pela Prefeitura de Luziânia desde 2002 ao TRT, Fátima encaminhava ofícios falsos ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica, simulando ordens judiciais e indicando contas para a transferência de valores. Só que as contas destinatárias eram dela mesma, do marido, José Ailton da Conceição, e de parentes. As investigações prosseguem e calcula-se que o total desviado pode chegar a R\$ 7 milhões.

**Causas trabalhistas.** O dinheiro era de causas trabalhistas, retido em depósitos judiciais. No início da operação, ela pegou causas intrincadas, de tramitação prolongada. Como o esquema vinha funcionando sem problemas, ela foi ganhando confiança e passou, com o tempo, a desviar recursos de causas menos problemáticas.

A investigação revelou que José Ailton participou diretamente da fraude em 39 transações. Ao figurar como procurador, perito, arrematante ou parte beneficiária dos processos nos ofícios de requisição das transferências, ele recebia o dinheiro desviado em sua conta.

A mãe da servidora agiu da mesma forma em dez ocasiões, enquanto o irmão recebeu valores desviados duas vezes.

Na defesa, os parentes alegam que o dinheiro era empréstimo da servidora. "Por integrarem núcleo familiar coeso, terem recebido valores vultosos e terem se valido dos recursos recebidos para benefício pessoal, não é crível que não tivessem conhecimento da origem ilícita", diz, no entanto, a denúncia.

O marido de Márcia recebeu cerca de R\$ 3,3 milhões em suas contas. Maria Pereira Braga, mãe da servidora, recebeu R\$ 620 mil e Maurício Pereira, irmão dela, R\$ 251 mil.

21 JAN 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

### Desembargador suspende despejo de sem-teto que ocupam o Pinheirinho

Decisão do desembargador Antonio Cedenho, da 5.<sup>a</sup> Turma do Tribunal Regional Federal da 3.<sup>a</sup> Região, suspendeu ontem a ordem de reintegração de posse da área invadida conhecida como Pinheirinho, em São José dos Campos. A área é ocupada desde 2004 por 5.500 pessoas, segundo a prefeitura. As lideranças dos sem-teto dizem que são 9 mil pessoas.

A decisão do desembargador levou em conta protocolo dos governos federal e do Estado, assumindo interesse em transformar o local em área de interesse social.

O processo será encaminhado para a Justiça federal. O terreno pertence à massa falida da empresa Selecta, do grupo Naji Nahas.

21 JAN 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

## 103 são presos por tráfico em 14 dias na cracolândia

É mais da metade do registrado em 2011; investigadores dizem ter sido orientados a focar na região e 'esquecer' outros inquéritos

Em duas semanas, o Departamento de Investigações Sobre Narcóticos (Denarc) da Polícia Civil fez na cracolândia mais da metade das prisões de traficantes contabilizadas na mesma região do centro de São Paulo em 2011. Foram 103 presos, totalizando 83 autos de flagrante e 2,883 quilos de crack apreendidos entre os dias 6 e ontem. Em todo o ano passado, foram 200 prisões em flagrante.

Entre os presos nos últimos 14 dias, porém, dezenas eram apenas usuários que vendiam pequenas quantidades de pedra para manter o próprio consumo. Nenhum ponto de tráfico ou suspeito de controlar parte da venda de crack na região foi para a cadeia. "Não importa a quantidade de droga. Depende da postura. A gente acaba pegando o pequeno também que vende para sustentar o vício", admite Edison Santi, delegado responsável pelo Setor de Inteligência do Denarc.

A mobilização do Denarc na cracolândia envolve os 360 investigadores do departamento, responsável por investigar o narcotráfico nos 645 municípios paulistas. A ordem, segundo investigadores ouvidos pelo Estado, é "esquecer" os outros inquéritos ou prisões previstos para outras regiões do Estado e na própria Grande São Paulo. Existe até uma "meta" imposta pelo comando do setor para que cada uma das dez equipes de investigadores que estão na região faça pelo menos duas prisões em flagrante por semana.

**Inteligência.** O problema da operação, ainda de acordo com relatos de policiais, é que não houve nenhum trabalho de inteligência anterior para identificar quem eram os traficantes da região. Na sexta-feira passada, dois investigadores que tentaram se infiltrar na Favela do Moinho, em Campos Elísios, ao lado da cracolândia, acabaram descobertos por marginais. Eles foram expulsos e tiveram de entrar às pressas em um carro da Força Tática da PM que estava parado na entrada da favela.

Outra dupla de policiais que tentou se misturar entre os usuários da Rua Helvétia conseguiu prender na terça-feira Desirée Mendes Pinto, de 35 anos, grávida de quatro meses. Ela era procurada havia duas semanas pela sogra e foi flagrada pelos investigadores com 54 pedras de crack. Além dos 103 presos, dos quais cinco eram menores de idade, o Denarc tem checado diariamente documentos e registros criminais de moradores da Favela do Moinho.

● **Balanço**  
**6.979**

abordagens policiais foram realizadas pela Polícia Militar desde o início da Operação Centro Legal, no dia 3

**2.250**

toneladas de lixo foram removidas da região

**Número de detidos é quase o dobro do total de internados**

● O número de prisões feitas pelas Polícias Civil e Militar, além da Guarda Civil Metropolitana, já é quase o dobro da quantidade de usuários de crack internados para tratamento. De acordo com o balanço da operação, são 195 presos ou capturados, contra 106 pessoas encaminhadas para internação.

Os números levam a Polícia Militar a comemorar. "A cracolândia está com os dias contados", afirma o coronel Wagner Rodrigues, responsável pelo policiamento na região central.

A estimativa inicial da polícia era de que havia apenas 400 pessoas na cracolândia. Porém, só entre presos e internados já há mais de 300. E as ruas das regiões da Luz, Santa Cecília e Santa Ifigênia continuam com grande concentração de pessoas consumindo crack.

O promotor Maurício Ribeiro Lopes afirma que o número foi subestimado. "Querem fechar em 400 ou 500 pessoas que precisam de ajuda, quando, na verdade, podem ser até 4 mil." Ele fez uma comparação com futebol: "É um resumo da cracolândia. Em vez de enfrentar o Barcelona, vão jogar contra o juvenil do time catalão".

21 JAN 2012

GAZETA DO POVO

# Bebê tem perna amputada em suposto erro médico

Recém-nascido foi internado com febre e diarreia em hospital de Paranaguá e voltou para casa sem um dos pés

Os gêmeos Marlon e Marcos, de seis meses de idade, nasceram praticamente idênticos, mas hoje carregam uma triste diferença: Marlon teve a perna direita amputada um mês e meio após dar entrada no Hospital Regional de Paranaguá com sintomas comuns em crianças: febre e diarreia. A família suspeita de erro médico.

A dona de casa Solange Galvão Cordeiro, de 28 anos, mãe dos gêmeos, conta que se arrependeu amargamente por ter feito o correto, ter levado o filho ao hospital. "Ele entrou no hospital com diarreia e saiu sem uma parte do corpo. Não sei como vou explicar isso para ele no futuro", diz.

Depois de passar pelo posto de saúde do bairro Baduca e ser encaminhada ao hospital no dia 11 de setembro, a mãe voltou para casa com a informação de que a febre poderia ter sido causada por uma virose e que logo o filho ficaria bem.

Sem melhora aparente do bebê, a mãe voltou ao hospital na tarde do dia seguinte. "Levei em outro médico plantonista e ele percebeu que o Marlon não estava nada bem", relata.

De acordo com informações da Secretaria Estadual da Saúde (Sesa), o paciente deu entrada no hospital com quadro de desidratação grave, com risco de morte. A criança precisava receber medicação, mas como os enfermeiros não conseguiram encontrar um acesso venoso, foi realizada pulsão intraóssea na perna direita da criança. Esse procedimento consiste na aplicação de medicação diretamente no osso do paciente.

A médica intensivista Maria Cristina da Silveira, do Hospital Pequeno Príncipe, explica que o acesso intraósseo não é rotineiro, mas é indicado em casos de urgência e emergência quando não se consegue localizar uma veia periférica no paciente, como na região dos braços ou das mãos, por exemplo. "Não é um acesso para longa duração. Geralmente é utilizado até se encontrar outros acessos venosos. Encontrados esses acessos o procedimento intraósseo deve ser retirado imediatamente", explica.

## Prontuário

De acordo com o diretor técnico do Hospital Regional de Paranaguá, André Luiz Balliana, quando o acesso venoso foi encontrado, o acesso intraósseo foi logo retirado. No entanto,

essa informação difere da registrada no prontuário médico do hospital, que mostra que o acesso venoso foi encontrado na região da cabeça de Marlon às 18 horas do dia 12 de setembro, duas horas depois do procedimento intraósseo. De acordo com o documento, o acesso intraósseo foi retirado apenas no dia seguinte às 14h30, após a detecção de um edema e cianose (coloração azul arroxeada da pele) no pé direito, que começava a se estender para a perna.

Os médicos do hospital também afirmam que o acesso venoso realizado às 18 horas não teve sucesso, sendo retirado 15 minutos depois. Entretanto, no prontuário consta que no dia seguinte foi realizada uma flebotomia para se conseguir acesso venoso no braço esquerdo do bebê, para substituir o acesso da cabeça.

"Os médicos deixaram meu filho quase 24 horas com dois acessos, o na cabeça e o na perninha. Esqueceram de tirar o acesso intraósseo. Acredito que meu filho recebeu excesso de medicamento porque depois deste fato, o Marlon teve uma parada respiratória", reclama a mãe. "Além da duplicidade de agulhas, após retirarem o acesso intraósseo da perna do meu filho, percebi que havia uma lesão no local", completa.

**CONTINUA**

## Procedimento preservou a vida de Marlon

Após constatada a gravidade do caso de Marlon, a criança foi encaminhada de Paranaguá para o Hospital Pequeno Príncipe (HPP), em Curitiba, com o quadro de insuficiência renal aguda e acidose metabólica, segundo informações da Sesa.

O médico José Evando de Aguiar Gols, do Departamento de Ortopedia Infantil do HPP, conta que além do quadro de insuficiência renal, o paciente deu entrada no hospital com uma lesão grave na perna direita. "Fizemos de tudo para preservar a perna da criança. Mas, quando percebemos que o quadro poderia evoluir para uma infecção generalizada, decidimos amputar o membro inferior do menino para salvar a vida dele", disse o médico.

O Ministério Público da Saúde em Paranaguá foi acionado pela família e está investigando o caso. De acordo com informações do órgão, deve ser instaurado um procedimento administrativo e criminal com o objetivo de apurar eventual responsabilidade dos envolvidos e a Promotoria promete tomar as providências cabíveis para que o caso seja devidamente apurado.

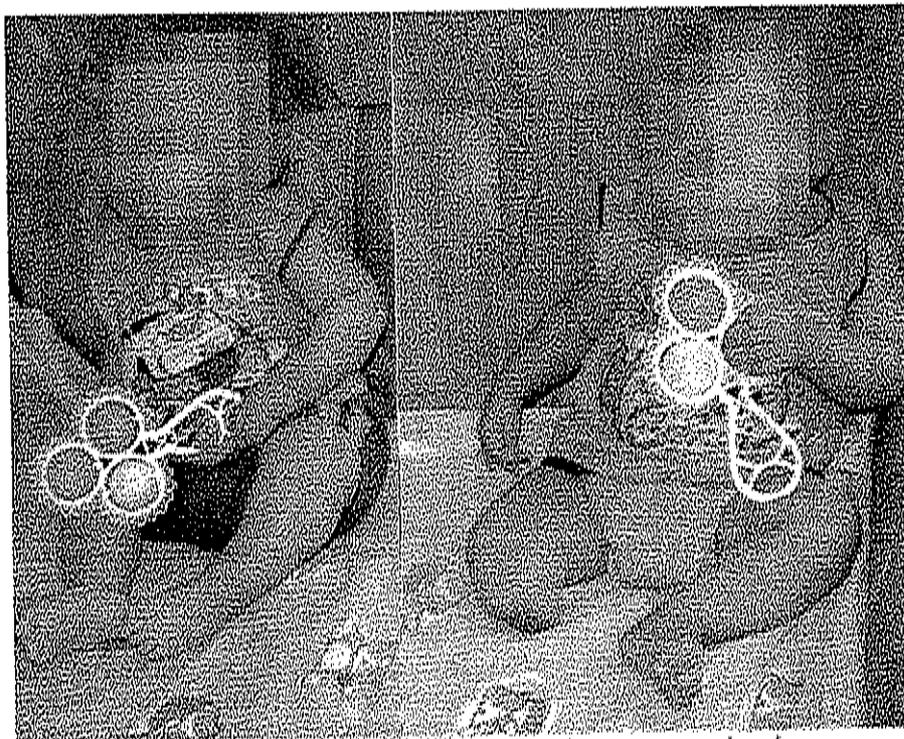
### Reincidência

O deputado estadual e presidente da Comissão Permanente da Saúde da Assembleia Legislativa do Paraná, Leonaldo Paranhos relatou na CPI do SUS, no início de dezembro, um caso semelhante ocorrido também no Hospital Regional de Paranaguá. "É inadmissível um hospital deste porte cometer o mesmo erro. Há seis meses, o menino Túlio Guimarães sofreu uma fratura exposta e seu braço foi apenas engessado. Dois dias depois, com muita dor, ele voltou ao hospital e quando o gesso foi retirado, o braço já estava necrosado", afirma Paranhos. A comissão entrou em contato com a família e está tomando as medidas legais.

21 JAN 2012

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO



Os gêmeos Marcos (esq) e Marlon: bebê teve perna amputada após a mãe, Solange (abaixo) levá-lo ao hospital.

**"[O procedimento intraósseo] não é um acesso para longa duração. Geralmente é utilizado até se encontrar outros acessos venosos. Encontrados esses acessos o procedimento deve ser retirado imediatamente."**

Maria Cristina da Silveira, médica do Hospital Pequeno Príncipe.

**"Ele entrou no hospital com diarreia e saiu sem uma parte do corpo. Não sei como vou explicar isso para ele no futuro."**

Solange Galdino Cordeiro, mãe do bebê.



21 JAN 2012

GAZETA DO POVO  
CURITIBA

200 mil

### IMPEDIMENTOS

O eleitor com o título cancelado sofre algumas consequências. Veja quais são elas:

É impedido de tirar passaporte e CPF.

É proibido de participar em concursos públicos.

Mesmo se tiver sido aprovado em concursos, fica impedido de assumir o cargo.

Não pode obter empréstimo em bancos oficiais.

# eleitores têm título cancelado pelo TRE

Recadastramento terminou ontem.

Justiça Eleitoral deve divulgar na segunda como os eleitores que perderam o prazo podem regularizar

documento

Cerca de 200 mil curitibanos não fizeram o recadastramento do título de eleitor até o prazo final, que expirou ontem. Em um universo de 1,25 milhão de eleitores, cerca de 16% não passaram pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE) e tiveram seus títulos cancelados. Contudo, o órgão atingiu a meta de 80% para a realização das eleições por meio do sistema biométrico (digital). Na segunda-feira, o TRE vai informar o procedimento a que os eleitores terão que se submeter para regularizar o documento. A instituição fecha até terça-feira e os atendimentos voltam a ocorrer na quarta.

Outros estados que já concluíram o cadastramento biométrico, caso de Sergipe, optaram por autorizar a regularização do título de eleitor sem a cobrança da multa eleitoral de R\$ 3,51. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) afirma que os estados têm autonomia para definir o trâmite que será adotado para o recadastramento e se haverá a cobrança da taxa. Para quem pretende votar neste ano, o prazo final para se regularizar com a Justiça Eleitoral, fazer o primeiro título de eleitor ou transferir o local de voto acaba em 9 de maio.

### Filas

O último dia de recadastramento teve espera próxima de 6 horas pela manhã e, ao contrário do esperado, tranquilidade no fim da tarde. Ao longo do dia, a fila de eleitores chegava quase à Linha Verde, num total de 2,5 quilômetros. No fim da tarde, a demora para fazer o recadastramento ficou próxima de 2 horas mas, no momento de fechamento dos portões, às 18h35, todos os eleitores já estavam dentro do TRE — não houve distribuição de senhas. Quem desistiu

durante a manhã, acabou tendo sorte. "Eu passei por aqui, vi o tamanho da fila e desisti. Quando vim à tarde, achei que estaria ainda mais movimentado", afirmou o montador Marcos Marcelo Gonçalves, de 27 anos.

Mesmo com a tolerância de cinco minutos, houve quem perdesse o prazo. "Pensei que fechava às 19h30. Não vim antes por causa do trabalho", disse Paulo Ricardo de Melo, de 21 anos. Algumas pessoas tentaram entrar no órgão após o fechamento dos portões, mas foram contidas por policiais e funcionários do órgão. Não houve confusão. Durante o dia de ontem, foram atendidas 12.140 pessoas.

Considerada pequena no fechamento, a fila surpreendeu até mesmo os funcionários contratados pelo TRE. "O programado era colocar o pessoal mais para trás, no pátio", contou a recepcionista Ana Bernardi. "A fila está grande, mas menor do que esperávamos. O atendimento está sendo rápido, porque as pessoas estão sendo encaminhadas diretamente ao guichê", disse. "Fiquei duas horas na fila, mas foi mais rápido do que esperava. Vim no último dia por relaxo", afirmou o jardineiro Dalto Luiz Lopes, de 25 anos.

Apesar de a fila estar menor do que a encontrada normalmente nesta semana, havia reclamação. "Cadê a logística disso. Por que não descentralizaram o atendimento? Isso é um circo e nós somos os palhaços", criticou o educador social Kilder Ribeiro, de 38 anos. Já os atendentes do TRE foram elogiados. "Cheguei às 15h30 e peguei fila na Marechal Floriano. Tinha agendado pela internet e me esqueci de vir. Mas o atendimento está muito bom. Os funcionários são bem treinados e pacientes, apesar de cansados", afirmou a nutricionista Edna Joceli Messa, de 46 anos.

21 JAN 2012

## GAZETA DO POVO

CASOTIGRE

# Policiais são soltos após quase um mês

Os três investigadores do grupo Tático Integrado de Grupos de Repressão Especial (Tigre) acusados pela morte de um sargento da Brigada Militar do Rio Grande do Sul foram soltos na madrugada de ontem. Eles responderão ao processo em liberdade, de acordo com a Secretaria da Segurança Pública do Paraná. Os policiais se envolveram em um confronto armado com o sargento Ariel da Silva no dia 21 de dezembro, em Gravataí. Eles estavam na cidade para tentar libertar dois agricultores paranaenses que haviam sido sequestrados.

As investigações da polícia gaúcha revelaram que o confronto ocorreu após uma tentativa de abordagem. Silva estava à paisana, em uma moto descaracterizada e alcoolizado. Ele teria tentado interpelar os agentes do Tigre já com arma

em punho e sem se identificar como policial.

### Reação natural

O delegado-chefe do Tigre, Renato Bastos Figueiroa, que se manifestou pela primeira vez sobre o caso ontem, disse que a reação dos investigadores foi natural. "O grupo Tigre está com a consciência tranquila de ter agido de acordo com o que as circunstâncias exigiram. Tanto eu como outra equipe teria agido da mesma forma", diz.

O delegado também questionou o argumento de autoridades gaúchas que alegaram que a ação dos paranaenses no estado era clandestina. De acordo com Figueiroa, eles tinham ordem de serviço, estavam em uma viatura oficial e utilizaram armas oficiais.

Ele ainda destacou o fato de

o Código de Processo Penal permitir que os policiais civis ingressem em outro estado para realizar uma operação e se apresentem à autoridade local após a diligência e garante que o Tigre, além de outras policiais de outros estados, sempre atuaram assim. "O fato que ocorreu ali [morte do sargento] foi uma fatalidade. Se eles me provassem que essa não comunicação mudaria os fatos, que o aviso chegaria a um policial de folga, eu teria que pedir desculpa e com certeza me retrataria", afirma Figueiroa.

O delegado disse que o Tigre lamenta profundamente a morte do policial gaúcho, mas avalia que a abordagem do sargento foi irresponsável. Após deixarem a prisão, os três vão sair de férias e retomam as atividades normais no grupo na volta.

## NOTA POLITICA

### Fraude milionária

O Ministério Público Federal no Distrito Federal denunciou à Justiça Márcia de Fátima Pereira e Silva, servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 10.ª região, em Brasília. Ela confessou ter desviado pelo menos R\$ 5,5 milhões de contas judiciais somente em 2011. Também foram denunciados o marido, a mãe e o irmão da servidora, envolvidos no esquema. Todos irão responder pelo crime de peculato, que prevê até 12 anos de prisão, além de multa.

# GAZETA DO POVO

REGINALDO DE SOUZA SILVA

## A realidade 21 JAN 2012 do trabalho infantil

**Precisamos humanizar os direitos, garantir o direito positivo, educação e saúde de qualidade para todos, antes de existir a violação**

**É** fácil entender e compreender por que um país que caminha para ser a quinta economia mundial convive e sobrevive com a exploração do trabalho de crianças e adolescentes, que abandonadas a própria sorte atuam nos lixões, nas feiras, na construção civil, na agricultura, no trabalho doméstico, no tráfico, no trânsito, nas barracas, olarias, no sexo e no roubo.

Há outros com o aval de juízes e promotores de Justiça de todo o país, que concederam, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais/MTE), entre 2005 e 2010, 33.173 mil autorizações de trabalho para menores de 16 anos, contrariando as Convenções Internacionais 138 e 182, de que o país é signatário; a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad) de 2009, 4,2 milhões de crianças e adolescentes brasileiros estão em situação de trabalho no Brasil.

Contrário aos discursos oficiais de garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes, aos princípios e bandeiras do Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil (12 de junho), dos bons desempenhos da economia nacional nas últimas décadas, os despachos judiciais autorizando o trabalho infantil aumentaram vertiginosamente em todos os estados brasileiros. São Paulo concedeu 11.295 mil autorizações e Minas, 3.345 mil. Entre os absurdos e ilegalidade regularizada pela interpretação pessoal dos magistrados, está a quantidade de autorizações envolvendo crianças e adolescentes: 131 para as de 10 anos; 350 para as de 11 anos, 563 para as de 12 e 676 para as de 13 anos.

As decisões autorizavam trabalhos no comércio ou na prestação de serviços, em atividades agropecuárias, fabricação de fertilizantes (onde há contato com agrotóxicos), construção civil,

oficinas mecânicas e pavimentação de ruas, entre outras.

A maior parte das autorizações é concedida com a justificativa de que os jovens, na maioria das vezes de famílias carentes, precisam trabalhar para ajudar os pais a se manter. Valorizar o trabalho como princípio educativo em que a criança e o adolescente ajudam o pai e a mãe em casa, participam de alguns afazeres domésticos, aprendem a importância do trabalho é fundamental, mas, em nenhuma hipótese, poderá prejudicar o tempo a ser dedicado aos estudos, ao lazer, ao desenvolvimento social ou comprometer a sua saúde.

O aumento da evasão escolar só agrava a situação. Na Bahia, em um ano, cerca de 15 mil crianças e adolescentes passaram a trabalhar, reforçando dados que apontam que a incidência de trabalho infantil contribui para a renda menor na idade adulta.

Exploração sexual não é trabalho, é problema social de sobrevivência, ilícito, real, cruel, imoral. Existe porque há tolerância. A exploração do trabalho infantil está relacionada a estigmas como a cor, a etnia, orientação sexual, classe social, escolaridade etc.

Precisamos humanizar os direitos, garantir o direito positivo, educação e saúde de qualidade para todos, antes de existir a violação, pois criar leis que criminalizam é mais fácil. Peço aos senhores juízes, promotores, governadores e prefeitos que não sejam apenas legalistas, que observem — há pessoas por detrás das leis e dos fatos.

Convido a todos a refletir — o que temos de mais grave em nosso município? Qual a nossa realidade (diagnóstico)? Quais as prioridades de enfrentamento? A busca da solução está na mobilização social, no trabalho em rede, no reconhecimento da incompletude institucional. Em 2013 o Brasil será a sede da 3.<sup>a</sup> Conferência Mundial sobre o Trabalho Infantil, o que iremos apresentar ao mundo?

**Reginaldo de Souza Silva**, doutor em Educação Brasileira, é professor e coordenador do Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb).

# GAZETA DO POVO

JOSE ALEXANDRE SARAIVA 21 JAN 2012

## Estado sem limites

O fisco dos estados ousa violar até mesmo a autonomia dos municípios, a pretexto de atingir objetivos de suas políticas tributárias

**N**em sempre os abusos cometidos pelo Estado-tributante limitam-se aos costumesiros confiscos perpetrados contra os súditos, como acaba de acontecer aqui no Paraná com as novas e exorbitantes taxas do Detran, que vão custear serviços públicos distintos. Temos exemplos em que o fisco dos estados ousa violar até mesmo a autonomia dos municípios, a pretexto de atingir objetivos de suas políticas tributárias.

Em casual e rápida passagem de olhos sobre decisões dos tribunais relacionados com benefícios fiscais concedidos pelos estados, deparei com interessante e rara jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, estabelecendo freios incisivos nas investidas dos estados em detrimento das finanças municipais.

Nessas decisões, a Suprema Corte do país proclama, categoricamente, que o estado-membro, nos casos de ICMS, só pode conceder benefícios fiscais nos limites de sua parte, ou seja, 75% do referido tributo. Não pode dispor dos 25% que constitucionalmente pertencem aos municípios. O assunto reveste-se de grande interesse jurídico, uma vez que rotineiramente os estados concedem benefícios do ICMS na sua totalidade.

Na ementa de um desses julgamentos, em que foi relator o ministro Joaquim Barbosa, prestigiou-se precedente do Plenário da Corte, que entendeu inconstitucional a posterioração do repasse aos municí-

pios da parte que lhes cabia no produto arrecadado com o ICMS. O precedente referido diz respeito à decisão lavrada no RE 572.762. Com relatoria do ministro Ricardo Lewandowski, a ementa desse acórdão afirma, em síntese, que a parcela do imposto estadual sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, a que se refere o art. 158, IV, da Carta Magna pertence de pleno direito aos municípios. O repasse da quota devida aos municípios não pode sujeitar-se à condição prevista em programa de benefício fiscal de âmbito estadual. Tal limitação configura indevida interferência do Estado no sistema constitucional de repartição de receitas tributárias.

Em outra decisão (igualmente baseada no precedente do RE 572.762), em que foi relator o ministro Celso de Mello, parte da ementa do acórdão assim encontra-se redigida: "Concessão, pelo estado, de incentivos fiscais e creditícios, com recursos oriundos da arrecadação do ICMS — pretensão do município ao repasse integral da parcela de 25%, sem as retenções pertinentes aos financiamentos do Prodec — controvérsia em torno da definição da locução constitucional "produto da arrecadação" (cf, art. 158, iv) — pretendida distinção, que faz o estado de Santa Catarina, para efeito da repartição constitucional do ICMS, entre arrecadação (conceito contábil) e produto da arrecadação (conceito financeiro) — parcela de receita tributária (25%) que pertence, por direito próprio, ao município — conseqüente inconstitucionalidade da retenção determinada

por legislação estadual (RE 572.762/SC, pleno) — direito do município ao repasse integral".

Como se vê, a fúria de arrecadar ou, no caso específico, a criação açodada de certas políticas fiscais casuísticas não raro causa conflitos não só diante dos direitos e garantias constitucionais assegurados a todas as pessoas em geral. Infelizmente, transpõe as barreiras do imaginável, culminando com batalhas jurídicas entre os próprios entes tributantes. Autêntica briga de titãs.

22 JAN 2012

**GAZETA DO POVO**  
**DINHEIRO PÚBLICO TRIBUNAL DE CONTAS VÊ INDÍCIOS**  
**DE FRAUDE EM REEMBOLSO DE VIAGENS**

# FARRA DAS DIÁRIAS ENGORDA SALÁRIO DE VEREADORES

■ A análise de informações oficiais sobre gastos das 399 câmaras municipais do Paraná revela indícios de irregularidades no pagamento de diárias de viagens. Em algumas cidades, a despesa mensal com transporte, hospedagem e alimentação de vereadores e servidores quase se equivale ao pagamento da folha salarial, mostra levantamento do repórter **Carlos Ohara**. Há suspeita de que parlamentares estejam usando as diárias para aumentar os próprios vencimentos. Nas quatro câmaras campeãs de gastos – Quatro Barras, Guaratuba, São Miguel do Iguaçu e Matinhos –, o pagamento de viagens obedece a uma regularidade suspeita: quase sempre os depósitos têm o mesmo valor. Técnicos do Tribunal de Contas do Paraná (TC) suspeitam que vereadores usem servidores "laranjas" para embolsar o valor das diárias, mas afirmam não ter estrutura para fiscalizar. Os presidentes das câmaras negam a fraude.

**R\$ 12,5 mil**

Foi o valor gasto pelas 399 câmaras municipais do estado com diárias de viagem nos primeiros oito meses de 2011.

**R\$ 3,5 mil**

Foi quanto 24 das 399 câmaras municipais – na maior parte de cidades de pequeno e médio porte – gastaram com viagens no período. O montante dá uma média de R\$ 145 mil por câmara.

CONTINUA

22 JAN 2012

GAZETA DO POVO

# A farra das diárias

Gastos de câmaras do Paraná com viagens quase se equivalem às despesas com salários. E há indícios de que a verba é usada para aumentar os vencimentos dos vereadores

O pagamento de diárias de viagem em diversas câmaras municipais do Paraná está se transformando num imenso ralo no qual escoam o dinheiro público. Durante um mês, a reportagem da Gazeta do Povo se debruçou sobre informações oficiais dos gastos de todas as câmaras do estado. Descobriu que há preferência por viagens a cidades turísticas. Que existem municípios em que os parlamentares viajam todos os meses. Que o gasto com as diárias quase se equivale ao pagamento da folha salarial. E pior: encontrou indícios de que vereadores e funcionários de legislativos municipais podem estar usando as diárias como subterfúgio para aumentar os próprios vencimentos.

Técnicos do Tribunal de Contas do Paraná (TC), órgão responsável por fiscalizar as câmaras, suspeitam da fraude. Mas dizem que é difícil comprová-la com a estrutura de que dispõem. E sugerem que o caso deveria ser investigado pela polícia ou pelo Ministério Público (MP). As diárias, em tese, servem apenas para custear a hospedagem e a alimentação.

## Despesa milionária

Segundo dados que constam do Sistema de Informações Municipais do Tribunal de Contas do Paraná (TC), somente nos primeiros oito meses de 2011, as despesas das 399 câmaras do estado com o pagamento de diárias chegaram a R\$ 12,5 milhões.

Chama a atenção um grupo de 24 legislativos municipais — na maior parte de cidades de pequeno e médio porte (veja infográfico) — que gastaram juntos R\$ 3,5 milhões com despesas de viagem de vereadores e servidores. O montante dá uma média de R\$ 145 mil por câmara. Apenas para comparar: no mesmo período, o Legislativo de Curitiba, que tem o maior número de vereadores no estado (38), gastou R\$ 52 mil para custear viagens oficiais.

Isso não significa que haja irregularidades. Apenas que as despesas com viagens são elevadas. Mas nas quatro câmaras campeãs de gastos — as de Quatro Barras, Guaratuba, São Miguel do Iguaçu e Matinhos — o pagamento de diárias obedece a uma regularidade suspeita: quase sempre os depósitos têm o mesmo valor, ainda que sejam pagas para um ou mais dias de viagens. Técnicos do TC, que pediram para não ter os nomes revelados, confirmam que isso é indício de incorporação dos valores das diárias nos salários dos vereadores e servidores.

Além disso, as viagens dos vereadores das quatro cidades também obedece normalmente a um roteiro comum: Curitiba (a capital do estado, onde podem simplesmente estar em busca de recursos) e cidades turísticas de Santa Catarina, onde costumam se matricular em cursos ou em eventos.

## Viagens rotineiras

O caso de Matinhos, no Litoral do estado, é emblemático. De janeiro a agosto do ano passado, a Câmara gastou R\$ 203 mil em diárias. O valor é muito elevado. No mesmo período, a prefeitura da cidade teve um gasto de R\$ 135 mil, segundo o TC. E a estrutura do Executivo é muito maior.

Num período mais extenso, entre janeiro de 2009 e agosto de 2011, vereadores e funcionários da Câmara de Matinhos receberam pagamentos por 352 viagens, num total de R\$ 492 mil. Apenas uma vez foi pago só uma diária no valor de R\$ 350. As outras 351 viagens tiveram sempre o mesmo valor de ressarcimento — R\$ 1,4 mil, referente a quatro dias — não importando o destino ou o curso que seria realizado.

Na prestação de contas enviada ao TC, todos os meses funcionários e vereadores informam ter recebido o adicional de R\$ 1,4 mil em seus vencimentos. A prática se tornou tão rotineira que os valores passaram a ser lançados no Sistema de Informações Municipais do TC como parte integrante do salário dos vereadores.

No campo destinado à remuneração recebida pelo cargo, os administradores da Câmara de Matinhos declararam o valor de R\$ 5,1 mil como salário. A informação está errada. O salário dos vereadores é de R\$ 3,7 mil. A matemática para se chegar ao valor de R\$ 5,1 mil é explicada com a incorporação mensal das diárias de R\$ 1,4 mil.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

22 JAN 2012

Os vereadores de Guaratuba, também no Litoral, igualmente viajam todos os meses e são ressarcidos por isso. Em setembro do ano passado, eles inclusive tiveram de fazer um remanejamento de verbas do orçamento destinadas ao Legislativo para poder custear as diárias. De janeiro a outubro de 2011, os gastos com viagens em Guaratuba foram de R\$ 261 mil. O valor representa 70,11% dos salários pagos aos vereadores no mesmo período.

Em Quatro Barras, na Grande Curitiba, as viagens também são mensais. Os valores das diárias variam de R\$ 2,4 mil a R\$ 3,2 mil por mês a cada vereador. De janeiro a outubro do ano passado, o pagamento de diárias em Quatro Barras consumiu R\$ 267,7 mil – o equivalente a 80% do montante dos salários pagos aos parlamentares. Os nove membros do Legislativo recebem por mês R\$ 3.715.

A situação é parecida em São Miguel do Iguçu, no Oeste paranaense. Os vereadores da cidade costumam receber mensalmente diárias. Juntos, eles gastaram R\$ 225 mil em viagens de janeiro a agosto de 2011. Nesse período, o pagamento de diárias representou 84,4% do total que é gasto com o salário dos parlamentares. Os nove vereadores de São Miguel recebem R\$ 3,7 mil de salário.

**R\$12,5 milhões**

foi o gasto de todas as 399 câmaras do Paraná nos primeiros oito meses de 2011 com diárias de viagens. Um grupo de 24 Legislativos concentrou as despesas. Foram R\$ 3,5 milhões.

## CAMPEÃS DE VIAGENS

Confira quais são as câmaras municipais paranaenses que mais gastaram com diárias de viagem entre janeiro e agosto do ano passado. Todas tiveram despesas acima de R\$ 100 mil no período.

Cidade	Valor pago em diárias (R\$)	População	Custo das diárias por habitante (R\$)
Quatro Barras	268 mil	19.851	13,49
Guaratuba	261 mil	32.095	8,13
S. Miguel do Iguçu	225 mil	25.769	8,73
Matinhos	203 mil	29.428	6,91
Céu Azul	173 mil	11.032	15,68
Cafelândia	167 mil	14.662	11,41
Guaira	149 mil	30.704	4,85
Sarandi	143 mil	82.847	1,73
Mal. Cândido Rondon	140 mil	46.819	2,99
Ortigueira	136 mil	23.38	5,82
Pinhão	133 mil	30.208	4,40
Luziana	129 mil	7.315	17,57
Sengés	129 mil	18.414	7,03
Medianeira	128 mil	41.817	3,07
Vitorino	124 mil	6.513	18,97
Imbituva	122 mil	28.455	4,28
Turvo	121 mil	13.811	8,74
Araucária	119 mil	119.123	1,00
União da Vitória	116 mil	52.735	2,19
Terra Roxa	114 mil	16.759	6,80
Umuarama	110 mil	100.676	1,09
Santa Helena	109 mil	23.413	4,67
Antonina	105 mil	18.891	5,54
Cidade Gaúcha	104 mil	11.062	9,40

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

22 JAN 2012

MATINHOS

## Vereador admite que fica com verba destinada a hospedagem

O vereador de Matinhos Durval Romualdo admite que embolsa o valor das diárias de viagem mesmo que não tenha pernolteado na cidade para a qual teve a viagem custeada pela Câmara Municipal. Em entrevista à **Gazeta do Povo**, ele afirmou que viaja a Curitiba com frequência para fazer cursos. E que não costuma usar a diária para pagar hospedagem, como seria de se esperar. "Às vezes eu vou lá [a Curitiba para] participar [do curso], aproveito para resolver problemas particulares e volto para cá [Matinhos]." A cidade litorânea está distante apenas 115 quilômetros da capital.

O Tribunal de Contas do Paraná (TC) recomenda que as diárias que não envolvam pernolte sejam liberadas no valor de apenas 25% do

total. Mas o presidente da Câmara de Matinhos, Sandro Moacir Braga, tem outro entendimento: "Nossa Lei Orgânica não exige o pernolte; o vereador gasta [o valor] onde quiser".

O vereador Romualdo disse ainda que costuma receber as diárias de R\$ 1,4 mil todos os meses, com exceção de janeiro. "Eu e meu grupo [de vereadores] preferimos ir para Curitiba. Há outros que vão para Santa Catarina", disse. Ele, porém, teve dificuldades para lembrar dos locais onde esteve e de cursos realizados. Mas chegou a exibir um diploma de participação em um dos cursos, para comprovar o gasto da diária.

O sistema do TC registra 15 diárias recebidas por Romualdo desde o início do mandato até agosto de 2011, pelas quais ele recebeu R\$ 21 mil. (CO)



Romualdo: viagens a Curitiba incluem verba para hospedagem que não é usada nem devolvida.

# GAZETA DO POVO

LENISE GARCIA

22 JAN 2012

## Células-tronco adultas e os "impossíveis" neurônios

Certamente, ainda há muito caminho a percorrer antes de que possamos comemorar tratamentos efetivamente estabelecidos para diversos tipos de lesões neurológicas. Mas já podemos antever que o sucesso virá de mãos dadas com a ética

A edição de novembro da revista *Pesquisa Fapesp* (publicada pela Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de S. Paulo) trouxe como matéria de capa importante experimentação realizada por pesquisadores do Instituto de Química da USP. O trabalho por eles desenvolvido traz evidências de que uma substância até agora somente relacionada à regulação da pressão arterial, a bradicinina, faz células-tronco do cérebro se transformarem em neurônios e os protege da morte em lesões cerebrais.

Para avaliar a importância dessa descoberta, é preciso situá-la no contexto da polêmica que envolve a pesquisa em células-tronco.

O debate sobre a constitucionalidade do uso de células-tronco embrionárias no Brasil gerou muita expectativa e uma considerável confusão de ideias. Por isso, sempre que falamos nessas células são necessárias algumas distinções.

Célula-tronco é aquela capaz de se diferenciar em outros tipos celulares. Se essa diferenciação puder ser induzida e controlada, apresenta-se como muito promissora em termos de terapia celular, ou seja, tratamento de doenças em que há algum tipo de lesão ou degeneração de células.

Quando o assunto estava sendo debatido no Supremo Tribunal Federal, em 2008, fui uma das signatárias da "Declaração de Brasília", na qual dizíamos, entre outras coisas:

"Ao contrário do que tem sido veiculado e acriticamente aceito pela opinião pública, as células-tronco embrionárias não são a grande promessa para gerar terapias. Na verdade, são as células-tronco adultas que têm produzido expressivos resultados..."

E ainda: "As células-tronco embrionárias são, em tese, capazes de gerar todos os tipos celulares humanos (chama-se a isso pluripotência). Apenas em tese, pois isso é o que ocorre *in vivo*, no desenvolvimento normal e natural do organismo.

Entretanto, não existem dados experimentais efetivos que garantam que o mesmo possa ser alcançado *in vitro*, ou seja, em laboratório, após a destruição e morte dos embriões, dos quais são extraídas suas células para fins de pesquisa. Mais ainda: em termos de terapia, após 10 anos de intensas pesquisas em muitos países com alto padrão de desenvolvimento científico e investimentos de centenas de milhões de dólares, não há nenhum protocolo aprovado com células-tronco embrionárias humanas para testes em pacientes, ou seja, as células-tronco embrionárias humanas, por apresentar graves riscos à vida e saúde dos pacientes, sequer podem ser testadas em seres humanos. No modelo animal, essas células têm resultado na formação de teratomas, rejeição, entre outros problemas graves, não havendo, portanto, segurança para que se iniciem experimentações em seres humanos".

De lá para cá, qual foi a evolução das pesquisas?

Em 2010, foram autorizados para a empresa americana Geron os primeiros experimentos em humanos com células-tronco embrionárias. E em 2011, depois de um gasto total de mais de 150 milhões de dólares em 15 anos de pesquisa, essa empresa veio a público anunciar que estava desistindo da área, sem explicitar claramente os motivos, mas certamente pela falta de perspectiva de obter bons resultados.

Um dos principais argumentos de quem defendia o uso das células embrionárias era que "somente elas são capazes de gerar neurônios", afirmação que os cientistas da USP acabam de demonstrar que estava equivocada. Essa nova descoberta apenas reforça o que também vem sendo visto em testes clínicos com pacientes paraplégicos, realizados na Bahia pela Fundação Oswaldo Cruz, com o Hospital Espanhol e o Centro de Biotecnologia e Terapia Celular do Hospital São Rafael. Um dos pacientes em teste clínico, um PM acidentado há 9 anos, voltou a mover as pernas e inclusive a caminhar com o auxílio de aparelhos.

Certamente, ainda há muito caminho a percorrer antes de que possamos comemorar tratamentos efetivamente estabelecidos para diversos tipos de lesões neurológicas. Mas já podemos antever que o sucesso virá de mãos dadas com a ética.

**Lenise Garcia**, professora do Departamento de Biologia Celular da Universidade de Brasília, é doutora e presidente do Movimento Nacional da Cidadania pela Vida - Brasil sem Aborto.

# GAZETA DO POVO

!!!

## Governo apoia 22 JAN 2012 investigação da morte de ex-presidente Jango

A família de João Goulart tem todo o apoio do governo Dilma Rousseff na busca pelo esclarecimento das circunstâncias em que se deu a morte do ex-presidente. Jango morreu há 35 anos, em dezembro de 1976, no exílio, em Corrientes, na Argentina. Os familiares querem descobrir se João Goulart morreu ou não envenenado, alvo da Operação Condor, uma aliança das ditaduras dos países do Cone Sul para eliminar opositores dos militares nos anos 70. O governo apoia até mesmo a exumação dos restos mortais do ex-presidente.

No ano passado, a Secretaria de Direitos Humanos aproximou-se da família de Jango. A ministra Maria do Rosário (Direitos Humanos) sugeriu, então, a João Vicente Goulart, filho do ex-presidente, que oficializasse o pedido de ajuda e colaboração no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e também na Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos. As duas instâncias vinculadas a seu ministério.

Maria do Rosário afirmou à reportagem que sua secretaria fez uma parceria com o Ministério Público Federal e apoia todas as iniciativas dos procuradores que atuam na investigação da morte do ex-presidente. Para a ministra, o caso Jango deve ser um dos principais temas da Comissão da Verdade, que será instalada ainda este ano.

"O esclarecimento do que aconteceu com o presidente João Goulart será um dos desafios da Comissão da Verdade. O Brasil vive a busca de sua memória e de sua verdade. Estamos do lado da sua família e vamos nos empenhar para que tudo seja esclarecido", disse Maria do Rosário.

A possível exumação dos restos mortais de Jango, que está enterrado em São Borja (RS), terá o apoio de técnicos e peritos do governo, da Polícia Federal, que já trabalham em casos de identificação de ossadas de desaparecidos políticos. No caso do ex-presidente, o objetivo será identificar hoje possíveis substâncias químicas que possam ter causado a morte de Jango.

Desde 2007, a família de Jango, por intermédio do Instituto Presidente João Goulart, recorre à Justiça para apuração de sua morte. O Ministério Público Federal, depois do pedido de abertura de ação civil pública ter sido negado, determinou que procuradores gaúchos investigassem o caso.

Jango morreu em 6 de dezembro de 1976, na estância de Las Mercedes, em Corrientes. Seu corpo foi colocado às pressas num caixão e não foi autopsiado. A versão oficial é a de que João Goulart morreu de causas naturais. A família desconfia.

# GAZETA DO POVO

NA JUSTIÇA

Noivos  
pedem

22 JAN 2012

liberação do  
fumo na festa

¶ No mundo dos casamentos de luxo de São Paulo, a última moda dos noivos é recorrer à Justiça para que os convidados fumem na festa sem ser incomodados pela fiscalização da lei antífumo. Uma série de decisões do Judiciário tem autorizado o uso do cigarro em lugar fechado em festas de casamento; é a primeira brecha da lei estadual, criada em 2009. Nos últimos três anos, 21 noivos entraram com processos com essa finalidade, a maior parte em 2011; 17 deles, ou 80%, conseguiram anular os efeitos da lei, segundo dados do Procon. O argumento que tem convencido os juízes é que a festa de casamento não é um evento de acesso livre.

*"A Imprensa tem o condão de ser cultura sem ministério,  
justiça sem toga e procuradora da coletividade."*

**João Darcy Ruggeri**, advogado e escritor paranaense.

# Doleiro movimentou R\$ 282 mi no TRT do Rio

Operações atípicas totalizam R\$ 594 milhões em diversos tribunais do país. Valores foram apontados por relatório do Coaf e serão investigados pelo CNJ

Integrantes do Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região (TRT-1), sediado no Rio de Janeiro, movimentaram quase R\$ 320 milhões em operações financeiras atípicas na última década. O valor está descrito no relatório de análise produzido pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) a pedido da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O levantamento revelou que apenas um servidor, identificado pelo Coaf como doleiro, foi responsável por operações atípicas no total de R\$ 282 milhões, todas em 2002. Mas ele não foi o único: Há outras movimentações suspeitas ligadas ao TRT-1 de R\$ 38 milhões.

O relatório, encomendado pelo CNJ para investigar suspeitas de atividades ilícitas envolvendo membros do Poder Judiciário, apontou o TRT-1 como o tribunal brasileiro com o maior volume de operações atípicas, com 53,7% de uma soma

tôta de R\$ 594 milhões, seguido do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) e do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA).

Por restrições legais, os técnicos do Coaf não informaram os nomes dos responsáveis e nem se eles são servidores ou magistrados. As movimentações atípicas não são necessariamente irregulares.

No ano em que o suposto doleiro movimentou R\$ 282 milhões em 16 operações, a sede do TRT-1 no Centro do Rio sofreu um incêndio que destruiu os quatro últimos andares, onde ficavam gabinetes dos desembargadores. No ano seguinte, parte do tribunal foi transferida para um prédio da Caixa Econômica Federal.

Sobre os R\$ 282 milhões movimentados por um único funcionário, o presidente do Coaf, Antônio Gustavo Rodrigues, disse que o servidor seria um ex-doleiro que já fora alvo de investigação da polícia e já havia sido preso, mas não revelou sua identidade e nem a função que exerce no Tribunal.

Desde que os detalhes do relatório foram divulgados, o TRT-1 passou a ser alvo de indagações. O presidente da Seccional Rio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), Wadlih Damous, enviou ofício ao Ministério Público Federal pedindo investigações sobre o responsável pelas operações.

Ele alega que, se a suposta prisão do doleiro se deu no âmbito de um processo penal, que, por ser público, não há motivo para a Procuradoria Regional manter o sigilo em torno do epi-

sódio — o que, segundo ele, "só contribui para as especulações acerca de possíveis desvios de verbas públicas e envolvimento de magistrados nessas movimentações".

No TRT, outra dúvida diz respeito à admissão do servidor. Se ele entrou depois de ser preso, como diz o Coaf, como o processo de seleção do tribunal deixou que ele passasse? Os frequentadores do Tribunal, entre os quais advogados, questionam o fato de um doleiro que, em um ano, movimentou R\$ 282 milhões, ter rendimento de assalariado no tribunal.

A presidente do Tribunal, desembargadora Maria de Lourdes Sallaberry, afirmou desconhecer a identidade do suposto servidor e criticou a postura do presidente da OAB-RJ, Wadlih Damous, ao pressionar o TRT-RJ para divulgar o nome do suspeito:

"Essa notícia foi usada de forma leviana, em especial pelo presidente da OAB-RJ. Porque ele sabe que ainda que tivesse sido notificado pelo Coaf, o Tribunal só poderia abrir uma sindicância sigilosa, em segredo de justiça, porque nosso país não permite condenação sem o devido processo legal", disse a magistrada.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CNJ investiga 23 JAN 2012

## pagamentos de diárias

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) constatou nos últimos três anos inúmeros casos de pagamentos indevidos a juízes. Em pelo menos quatro estados e no Distrito Federal, houve lesão aos cofres públicos no pagamento de auxílio-moradia, diárias para juízes em viagem, jetons e adicional por tempo de serviço distribuídos de forma irregular aos magistrados.

Mas as irregularidades já detectadas podem ser ainda maiores. No próximo mês, o CNJ deve concluir um pente-fino que realizou nas folhas de pagamento de tribunais em todo o país. Os detalhes do trabalho ainda estão sob sigilo.

O CNJ constatou que, diante da falta de norma, os juízes recebiam a diária sem fazer a comprovação das despesas. Quando

a viagem era terrestre, "não há documentação referente aos gastos com o combustível utilizado", aponta o relatório.

O órgão também descobriu que os valores pagos com diárias não eram declarados no Imposto de Renda. "Entendemos que a ausência dessas informações pode ensejar em omissão à Receita Federal", concluíram os técnicos do CNJ.

Nos últimos três anos, o CNJ tem tomado decisões em plenário para suspender benefícios pagos indevidamente. Em maio de 2009, o CNJ suspendeu o "auxílio-voto", benefício consistia no pagamento extra de até R\$ 80 mil por ano a magistrados do TJ-SP de primeira instância para votarem em processos que corriam na segunda instância do Tribunal.

## Disputa envolve gaveta arrombada e dossiês

A briga sobre a extensão dos poderes da Corregedoria do CNJ é só o vestígio que veio a público do clima instalado nos últimos dois anos. Neste período, houve episódios de disputa de poder, acusações de dossiês internos contra conselheiros e até casos de gavetas arrombadas em busca de documentos.

Os primeiros embates remontam ao período anterior à posse do ministro Cezar Peluso na presidência do STF, em abril de 2010.

A crise teria começado com a indicação feita por ele do juiz-auxiliar Rubens Rihj Pires Correa como secretário-geral do CNJ, antes de sua posse.

Mas, segundo conselheiros, Correa acabou abalando as estruturas e a confiança de todos. Embora ainda nem tivesse assumido legalmente a função, o

secretário-geral teria literalmente engavetado resoluções encaminhadas por Gilmar Mendes para que não fossem apreciadas pelo plenário e pudessem ser revistas por Peluso. A tese teria se confirmado depois que arrombaram a gaveta da mesa dele.

Irritado, Gilmar Mendes, com dedo em riste, teria chamado o preposto de Peluso de "moleque", afirmando que ele não honrava a toga e que não era bem-vindo.

Mesmo assim, Correa ainda ficou um tempo que teria sido suficiente para preparar dossiês contra os conselheiros, conforme denunciaram.

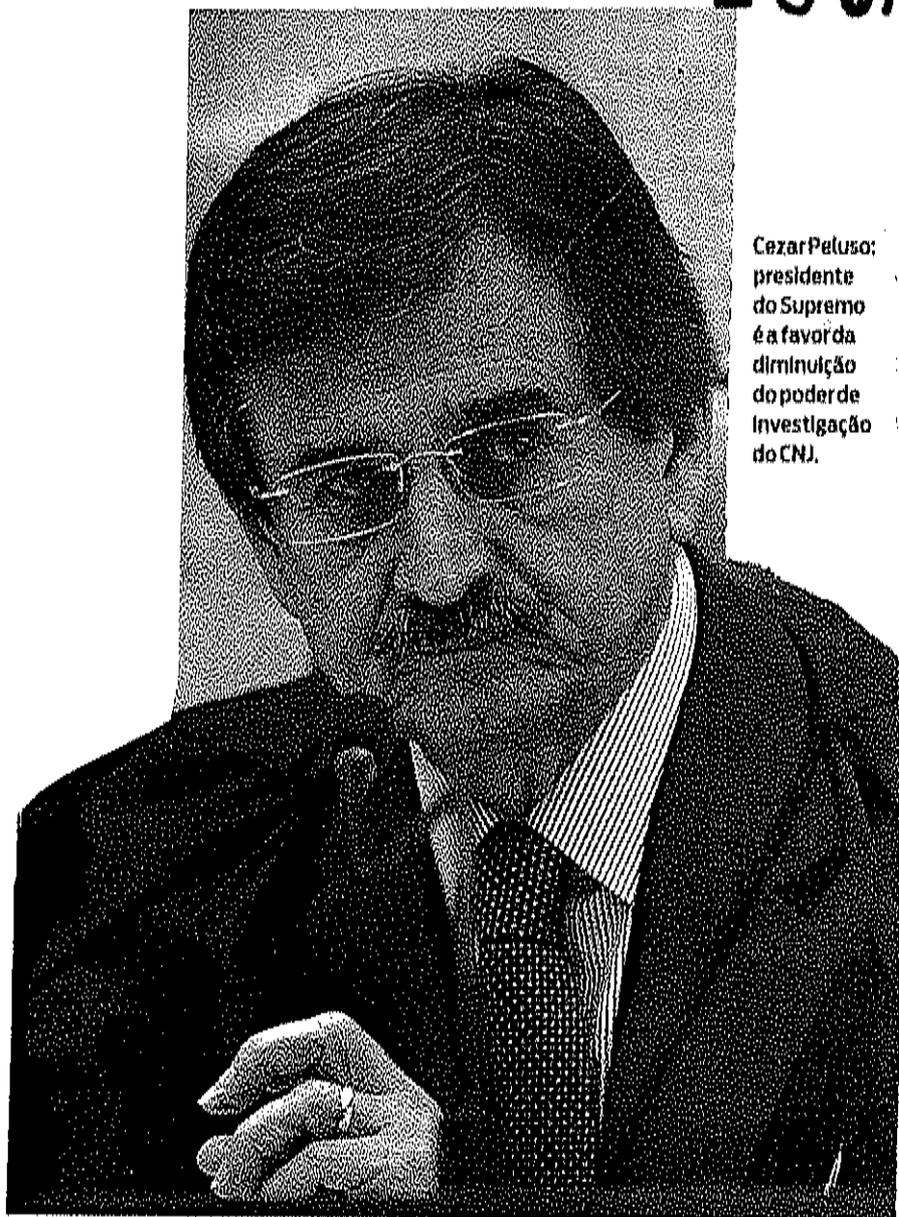
Contam os conselheiros que o assessor de Peluso usou expressões como "não confiável" e "inimigo" nos informativos que classificavam integrantes do CNJ.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

23 JAN 2012



Cezar Peluso: presidente do Supremo é a favor da diminuição do poder de investigação do CNJ.

## MEIO BILHÃO

Recursos movimentados de forma atípica pelos Tribunais brasileiros ultrapassam a cifra de R\$ 500 milhões. Veja os números apurados pelo Coaf:

Tribunal	Recursos movimentados
TRT-1 (RJ)	R\$ 319,2 milhões
TJ-SP	R\$ 90,7 milhões
TJ-BA	R\$ 60,2 milhões
TRT-6 (PE)	R\$ 31,8 milhões
TJ-DF e TJ-TO	R\$ 17,8 milhões
TJ-PB	R\$ 12,3 milhões
TJ-RN	R\$ 10,3 milhões
TRT-12 (SC)	R\$ 6,7 milhões
TJ-GO	R\$ 4,8 milhões
TJ-AM	R\$ 2,5 milhões
Total	R\$ 594*

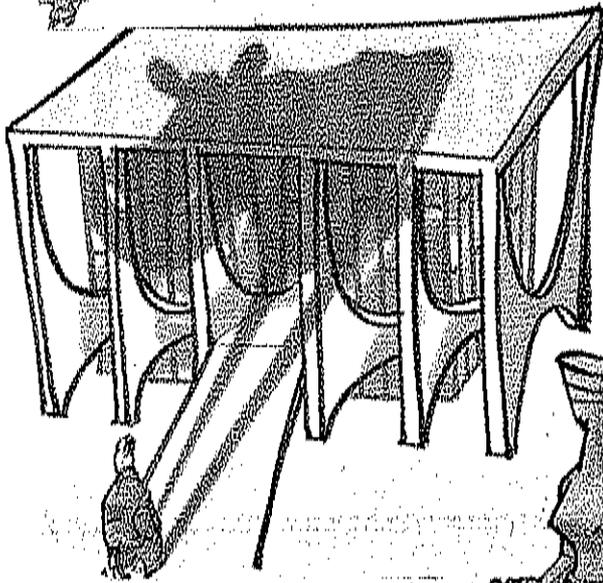
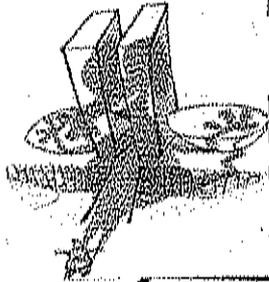
\*Obs: outros Tribunais também tiveram movimentações atípicas, menores.

Fonte: Coaf

# GAZETA DO POVO

## PAIXÃO

23 JAN 2012



23 JAN 2012

GAZETA DO POVO

# Consumo e venda de crack se espalham por Curitiba

As ruas da capital têm cerca de 2,1 mil usuários de álcool ou drogas. Reportagem encontrou seis pontos de consumo e venda de crack na cidade

Diego Ribeiro, Aline Peres e Walter Alves

Cerca de 70% das pessoas em situação de rua em Curitiba consomem álcool ou algum tipo de entorpecente. São, em média, 3 mil pessoas vivendo nas ruas da capital, segundo a Coordenadoria de Resgate Social da Fundação de Ação Social (FAS). O crack é a droga predominante entre esses indivíduos. E não é incomum encontrá-los nas calçadas, esquinas e praças, tragando o entorpecente em suas latinhas ou cachimbos. De janeiro a novembro de 2011, o telefone 156 da prefeitura recebeu 2.409 denúncias contra pessoas alcoolizadas ou drogadas nas ruas — em torno de sete reclamações por dia.

Na última semana, a reportagem da *Gazeta do Povo* encontrou seis pontos de consumo de crack no Centro e outros bairros de Curitiba. O objetivo foi tentar entender a realidade desses usuários, que constituem hoje um dos principais problemas de saúde pública do país.

Em um dos pontos, no Parolin, algumas pessoas foram flagradas vendendo a droga, comportamento comum entre os usuários de crack, que passam a traficar para sustentar o vício. Em plena luz do dia, um rapaz, aparentando 18 anos, caminhava tranquilamente com uma pistola preta no meio da Rua Antônio Parolin Junior — entre as ruas Brigadeiro Franco e Lamenha Lins. Tudo a uma quadra do Centro de Referência de Assistência Social da FAS.

Diferentemente de São Paulo, onde há uma grande "cracolândia" na região central, Curitiba tem pontos de consumo da "pedra" em quase todas as regiões da cidade. "Em Curitiba tem vários locais até pela escala de tamanho da cidade. É possível [que tenhamos uma cracolândia como em São Paulo], mas acredito que pelas [pequenas] dimensões da cidade seja mais complicado acontecer isso aqui", explica o coordenador do Centro de Estudos da Violência da UFPR, Pedro Bodê. Por Curitiba ser uma cidade menor, a concentração de usuários em uma área teria mais visibilidade.

Desde o início do mês, a "cracolândia paulista" virou alvo de diversas operações policiais. Em 17 dias, mais de 2 mil pessoas foram abordadas por agentes de saúde, 99 foram internadas e 12 encaminhadas para tratamento. As intervenções não foram totalmente apoiadas pelas entidades sociais, pois teriam provocado uma migração dos usuários para outros locais. Nenhuma operação semelhante foi feita em Curitiba até agora.

## Combate

Na avaliação de Bodê, o combate ao consumo de crack ainda não é uma prioridade para os governos. "É um problema de saúde pública. A atuação do governo ainda é tímida, apesar de anunciarem investimentos. Se fosse prioridade, investiriam mais.", critica.

Para o coordenador estadual do Programa 181 Narcodivisão da Polícia Militar, tenente Edivan Fragoso, a urbanização da região central tem contribuído para a dispersão dos usuários. Melhor iluminação, revitalização das ruas, investimento na instalação de câmeras de segurança e denúncias geram uma resposta positiva. "O usuário quer um local que não seja incomodado", comenta.

Fragoso acredita que a atuação policial deve ser constante, mas as ações só serão eficazes quando o poder público atuar de forma integrada. "Quando há migração é porque não houve suporte de outras áreas. Isso demonstra que o usuário não é um problema de segurança pública. Não devem ser tratados como moscas que são espantadas."

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

23 JAN 2012

## PELA CIDADE

Saiba onde a reportagem encontrou pontos de droga:

### Parolin

▶ Rua Antônio Parolin Júnior, entre as Ruas Brigadelro Franco e a Lamerinha Lins.

▶ Rua Acácio Correa, esquina com Rua Padre Isaias de Andrade.

### Jardim Botânico

▶ Avenida Afonso Camargo, região da Rodoferroviária.

### Centro

▶ Rua Conselheiro Laurindo, entre a Sete de Setembro e a Visconde de Guarapuava.

▶ Rua Mateus Leme, esquina com Rua Carlos Cavalcanti.

▶ Rua Cândido Lopes, em frente à Biblioteca Pública do Paraná.

## VIZINHANÇA

### "Audácia gerada pela impunidade"

Para o comerciante Carlos (nome fictício), 55 anos, morador do Parolin há 12 anos, a falta de segurança, o uso e o tráfico de drogas no bairro já o levaram a pensar em colocar sua casa à venda. Depois de a esposa ser assaltada e a filha sequestrada, a família adotou um código de conduta para sair e chegar em casa a fim de se prevenir. "A segurança é uma

preocupação constante." Ele conta que meninas circulam livremente pelo bairro e, aparentemente, agem como prostitutas, mas é possível vê-las entrando e saindo de carros com pequenos pacotes brancos que parecem ser droga. "Hoje, eles [usuários e traficantes] estão mais ousados. É uma audácia gerada pela impunidade".

## JOGO ABERTO

### Vida e filhos trocados pela droga

Usuária de crack há uma década, Marla (nome fictício), 23 anos, deixou dois filhos com a avó, abandonou o emprego e uma vida de classe média. Para comprar crack, passa o dia procurando dinheiro, roubando ou se prostituindo. Sem qualquer constrangimento, ela conversou com a reportagem embaixo de um viaduto de Curitiba, onde passa a maior parte do tempo "queimando pedra". "Tenho segundo grau

completo, trabalhei em shopping, em posto de gasolina, tenho curso de informática, mas já faz alguns anos que moro na rua", conta orgulhosa, sem saber por que começou a usar drogas. Se pudesse, ela fumaria uma pedra atrás da outra, mas a falta de dinheiro a obriga ter intervalos. "Faço meu corre [para conseguir dinheiro]. Roubo. A mulher que fuma crack e diz que não faz programa é mentirosa", afirma.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## Consultório vai às ruas

23 JAN 2012

Há um ano e meio instalado em Curitiba, o Consultório de Rua, um programa da prefeitura, com apoio do governo federal, fez 800 atendimentos em 2011. O projeto conta com seis profissionais — psicólogos, psiquiatras, educadores e assistente social — para tentar abrir melhores caminhos para os usuários de droga que estão no Centro de Curitiba. Ao lado dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), o consultório é hoje o principal programa de saúde na área.

"A gente tenta desconstruir a relação que eles têm com a droga para se abrirem a novas perspectivas", explica a psicóloga do programa Adriane Wolmann. As quartas-feiras, o consultório se instala em uma das praças do Centro da cidade para, em um trabalho de "formiguinha", tentar salvar a vida dessas pessoas.

"O trabalho consiste em prevenção, educação, intervenções terapêuticas para reduzir danos", conta Adriane. Quando há uma abertura e uma conscientização, os usuários são levados a unidades de saúde, Caps ou comunidades terapêuticas. Segundo Adriane, o caminho é longo e não se pode trabalhar apenas pela lógica da abstinência, que é uma das metas. "Eles precisam encontrar outra coisa para se identificar na vida que não seja o crack." Ela conta que a ampliação do trabalho do consultório para outros bairros é cogitada.

### Medidas públicas

A Fundação de Ação Social (FAS) é o órgão municipal responsável por ações de resgate social em toda a cidade. Segundo a coordenadora do Resgate Social da FAS, Luciana Kusman, a grande dificuldade é fazer com que as pessoas em situação de rua queiram sair dessa condição. "Não dá para fazer nada na opressão", explica.

O governo federal anunciou recentemente que investirá R\$ 4 bilhões no combate ao uso de crack no país. No entanto, de acordo com o Ministério da Justiça, ainda não se sabe quanto deste total será destinado para cada estado e cidade.

23 JAN 2012

# GAZETA DO POVO

CARLOS ALBERTO DI FRANCO

## Tráfico e classe média

**Alguns pais não suportam ser incomodados pelas necessidades dos filhos. Educar dá trabalho. E nem todos estão dispostos a assumir as consequências da paternidade**

**E**ngana-se quem pensa que tráfico de drogas é exclusividade dos morros e das favelas. Operações policiais, com frequência preocupante, prendem jovens de classe média vendendo ecstasy, LSD, cocaína e maconha. Segundo a polícia, eles fazem a ligação entre traficantes e os vendedores de drogas no ambiente universitário. Crise da família, aposta na impunidade, ganho fácil e consumo garantido explicam o novo mapa do tráfico de entorpecentes. O tráfico oferece a perspectiva do ganho fácil e do consumo assegurado. E a sensação de impunidade — rico não vai para a cadeia — completa o silogismo da juventude delinquente.

Não é de hoje que jovens de classe média e média alta têm frequentado o noticiário policial. Crimes, vandalismo, espancamento de prostitutas, incineração de mendigos, consumo e tráfico de drogas despertam indignação e perplexidade. O novo mapa do crime transita nos bares badalados, vive nos condomínios fechados, estuda em colégios e universidades da moda e desfibra o caráter no pântano de um consumismo sem-fim.

A delinquência bem-nascida mobiliza policiais, psicólogos, pais e inúmeros especialistas. O fenômeno, aparentemente surpreendente, é o reflexo de uma cachoeira de equívocos e de uma montanha de omissões. O novo perfil da delinquência é o resultado acabado da crise da família e da educação permissiva.

Os pais da geração transgressora, em geral, têm grande parte da culpa. Choram os desvios que cresceram no terreno fertilizado pela omissão. É comum que as pessoas se sintam atônitas quando descobrem que um filho consome drogas. Que dirá então quando vende. O que não se diz, no entanto, é que muitos lares se transformaram em pensões anônimas e vazias. Há, talvez, encontros casuais, mas não há família. O delito não é apenas o reflexo da falência da autoridade familiar. É, frequentemente, um grito de revolta. Os adolescentes, disse alguém, necessitam de pais morais, e não de pais materiais.

Alguns pais não suportam ser incomodados pelas necessidades dos filhos. Educar dá traba-

lho. E nem todos estão dispostos a assumir as consequências da paternidade. Tentam, então, suprir o vazio afetivo com carros, mesadas e presentes. Erro mortal. A demissão do exercício da paternidade sempre acaba apresentando sua fatura. A omissão da família está se traduzindo no assustador aumento da delinquência infanto-juvenil e no comprometimento, talvez irreversível, de parcelas significativas da nova geração.

Não é difícil imaginar em que ambiente afetivo terão crescido os integrantes do tráfico bem-nascido. Artigos, crônicas e debates tentam explicar o fenômeno. Fala-se de tudo. Menos do óbvio: a brutal crise que maltrata a família. É preciso ter a coragem de fazer o diagnóstico. Caso contrário, assistiremos a uma espiral de violência. É só uma questão de tempo.

Psiquiatras, inúmeros, tentam encontrar explicações para os desvios comportamentais nos meandros das patologias. Podem ter razão. Mas nem sempre. Independentemente de eventuais problemas psíquicos, a grande doença dos nossos dias tem um nome menos técnico, mas mais cruel: desumanização das relações familiares. A delinquência, último estágio da fratura social, é, frequentemente, o epílogo da falência da família.

Teorias politicamente corretas no campo da educação, cultivadas em escolas que fizeram a opção preferencial pela permissividade, também estão apresentando um perverso resultado. Uma legião de desajustados e de delinquentes, crescida à sombra do dogma da tolerância, está mostrando suas garras. Gastou-se muito tempo no combate à vergonha e à culpa, pretendendo que as pessoas se sentissem bem consigo mesmas. O saldo é toda uma geração desorientada e vazia. A despersonalização da culpa e a certeza da impunidade têm gerado uma onda de infratores e criminosos. A formação do caráter, compatível com o clima de verdadeira liberdade, começa a ganhar contornos de solução válida. É pena que tenhamos de pagar um preço tão alto para redescobrir o óbvio: é preciso saber dizer não!

Como já escrevi neste espaço opinativo, recuperação da família, educação da vontade e combate à impunidade compõem a melhor receita para uma democracia civilizada.

**Carlos Alberto Di Franco**, diretor do Departamento de Comunicação do Instituto Internacional de Ciência Sociais - IICS ([www.iics.edu.br](http://www.iics.edu.br)) e doutor em Comunicação pela Universidade de Navarra, é diretor da Di Franco - Consultoria em Estratégia de Mídia ([www.consultoradifranco.com](http://www.consultoradifranco.com)). E-mail: [difranco@iics.org.br](mailto:difranco@iics.org.br)

# GAZETA DO POVO

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

## Limitação de recursos divide juristas

■ A limitação e até extinção de alguns recursos judiciais utilizados atualmente são os pontos mais polêmicos da discussão do novo Código de Processo Civil na comissão especial que analisa o tema na Câmara dos Deputados. Enquanto alguns deputados e juristas defendem a limitação de recursos para simplificar procedimentos e acelerar o cumprimento das decisões, outros temem que a mudança possa sacrificar direitos. O projeto do novo código prevê duas mudanças polêmicas na parte de recursos: derruba a regra que impede o cumprimento da sentença judicial de primeira instância enquanto não for decidido o recurso da parte perdedora e acaba com uma modalidade de contestação baseada no voto não unânime das turmas. Câmara deve votar projeto em março.

23 JAN 2012

## NOTA POLITICA

### Mais dinheiro

Mesmo com toda a polêmica levantada pelas movimentações financeiras de magistrados e servidores, além das rusgas com o Conselho Nacional de Justiça, o Poder Judiciário teve um acréscimo no Projeto de Lei Orçamentária Anual, antes das emendas parlamentares. O valor para 2012 era de R\$ 487,4 milhões e aumentou 50% em relação a 2011, que era de R\$ 324 milhões, segundo levantamento feito pela ONG Contas Abertas. Em ano de eleição, a Justiça Eleitoral também está na lista de contemplados, com R\$ 129 milhões previstos para 95 projetos, sendo 31 deles novos cartórios eleitorais.

# GAZETA DO POVO

## NOTA POLÍTICA



### Brizola 23 JAN 2012

Se estivesse vivo, Leonel Brizola teria completado ontem 90 anos. Morto em 2004, o ex-governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro teria dificuldades hoje para entender o caminho trilhado pelo partido fundado por ele: o PDT. A legenda faz parte da base de apoio da presidente Dilma, mas já bateu de frente com o Planalto ao questionar o reajuste do salário mínimo e fazer outras ameaças em defesa da causa trabalhista, o que certamente o velho caudilho aprovaria. Mas o partido também se envolveu numa luta interna, quase fratricida, depois do estouro das denúncias contra o presidente do PDT, Carlos Lupi, quando ocupava o Ministério do Trabalho. Homem de confiança de Brizola, Lupi se envolveu num emaranhado de escândalos que quase custou o esfacelamento da sigla. O PDT, como todos os outros partidos, deixou de lado suas bandeiras e por espaço político nas esferas políticas – nacional, estadual e municipal –, se aliou com quem pudesse liberar cargos políticos. Velha raposa, Brizola talvez tivesse dificuldade de fazer política nos dias de hoje.



# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

R\$ 85 BILHÕES 23 JAN 2012

## Secretário quer agilizar pagamento de precatórios

Nosso secretário da Reforma do Judiciário está mobilizando Ministério da Justiça

Empossado nesta semana, o novo secretário de Reforma do Judiciário, Flávio Caetano, garantiu que está mobilizando setores do Ministério da Justiça para estudar a liberação do pagamento de precatórios - dívidas do Estado já reconhecidas por decisão judicial. Milhares de credores aguardam há décadas pelo pagamento. Levantamento recente mostra que a União, os estados e os municípios devem pelo menos R\$ 85 bilhões em precatórios.

"O precatório é um problema nacional. Não pode a pessoa ter o seu direito reconhecido e depois entrar em outra fila de espera sem conseguir saber quando vai ter esse direito nas mãos. Não pode o velhinho morrer sem conseguir receber e isso só chegar às mãos do seu neto", disse Caetano. A Advocacia-Geral da União (AGU) também será chamada para discutir o problema.

A dificuldade que entes do Estado brasileiro têm para quitar suas dívidas já deixou de ser um assunto exclusivamente nacional. A Organização dos Estados Americanos (OEA) decidiu apurar se o país oferece meios para que os precatórios sejam pagos em tempo razoável. A denúncia foi feita por funcionários da prefeitura de Santo André (SP) e terá o mérito julgado nos próximos meses.

Além de pensar em soluções para o problema dos precatórios, o secretário quer estabelecer maior interlocução com o Legislativo e o Judiciário, realizando reuniões periódicas para discutir os principais problemas da Justiça. Também pretende fortalecer a atuação das defensorias públicas, ampliar a presença da Justiça nas áreas de conflito social - como fazem as unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) - e criar cargos de gestores no Judiciário para administrar fóruns e tribunais, por entender que "o juiz é melhor julgador que administrador".

Caetano saiu da chefia de gabinete do ministro José Eduardo Cardozo para assumir a pasta ocupada interinamente por Marcelo Vieira no primeiro ano do governo Dilma Rousseff. Uma das primeiras mudanças em sua gestão será a escolha de um novo nome para o setor, que passará a se chamar Secretaria de Assuntos Judiciários. "Hoje já não é preciso fazer reforma no Judiciário, apenas aparar as arestas", justificou.



O novo secretário de Reforma do Judiciário, Flávio Caetano, diz que está mobilizando setores do Ministério da Justiça para estudar a liberação do pagamento de precatórios

23 JAN 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Amapar entrega Medalhas do Mérito

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourí Neto; o corregedor geral de Justiça, desembargador Noeval de Quadros; e a professora Chloris Elaine Justen de Oliveira receberam nesta quinta-feira (19) a Medalha do Mérito Desembargador Alceste Ribas de Macedo, concedida pela Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) a pessoas que tenham prestado relevantes serviços à Justiça e à magistratura paranaense. "Ficamos muito honrados com essa homenagem", disse o presidente, que falou em nome dos agraciados. Na solenidade foi lançada a oitava edição da revista Toga e Literatura, idealizada e editada por dona Chloris.

O desembargador Miguel Kfourí Neto citou o poeta Olavo Bilac para registrar que as palavras são insuficientes para manifestar plenamente o que sentiam os homenageados naquele momento. "O desembargador Noeval é magistrado vocacionado. As marcas de sua passagem pela administração da Escola da Magistratura Paranaense são ainda hoje indelévels e nossos juízes podem contar hoje com o mesmo talento na Corregedoria Geral. Dona Chloris tem uma impecável atuação na diretoria da Amapar", afirmou.

23 JAN 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

**EDITORIAL**

### **Cadastramento biométrico do TRE**

Ouvintes das rádios de Curitiba têm escutado há dois dias, no mínimo, uma série de "ponderações analíticas", tratando os eleitores que ficaram em média cinco horas na fila do TRE de "desorganizados", "típicos brasileiros que deixam tudo para última hora", "inconsistentes", "despolitizados" e outros desqualificativos. Teve comentarista de rádio ironizando que muitas dessas pessoas não foram ao TRE um domingo ou feriado para poder faltar ao trabalho. Se fossem à fila veriam pessoas humildes, mulheres grávidas, senhorinhas de cadeira de roda, homens de mãos calejadas, donas de casa com filhos no colo - sem revolta, cabeça baixo, sendo ridicularizados por algumas emissoras. Mesmo assim, colocavam seu nome num abaixo-assinado de funcionários públicos municipais da Saúde, que aproveitaram a multidão para obter solidariedade por sua causa: melhor salário. E o eleitor de última hora, o cidadão desprevenido, o idiota da fila, assinava e ficava com dó do barnabé, que deixava de trabalhar para preencher um abaixo-assinado com o objetivo de comover o prefeito. Curitiba é cobaia desse cadastramento digital. Por certo, outras capitais vão aprender a lição: ou que o prazo tem que ser maior ou que precisa descentralizar o atendimento ou que precisa melhor se aparelhar nas últimas semanas do prazo estabelecido.

23 JAN 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Petição enviada por fax deve ser entregue em protocolo físico

Alguns cuidados devem ser tomados ao se utilizar o sistema eletrônico de envio de documentos. É necessário atentar para determinadas regras, que, se não seguidas, podem acarretar perda de prazos e prejuízos àquele que pretende recorrer da decisão que lhe foi desfavorável. Foi isso que aconteceu com os embargos declaratórios da Companhia Mineira de Refrescos, que não foram conhecidos pela Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho.

A companhia, juntamente com outra empresa, encaminhou petição de embargos declaratórios

por fax no último dia do prazo recursal. Em vez de apresentar, posteriormente, os originais no protocolo físico do TST, remeteu nova cópia do documento pelo Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos Eletrônicos – conhecido como sistema e-Doc.

O ministro Augusto César Leite de Carvalho, relator dos embargos de declaração, ressaltou a posição atual adotada pela SDI-1, especialmente no julgamento do E-RR 272200-12.2007.5.09.0095. Naquele julgamento, por decisão unânime, o entendimento da SDI-1 foi o de que quem opta por encaminhar a petição recursal por

fac-símile deverá apresentar os originais no protocolo do Tribunal, conforme estabelece o artigo 2º da Lei 9.800/1999, que permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados em atos processuais.

Nesse sentido, o relator entendeu não ser possível admitir a remessa dos originais pelo sistema de peticionamento eletrônico, ainda que dentro do período legal de cinco dias, pois a aceitação implicaria descumprimento da lei que rege a matéria, sobrecarga do sistema de transmissão de dados do Tribunal e possibilidade de prorrogação indevida de prazo.

### Servidora do INSS denunciada duas vezes pelo MPF é demitida

Uma servidora do INSS de Maringá, acusada duas vezes pelo Ministério Público Federal pelo crime de inserção de dados falsos no sistema de informações do Instituto foi demitida, no final do ano passado. A agora ex-servidora também foi condenada a cumprir penas restritivas de direito (prestação de serviços comunitários) e ao pagamento de multas.

Em duas ações distintas, o MPF/Maringá denunciou a então servidora pelo mesmo crime: ela alterou dados cadastrais de segurados para, irregularmente, possibilitar a concessão indevida do benefício Amparo Social ao

Idoso, causando prejuízos ao INSS (art. 313-A do Código Penal).

Em uma das ações, já com trânsito em julgado (ou seja, sem a possibilidade de novos recursos), foi decretada a perda do cargo público – o que ocorreu, efetivamente, em novembro de 2011 com publicação no Diário Oficial da União. Nesta ação, a ré foi denunciada por incluir, no banco de dados do INSS, dados falsos no tempo de prestação de serviços de um beneficiário. O trabalhador ficou registrado em uma empresa pelo período de três dias mas o registro incluído pela então servidora foi de dez anos. Por este

crime, a servidora foi condenada a dois anos de prisão, convertidos em pena restritiva de direitos. Ou seja, ela não ficará presa e, sim, prestará serviço comunitário por um período mínimo de um ano.

Na segunda ação (que ainda está em movimentação, embora já tenha sentença prolatada), o MPF informa que a servidora inseriu no sistema do INSS a data de nascimento de um segurado com uma diferença de três anos. À época, o segurado tinha 62 anos e, portanto, não poderia ser aposentado. Neste caso, a ré foi condenada a dois anos e sete meses de prisão (também convertida em pena restritiva de direito) e multa.

21 JAN 2012

## FOLHA DE S. PAULO

# Justiça degradada

Em pouco mais de dois anos, num caso complexo e cheio de ambigüidades, o médico de Michael Jackson foi julgado e condenado como responsável pela morte do cantor norte-americano.

No Brasil, passaram-se 13 anos até o ex-deputado alagoano Talvane Albuquerque Neto receber a sentença que lhe cabia, como mandante de um assassinato sem disfarces nem rebuços.

Assassinato? Melhor dizer chacina. Além da deputada Ceci Cunha, cujo posto o suplente Albuquerque ambicionava ocupar, foram mortos seu marido, seu cunhado e a mãe deste, poucas horas depois de Cunha ser diplomada.

Numa involuntária ironia, como a compensar pelo largo tempo transcorrido entre crime e julgamento, estipulou-se em 103 anos de prisão a pena que Albuquerque deveria cumprir. Mas que, como se sabe, nem de longe, e não apenas por limitações na duração da vida humana, ele irá cumprir.

Na prática, o prazo de recolhimento efetivo pode reduzir-se consideravelmente — e o tempo da pena resultar equivalente ao que se consumiu durante o processo, não raro mais de uma década.

É um despropósito essa verdadeira inversão do que se espera da Justiça. Explicações, certamente, existem. Por exemplo, uma desejável latitude dos recursos à dis-

posição do réu consagrou-se no Código Penal, como forma de garantir um amplo direito de defesa.

O estado de desumanidade chocante que vige nas prisões brasileiras faz com que, no espírito de muitos legisladores e juízes, a pena de privação da liberdade apareça como algo a evitar-se ao máximo. A tese pode até ser vista como prudente, vez que um erro pode ter consequências gravíssimas, mas deveria aplicar-se quando muito aos casos de menor periculosidade.

Não faz sentido, decerto, no caso de Talvane Albuquerque. A defesa do réu conseguiu que o processo se enredasse numa infinidade de recursos protelatórios, transitando por diversas instâncias e tribunais. Tornou-se necessária uma intervenção externa, do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), para que o desnorteante roteiro da impunidade fosse interrompido.

Com razão, fortalece-se na opinião pública o sentimento de que a Justiça raramente alcança os mais ricos e importantes; cresce proporcionalmente o desejo, iníquo e bárbaro, do julgamento sumário, da abolição dos direitos de defesa.

A impunidade de um assassino não deixa de trazer, nesse sentido, uma dupla vitória para o assassino. Quando se escarnece da lei, o clamor pela Justiça rapidamente se degrada em elogio da violência e desejo de vingança.

# FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

## Transparência pública

**SÃO PAULO** - O Brasil é engraçado. Todo mundo se diz a favor da moralidade pública, mas poucos estão dispostos a pagar o preço de tê-la.

Os magistrados, por exemplo, estrilaram com relatório do Coaf que aponta R\$ 856 milhões em movimentações financeiras atípicas por parte de juízes e servidores do Judiciário. Disseram que a divulgação do estudo atentava contra a dignidade da magistratura e configurava quebra de sigilo fiscal. Conseguiram, por meio de liminar, bloquear investigações que corriam no âmbito do CNJ.

Este é o mais recente dos casos, mas de modo algum o único. Poucos anos atrás, funcionários municipais de São Paulo se rebelaram contra o prefeito porque ele decidira divulgar os salários de todos na Internet.

Voltando um pouco mais no tempo, respeitáveis vozes da sociedade civil atacavam a CPMF, o imposto do cheque, porque ela "violava o sigilo bancário", isto é, permitia às autoridades tributárias saber quanto (não em qué) cada contribuinte gastava.

A questão central aqui é que a tal da moralidade precisa de certas condições objetivas para materializar-se. Uma delas é transparência.

A ideia foi desenvolvida pelo filósofo Immanuel Kant, que, denunciando as "razões de Estado", enfatizou a necessidade de tornar públicas as ações do poder. Para Kant, fazê-lo não era apenas uma exigência política mas também moral. A mudança marca a passagem do Estado absolutista para o Estado de Direito.

Precisamos discutir sem hipocrisia em que grau desejamos impor a moralidade e quanto, em termos de redução das proteções à privacidade, estamos prontos a admitir.

Na linha do quem não deve não teme, eu abraçaria a solução nórdica. Na Suécia, na Noruega e na Finlândia, a tradição de transparência é tanta que as declarações de renda de todos os cidadãos são publicadas anualmente na rede. Ao que consta, as populações locais não se sentem violentadas pela medida.

21 JAN 2012

# FOLHA DE S. PAULO

## Médico acusado de violência sexual contra pacientes é condenado

21 JAN 2012

### Ginecologista de Taubaté vai recorrer em liberdade da condenação a 9 anos de prisão

FELIPE LUCHETE  
DE SÃO PAULO

O ginecologista Hécio Andrade, 57, foi condenado a nove anos e quatro meses de prisão pela acusação de ter violentado sexualmente cinco pacientes em Taubaté (140 km de São Paulo), em 2009 e 2010.

O juiz Flávio de Oliveira César, da 1ª Vara Criminal, entendeu que Andrade simulou exames ginecológicos para "satisfação sexual", o que caracteriza crime de violência sexual mediante fraude, conforme lei de 2009. A defesa do médico nega os fatos.

Andrade era funcionário público municipal e trabalhava na Casa da Mãe Taubateana, uma unidade de saúde da prefeitura, e no Hospital Universitário de Taubaté.

De acordo com o processo, cerca de 20 mulheres relataram ter sido usadas como "objeto de satisfação sexual" em consultas, durante procedimentos de colocação e retirada do DIU (método contraceptivo por dispositivo intrauterino).

Segundo a sentença, o médico mandava as pacientes ficarem nuas, em posição ginecológica, e manipulava os genitais delas por vários minutos com movimentos que simulavam a penetração. O argumento era a necessidade de "estimular o útero".

As atitudes, conforme o juiz, causaram constrangimentos e dores às vítimas.

Todas as mulheres ficaram sozinhas no consultório com o médico, sem a presença de auxiliar, segundo o processo.

A decisão, de primeira instância, foi concedida em 9 de janeiro e publicada na segunda-feira no "Diário da Justiça". O processo corre em segredo de justiça.

O Ministério Público ainda vai analisar se houve estupro em um dos casos —uma paciente disse que foi obrigada a masturbar o ginecologista.

Mesmo com a sentença atual, ele responderá em liberdade, mas sem exercer a medicina.

O Conselho Regional de Medicina abriu investigação na época das denúncias, ainda não concluída. O processo pode levar à suspensão definitiva do médico.

---

### > OUTRO LADO <

## Declarações das pacientes são confusas, diz defesa

DE SÃO PAULO

Hécio Andrade nega as acusações. No processo, a defesa disse que as declarações das pacientes "confusas e antagônicas" e que elas podem ter sido influenciadas pela opinião de leigos e da imprensa.

O advogado Leonardo Máximo, que o defende, afirmou ontem que ele se afastou voluntariamente da atividade médica desde as denúncias.

Disse que recorreu da decisão, pedindo absolvição e nulidade do processo por cerceamento do direito de defesa.

21 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Senado debate prisão só para casos mais graves e violentos

Comissão formada por 16 especialistas discute revisão do Código Penal com menos penas restritivas que hoje

**Grupo avalia temas mais polêmicos, como criminalização da homofobia, eutanásia e aborto legal no país**

MÁRCIO FALCÃO  
NÁDIA GUERLENDIA  
DE BRASÍLIA

A reforma do Código Penal, em discussão no Senado, pode mudar o sistema carcerário do país. A ideia é adotar a pena de prisão apenas em última instância, restrita a casos graves e violentos.

A comissão formada a pedido do Senado por juizes, procuradores e advogados avalia quais crimes poderão ser punidos com penas alternativas, como multas, devolução do valor roubado e restrição de direitos.

A proposta segue a mesma linha da alteração feita em 2011 no Código de Processo Penal, que criou alternativas à prisão preventiva — ocorrida antes da condenação.

Segundo o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), o país tem a terceira maior população carcerária do mundo — cerca de 500 mil — e enfrenta problemas como superlotação em presídio e a presença das organizações criminosas.

Para o presidente da comissão e ministro do STJ (Su-

perior Tribunal de Justiça) Gilson Dipp, o sistema prisional do país “não recupera ninguém”. “Está se vendo que o agravamento da pena não inibe a criminalidade”, disse o ministro à **Folha**.

Os 16 especialistas que compõem a comissão preveem o término dos trabalhos para maio, quando entregarão um projeto para ser votado pelo Congresso.

Entre as sugestões em debate está a de ampliar a caracterização do tráfico de pessoas, que hoje só é crime a finalidade de exploração sexual. Seria criminalizado o tráfico que envolver venda de órgãos e trabalho escravo.

Na avaliação do ministro, é preciso ainda tipificar delitos cibernéticos para permiti-

tir sua punição. Muitos atos cometidos na internet não correspondem a um crime existente, o que impossibilita penalizar os responsáveis.

Outra mudança seria tornar crime a improbidade administrativa, que hoje é uma infração administrativa. O grupo, no entanto, não pensa em tornar a corrupção um crime hediondo, como sugerem alguns senadores.

A **Folha** mostrou que operações da Polícia Federal em 2011 flagraram o desvio de R\$ 3,2 bilhões de verba pública.

## POLÊMICAS

A comissão ainda analisa temas que enfrentam resistência de congressistas ou aguardam definição do Judiciário: aborto, criminalização da homofobia, eutanásia e jogo do bicho, entre outros.

Está em discussão o aborto legal também em caso de anomalias “graves e irreversíveis”, como a anencefalia, ou se a grávida for submetida a inseminação artificial sem autorizar. Hoje, a interrupção da gravidez é permitida em caso de estupro ou risco de morte da gestante.

Para Dipp, outras prioridades são criminalizar o terrorismo, principalmente pela proximidade da realização de eventos esportivos (Copa e Olimpíadas) no Brasil.

**“ Há crimes muito complexos e nós julgamos hoje como estelionato. Atos graves, como a invasão de sites do governo, acabam ficando em aberto porque não temos um tipo penal próprio**

GILSON DIPP  
ministro do Superior Tribunal de Justiça

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

**PROPOSTAS PARA O CÓDIGO PENAL**  
Reforma está em discussão no Senado

**21 JAN 2012**

<b>COMO É</b>	<b>PRÁTICAS</b>	<b>COMO FICARIA</b>
Não é considerado crime, e sim infração administrativa	<b>IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA</b>	A improbidade e o enriquecimento ilícito virariam crimes
É considerado crime em caso de exploração sexual	<b>TRÁFICO DE PESSOAS</b>	Passa a enquadrar tráfico com fim de venda de órgãos e trabalho escravo
As empresas só respondem criminalmente pelos delitos ambientais	<b>RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA</b>	As empresas poderiam responder por outros crimes, como corrupção
É crime, a não ser quando há risco para vida da mãe e se é resultado de estupro	<b>ABORTO</b>	Deixaria de ser crime em caso de anomalias "graves e irreversíveis"
É homicídio comum, com pena entre 6 e 20 anos de prisão	<b>EUTANÁZIA</b>	A pena seria reduzida para 3 a 6 anos
Não é considerado crime. As ações são enquadradas em tipos penais comuns, como lesão corporal	<b>TERRORISMO</b>	Seria considerado um delito específico
As ações são enquadradas em outros tipos penais, como estelionato	<b>CRIMES NA INTERNET</b>	Haveria previsão específica para enquadrar as atividades na rede
É enquadrada como crime de formação de quadrilha ou bando	<b>ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA</b>	A formação de organização criminosa seria tipificada de forma independente
São contravenções penais, menos graves do que crimes e previstas em uma lei própria	<b>JOGO DO BICHO E CAÇA-NIQUEIS</b>	Passariam a ser crimes previstos no Código Penal. A Lei de Contravenções Penais seria extinta
<b>PENAS E PROGRESSÃO</b>		
Pena pouco aplicada, deve ser cumprida em regime semiaberto ou aberto	<b>DETERNAÇÃO</b>	Seria extinta
Cumprida em regime fechado em estabelecimentos prisionais	<b>RECLUSÃO</b>	Seria considerada a última opção e restrita a crimes graves
Basta o condenado cumprir 1/6 da pena para ter direito a progressão de regime (do fechado para o semiaberto, por exemplo)	<b>PROGRESSÃO DE REGIME NOS CRIMES HEDIONDOS</b>	A comissão avalia duas propostas: o preso teria que cumprir 1/3 ou até metade da pena para conseguir o benefício

# FOLHA DE S. PAULO

## Preso por engano recebe R\$ 15 mil de indenização do Estado

21 JAN 2012

Nos 37 dias de prisão, mulher foi agredida e cegada; vítima reivindicava R\$ 345 mil

ROGÉRIO PAGNAN  
DE SÃO PAULO

Daniele Toledo do Prado ficou presa por 37 dias, em 2006, sob a falsa acusação de ter matado a própria filha com overdose de cocaína.

Ficou conhecida, nacionalmente, como o "monstro da mamadeira". Foi agredida na prisão por outras presas, perdeu a visão e a audição do lado direito e teve a clavícula e o maxilar quebrados.

Para a Justiça de São Paulo, todo esse sofrimento tem um preço: R\$ 15 mil.

O valor se refere à indenização por danos morais definida pelo juiz Paulo Roberto da Silva, da Fazenda Pública de Taubaté, contra o Estado.

O valor é R\$ 5.000 menos do que o humorista Rafinha Bastos foi condenado a indenizar a cantora Wanessa Camargo por uma piada infeliz.

A Defensoria Pública, que representa Daniele na ação, recorreu da sentença.

O pedido inicial por danos morais era de 500 salários mínimos, ou R\$ 345 mil.

Quanto aos danos materiais, o juiz, que não tem autorização para comentar processos em andamento, definiu uma indenização de R\$

10 mil, mais uma pensão vitalícia de R\$ 414. O pedido era de R\$ 150 mil e R\$ 2.070.

O Tribunal de Justiça de São Paulo informou ontem que não podia dar acesso à sentença e aos dados da condenação porque o processo corre sob segredo de Justiça.

### 'DERROTADA'

Daniele disse ontem à **Folha** que se sente derrotada.

Ela esperava receber uma indenização maior para montar uma ONG e poder ajudar mulheres e crianças com dificuldades financeiras. "Não consigo nem pagar meu tratamento de saúde", disse.

A filha de Daniele tinha um ano e três meses quando morreu. A bebê tinha uma doença rara. A médica que a atendeu no pronto-socorro municipal, Érika Skamarakis, foi quem, segundo Daniele, fez a primeira acusação de assassinato contra ela.

O delegado que recebeu o caso, Paulo Roberto Rodrigues, concordou com a versão da médica e fez um teste inadequado para provar ser cocaína na mamadeira.

Daniele foi solta depois que novos exames mostraram que não havia cocaína na mamadeira da criança morta.

### Estado afirma que já recorreu contra a decisão

A Procuradoria-Geral do Estado confirmou a condenação pela Justiça de Taubaté e disse que o Estado "já interpôs recurso de apelação contra essa decisão".

O órgão não fez comentários sobre o processo.

A condenação da Justiça atinge apenas a Fazenda Pública do Estado.

O delegado Paulo Roberto Rodrigues, responsável pelo caso em 2006, não foi localizado. Segundo a Secretaria da Segurança Pública, o policial se aposentou e não havia ontem informações sobre seus contatos particulares.

A Prefeitura de Taubaté e a médica Érika Skamarakis também foram procuradas ontem. Não houve, porém, resposta ao pedido de informações e entrevista até a conclusão desta edição.

21 JAN 2012

## FOLHA DE S. PAULO

### Empresa de Daniel Dantas fez doação para campanha pró-divisão

**DE BELÉM** - Uma empresa ligada ao banqueiro Daniel Dantas, a Agropecuária Santa Bárbara Xinguara, contribuiu com aproximadamente R\$ 21 mil para a campanha a favor da divisão do Pará, segundo dados da Justiça Eleitoral.

A divisão do Pará, que resultaria na criação dos Estados do Carajás e do Tapajós, foi rejeitada por 66% dos paraenses em um plebiscito realizado no mês passado.

A Santa Bárbara é dona de fazendas na região que formaria o território do Carajás, no sudeste e sul paraenses.

A doação da agropecuária não foi em dinheiro. A Justiça Eleitoral a classificou na categoria "estimado". É o caso, por exemplo, de um carro doado para uma campanha eleitoral.

Procurada pela reportagem,

a assessoria da Agropecuária Santa Bárbara não deu detalhes sobre a doação até o fechamento desta edição.

A empresa é ligada ao grupo Opportunity, de Daniel Dantas. O banqueiro foi acusado de lavagem de dinheiro em operação da Polícia Federal anulada em 2011 pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça).

No total, as duas campanhas a favor da divisão — uma pela criação do Carajás e outra pela criação do Tapajós — arrecadaram R\$ 4 milhões.

A maior doadora foi uma empresa do sudeste paraense, a Rocha Magazine Loja de Departamentos, que contribuiu com R\$ 450,5 mil.

As campanhas contra arrecadaram, juntas, R\$ 696 mil. O apoio veio de indústrias, setor imobiliário e comércio.

### Senado vai gastar R\$ 38,5 mi por ano com gratificação a servidores

**DE BRASÍLIA** - O Senado vai gastar R\$ 38,5 milhões por ano com o pagamento de gratificação a servidores que tiverem especialização acadêmica. A Casa não disse quantos funcionários serão contemplados.

Por mês, serão pagos R\$ 2,9 milhões, mas a conta ainda inclui o 13º salário e o terço constitucional de férias. Isso representa 1% dos gastos mensais com a folha de pagamento.

O benefício vale para quem apresentar a comprovação de cursos de graduação (para aqueles cujo cargo exige apenas o ensino médio), pós-graduação, mestrado e doutorado, além de treinamentos internos com carga horária mínima e experiências profissionais de gerenciamento.

O percentual do adicional varia de caso para caso, com

um teto de 30% do vencimento básico do servidor.

Ele segue uma pontuação definida a partir dos cursos apresentados, que precisam de autorização do Ministério da Educação, sendo que cada caso representa uma quantidade de pontos.

Segundo o Senado, a medida é prevista em lei e foi validada a partir da regulamentação de um ato da Primeira Secretária de 2004.

A Casa informou, porém, que nunca pagou o adicional. Alguns servidores recorreram à Justiça e ganharam o direito retroativo à gratificação.

Em dezembro, os servidores receberam as parcelas de janeiro a dezembro de 2005 referentes ao adicional de especialização. A Folha apurou que isso custou cerca de R\$ 10 milhões.

# FOLHA DE S. PAULO

## Procuradoria denuncia servidora do Tribunal Regional do Trabalho

DE BRASÍLIA - O Ministério Público Federal no Distrito Federal denunciou à Justiça Márcia de Fátima Pereira e Silva, servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª região, em Brasília. Ela confessou ter desviado pelo menos R\$ 5,5 milhões de contas judiciais somente em 2011.

Também foram denunciados o marido, a mãe e o irmão da servidora, envolvidos no esquema. Todos irão responder pelo crime de peculato, que prevê até doze anos de prisão, além de multa. As investigações continuam para apurar crimes anteriores.

De acordo com a denúncia, entre janeiro e novembro de 2011, Márcia realizou 95 transferências irregulares de contas judiciais para terceiros, especialmente familiares. Desde

2006, a servidora era responsável pela movimentação de contas judiciais —aquelas onde são depositadas indenizações determinadas pela Justiça trabalhista. Nessa posição, confeccionava e expedia ofícios falsos em que determinava as transferências.

Consta da denúncia que José Ailton da Conceição, companheiro da servidora, participou diretamente da fraude em pelo menos 39 transações, recebendo R\$ 3,3 milhões. Ele aparecia como procurador das partes e até perito. A mãe da servidora agiu da mesma forma em dez oportunidades, enquanto o irmão de Márcia recebeu o dinheiro desviado em duas ocasiões.

As transferências irregulares foram descobertas em novembro do ano passado.

21 JAN 2012

### PAINEL DO LEITOR

Remuneração por horas extras, adicional noturno, compensação por trabalhos excedentes, como plantões e substituições, e mesmo adicional para realizar mutirões e participar de outros órgãos ou funções que agreguem serviço. Tudo isso são direitos assegurados aos trabalhadores brasileiros, muitos deles afirmados na Constituição, todos acolhidos pela lei e reconhecidos pelo Judiciário. Não são direitos só de juízes federais.

A diferença entre o regime de trabalho dos juízes e o dos demais trabalhadores afigura-se muito nítida, quase evidente. Parece, no entanto, que grande parte do público desconhece ou prefere não levar em conta essa distinção no momento de censurar as férias de 60 dias previstas legalmente para os membros do Judiciário.

Argumentam que, como a maioria das categorias tem 30 dias de férias por ano, este deveria ser o limite para o juiz, do contrário ter-se-ia um privilégio. O reconhecimento de que o juiz deve ter os mesmos direitos significa não só reduzir tempo de férias mas assegurar-lhe, de imediato, a remuneração ou compensação por todo e qualquer serviço acrescido, incluindo adicionais, vantagens e contrapartida por metas alcançadas.

FREDERICO VALDEZ PEREIRA, juiz federal  
(Carazinho, RS)

### PAINEL DO LEITOR Judiciário

A lamentável demora no julgamento do caso Ceci Cunha serve de mau exemplo e de motivo para renovadas críticas à injusta lentidão do Poder Judiciário.

Mas, ao contrário do que opina o professor Joaquim Falcão sobre o caso ("Desafio é evitar que lentidão permita prescrição do crime", "Poder", ontem), penso que o problema não se deve a um suposto "excesso de recursos", que são garantias constitucionais indispensáveis ao exercício da ampla defesa visando, sobretudo, evitar erros judiciais.

O problema é o mau funcionamento da máquina judiciária, que possui número insuficiente de juízes e de servidores, desproporcional ao crescente volume de processos que todos os anos chegam às varas e aos tribunais, tornando humanamente impossível que se cumpra o artigo 5º, inciso 78, que assegura a todos "razoável duração do processo".

ADIR CLAUDIO CAMPOS (Uberlândia, MG)

# FOLHA DE S. PAULO

PAINEL | FC 21 JAN 2012

## Público e privado

Com as atenções voltadas ao Itaquerão, o Parque São Jorge perde espaço em todos os sentidos. O TJ-SP intimou o Corinthians a desocupar a área pública de 21 mil m<sup>2</sup> utilizada como estacionamento da sede do clube. Numa tentativa de amenizar o dano, o Corinthians contatou a prefeitura pedindo a transformação do local, antes explorado pela iniciativa privada, em estacionamento pago e público (Zona Azul). O pedido foi acatado.

22 JAN 2012

# FOLHA DE S. PAULO

## Após polêmica, Pedro Solberg vai à Justiça contra laboratório

DE SÃO PAULO - Absolvido de doping após ser constatado erro do laboratório do Rio, o atleta de vôlei de praia deve entrar com ação por danos morais, materiais e de imagem contra o Ladetek até terça-feira. A informação foi dada por Armando Miceli, advogado do atleta.

Na última quinta, o Ladetek sofreu sanção da Agência Mundial Antidoping. Por seis

meses, não poderá mais fazer testes IRMS, método no qual falhou no caso Solberg.

"Foi pouco seis meses. Esse laboratório precisa de uma grande análise. Eles erram e ainda continuam sendo agraciados com milhões?", disse Isabel Salgado, mãe do atleta.

No ano passado, o Ministério do Esporte repassou R\$ 5,3 milhões ao laboratório.

# FOLHA DE S. PAULO

ELIANE CANTANHÊDE

Entranhas 22 JAN 2012

**BRASÍLIA**- Como quase tudo na vida, há duas formas de olhar a dívida de cerca de R\$ 3 bilhões do Tribunal de Justiça de São Paulo, o TJ-SP, com seus juizes e servidores. Dívida, diga-se, que é quase metade de todo o orçamento do órgão para 2012.

Uma ótica, a boazinha, é a dos credores, que veem o tempo passar e nada do dinheiro entrar no bolso. Alegam que merecem receber por férias não gozadas, licenças-prêmios e, consolidando tudo, as naturais atualizações da moeda.

Já a outra ótica, a malvadinha, é a de quem lê, sabe que vai pagar a conta e fica com a pulga atrás da orelha. Que tantos direitos são esses que chegam a praticamente 50% do orçamento de um ano inteiro para tudo?

Quem conhece as entranhas (de-  
testo essa palavra, mas palavras feias às vezes têm lá sua função...) do Judiciário sopra aos nossos ouvidos que, se somar daqui, diminuir dali, vamos chegar à conclusão de que o maior bolo da dívida do TJ-SP vem de decisões administrativas que transformam vantagens insustentáveis em direitos —para o contribuinte pagar.

São coisas assim, exemplifica o indignado: o servidor tem direito a duas férias por ano, goza uma inteira, a outra em parte e cobra ressarcimento integral por uma das duas. Em alguns Estados, é permitido vender uma das férias, o que já é estranho. Em outros, nem isso. Dizem que a prática é comum nos dois casos.

Quando deputados e senadores votam privilégios ilegítimos em seu próprio favor, nós todos, principalmente os chatos dos jornalistas, mas também servidores de todas as áreas e 100% dos empregados da iniciativa privada ficamos indignados, gritamos, dizemos que "o Brasil não tem jeito mesmo".

E quando é em outro Poder? Não acontece nada? É melhor saber exatamente quanto desses R\$ 3 bilhões corresponde a direitos e quanto surgiu de decisões corporativas. A sociedade brasileira tem o direito de saber, até porque é quem fica com o prejuízo.

# FOLHA DE S. PAULO

96 contraponto

**Caminho do mar**

**22 JAN 2012**

Ex-presidente do STF, Sepúlveda Pertence conversava, quarta-feira passada, com o presidente da OAB-RJ, Wadli Damous, logo após a cerimônia em homenagem ao centenário de nascimento do jurista Evandro Lins e Silva. Um dos assuntos era o naufrágio do “Costa Concordia”. Wadli se dizia perplexo com o comandante que deixou o navio antes dos passageiros. Após dar opinião técnica, o ministro, nascido em Sabará (MG), tratou de explicar:

— Não se assuste! Apesar de mineiro, sou especialista em direito marítimo.

22 JAN 2012

# FOLHA DE S. PAULO

## Noivo entra na Justiça e libera fumo na festa

Juízes autorizam uso de cigarro em casamentos feitos em lugares fechados e abrem brecha na lei estadual de 2009

Eventos ocorrem em salões nobres, como o Leopoldo e o do Jockey Club; valor de aluguel chega a R\$ 30 mil

No mundo dos casamentos de luxo de São Paulo, a última moda dos noivos é recorrer à Justiça para que os convidados fumem na festa sem ser incomodados pela fiscalização da lei antifumo.

Uma série de decisões do Judiciário tem autorizado o uso do cigarro em lugar fechado em festas de casamento; é a primeira brecha da lei estadual, criada em 2009.

As festas acontecem nos mais caros salões paulistanos, como o Leopoldo e o do Jockey Club, nos quais o aluguel para casamento custa de R\$ 20 mil a R\$ 30 mil.

Nos últimos três anos, 21 noivos entraram com processos com essa finalidade, a maior parte em 2011; 17 deles, ou 80%, conseguiram anular os efeitos da lei.

Os dados são do Procon, dos responsáveis pela fiscalização da lei. O levantamento foi feito a pedido da Folha.

O argumento que tem convencido os juízes é que a festa de casamento, embora ocorra em ambiente fechado, não é um evento de acesso livre, diferentemente dos bares e restaurantes.

Como só convidados dos noivos podem entrar, a interpretação é que se trata de uma extensão da casa deles, onde o cigarro é liberado.

### ABRANGÊNCIA

A favor do pedido do casal à Justiça também está o fato de a sentença valer apenas para o período em que durar a festa. A abrangência fica limitada: a lei é posta em xequê, mas só por um tempo.

No dia do casamento, funcionários do bufê ficam com uma cópia da decisão para o caso de algum fiscal aparecer. O Procon diz que, nesses casos, nem envia fiscal.

### RAZÕES

Em geral, o casal decide ir à Justiça ao ouvir do salão que, graças à lei estadual, nenhum convidado pode fumar ali. A legislação pune o estabelecimento (com multa inicial de R\$ 922), não os noivos.

Os estabelecimentos negam influência na ida dos casais à Justiça.

"Eu e o meu marido nem fumamos, mas nossos amigos, sim. Fui a um casamento em que a pista ficou vazia, desanimada, quando as pessoas saíram pra fumar. Fiquei com medo que acontecesse no meu também", diz a advogada Carolina Cunha, 34, que se casou em outubro no Leopoldo, nos Jardins, em uma festa para 300 convidados.

### ESTRATÉGIA

Em uma estratégia recorrente em situações assim, Carolina entrou com a ação quatro dias antes do casamento, para que o Estado não tivesse tempo de revertê-la. A decisão saiu na véspera.

"Valeu muito a pena."

Já o cirurgião Thiago Pereira Coutinho, 31, que também não fuma, quis agradar o sogro ao permitir que ele fumasse charutos no casamento, que reuniu 550 pessoas em setembro, no Jockey.

### MIMO

O mimo não custa barato. Advogados cobram de R\$ 2.800 a R\$ 8.000 para atuar em casos assim, apurou a Folha. A depender da pressa e do poder aquisitivo do cliente, os honorários dobram.

Thiago não gastou nada: a atuação no tribunal foi presente de Rodrigo Sanchez, 33, advogado e seu padrinho de casamento. "Foi ótimo, pela satisfação de agradar pessoas que importam pra mim."

As histórias de êxito correm de boca em boca.

O advogado Sanchez, por exemplo, ganhou quatro clientes depois que Thiago e a mulher dele, Andrea, espalharam a vitória na Justiça para os amigos.

Carolina Cunha, por sua vez, se inspirou na irmã, Cibele, que tempos antes havia usado o mesmo expediente no seu casamento para que os convidados pudessem mudar sem descumprir a lei.

●●● Eu e o meu marido nem

fumamos, mas

nossos amigos, sim.

Fui a um casamento

em que a pista ficou

vazia, desanimada,

quando as pessoas

saíram pra fumar.

Fiquei com medo

que acontecesse no

meu também

CAROLINA CUNHA  
advogada que se casou em outubro no  
Leopoldo, nos Jardins, em São Paulo

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

**FESTA DO FUMACÊ**

Como funciona o fenômeno das ações pró-cigarro

22 JAN 2012

## POR QUE OS CASAIS ENTRAM NA JUSTIÇA

Para que os convidados possam fumar sem correr risco de o estabelecimento ser multado



## O QUE DIZ A LEI ANTIFUMO

Proíbe o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos e demais derivados do tabaco em ambientes de uso coletivo, públicos ou privados



## O QUE A JUSTIÇA DISSE

### Quando deu razão aos noivos

Uma festa de casamento, embora em ambiente público, é um evento privado, uma extensão da residência, no qual só entram convidados dos noivos. Não se torna, portanto, o "ambiente de uso coletivo" de que trata a lei

### CASOS

**21** ações na Justiça

**17** concedidas a favor dos noivos

**4** negadas

### QUANTO O ADVOGADO COBRA

de R\$ 2.869,27 (mínimo, segundo tabela de honorários da OAB) a R\$ 8.000. Não há limite; cabe ao advogado definir o preço

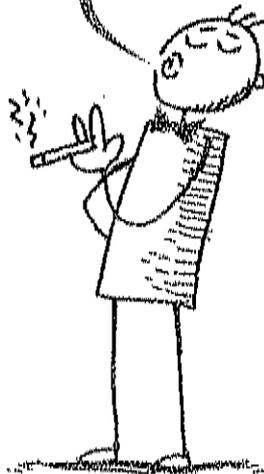
### Quando deu razão ao Procon/governo do Estado

A festa de casamento não torna um salão de festas um espaço particular

### ESTRATÉGIAS

> Advogado entra com duas ações, uma em nome do noivo e outra no da noiva, para aumentar as chances

> Entrar com a ação poucos dias antes do casamento, para não dar tempo de o Procon ou o Estado recorrerem



# FOLHA DE S. PAULO

FERREIRA GULLAR

## Dura lex 22 JAN 2012

O MINISTRO Paulo Bernardo, das Comunicações, teve sua carteira de habilitação suspensa, tantas foram as infrações que cometera ao volante, e agora faz um curso de reciclagem para reaver a carteira e voltar a dirigir.

Ele apareceu na televisão e admitiu que havia sido multado muitas vezes por estar permanentemente falando ao celular enquanto dirigia. E, no final da entrevista, admitiu que todo cidadão deve agir dentro da lei.

Muito simpático, mas não me convenceu, porque logo me perguntei: e esse cara, que é ministro das Comunicações e já foi ministro do Planejamento, além de ser marido da ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, não sabia que é obrigação de todo cidadão obedecer às normas sociais?

Durante todo o tempo dirigia falando ao celular, pondo em risco a vida das pessoas, e não se dava conta de que infringia a lei? Não dá para acreditar.

O que está evidente neste episódio é que o ministro sabia muito bem que infringia a lei e o fazia porque se supunha acima dela, uma vez que, no Brasil, lei só vale para o cidadão comum, não para os ministros de Estado.

Se me detenho nesse episódio é que ele me parece instrutivo. Neste país, onde quase nenhum político é punido — ministro, então, nem se fala — nos deparamos com o ministro das Comunicações sendo obrigado a mostrar que agora conhece as leis do trânsito para só assim reaver a carteira de habilitação.

É comovedor. Pode ser que um marciano, ao vê-lo na televisão admitindo humildemente que mereceu ser punido, volte para seu planeta convencido de que o Brasil é o país da Justiça, onde a lei vale para todos, seja um porteiro de edifício ou uma alta figura do governo.

Nós, porém, que não somos marcianos, não embarcamos nessa. Quando a punição é ter que fazer um cursinho do Detran, o ministro se submete e até, com isso, garante ser eleito no próximo pleito, se for o caso. Quero ver é quando se trata de responder pelo desvio de verbas públicas, que pode levar o bacana à cadeia ou à perda de mandato.

Aí, não; nesses casos, a lei não vale. Pode até ser aberto um processo — se a imprensa puser à mostra o “malfeito” — mas ficará nisso. Veja o processo do mensalão, que já vai para sete anos sem julgamento, e corre-se o risco de que as penas relativas a ele prescrevam.

Se o cara é parlamentar, tem o direito de renunciar ao mandato para não ser cassado e, assim, poder candidatar-se de novo e voltar como representante do povo.

É assim ou não é? Alguém pode levar a sério o Congresso de um país que permite coisas como essas? Provado que o parlamentar usou do mandato para obter vantagens ilícitas, atentar contra a ética, em vez de ter seu mandato cassado e ser considerado indigno de representar o povo, pode ele escapar à punição renunciando ao mandato.

E assim estará habilitado a candidatar-se de novo e voltar ao Congresso. Não dá para acreditar. O Congresso Nacional criou uma norma que favorece a impunidade de quem atenta contra os valores do próprio Congresso.

A conclusão a que se chega, inevitavelmente, é de que, na visão dos donos do país, as leis só valem para o cidadão comum, já que ministro, deputado, senador, governador, prefeito... esses estão acima da lei, fora de seu alcance.

**A conclusão a que se chega é que, na visão dos donos do país, as leis só valem para o cidadão comum**

É como se tivéssemos voltado a época remota das primeiras monarquias. Se é verdade que nenhum deles exibe uma coroa na cabeça, nem por isso deixam de constituir uma casta que se apossou da máquina do Estado e faz dela o uso que lhe convém. Nosso país foi apropriado por uma casta, que o governa em seu próprio benefício.

O diabo é que, diferentemente da época monárquica, agora existem jornais e televisão, que, inconvenientes como são, vivem fuçando aqui e ali, até descobrirem o “malfeito” e transformá-lo em notícia.

Aí, então, alguma coisa terá que ser feita em respeito à moral e aos bons costumes, mesmo que só para fazer de conta.

Como é do interesse geral do poder que não se torne hábito condenar ministros ou parlamentares, sempre haverá um jeito de conciliar as coisas: abafar o escândalo e não punir o culpado.

Mas, se o delito praticado foi falar ao celular enquanto dirigia, aí não tem perdão, “dura lex sed lex”.



## Juiz decide se aceita provas como fotos e gravações

Advogado usa material para conseguir acordo

Gravações e fotos têm sido usadas por empresas contra funcionários na Justiça do Trabalho. Compete ao juiz determinar se aceita ou não as provas obtidas sem consentimento do funcionário.

Bom senso costuma nortear a avaliação, diz a desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo Regina Duarte.

"Não é mais possível ficar só nos tipos de prova clássicas, com a testemunha falando se viu ou não", avalia.

Outro fator é a orientação do magistrado. "Não cabe à empresa contratar investigadores particulares para irem até a residência de funcionários devastar a intimidade e a vida privada dessas pessoas", afirma a juíza Sueli Tomé da Ponte, de São Paulo, em sentença de 2010.

### DESMASCARADO

Fora dos tribunais, as gravações são usadas pelos advogados para forçar a outra parte a chegar a um acordo.

Em um dos casos da agência Activa, representantes de uma empresa pediram aos detetives para investigar um ex-funcionário que pedia indenização por ter ficado incapacitado para o trabalho.

Um detetive se fez passar por vendedor de plano de saúde. Com um braço enfaixado, ele pediu ajuda do profissional para trocar o pneu de seu carro, e foi atendido. Teoricamente, o ex-empregado não tinha condições de sair da cama.

Antes da audiência, o representante da empresa se reuniu com o do profissional e mostrou as cenas em seu celular. As partes chegaram a um acordo, sem necessidade de julgamento.

22 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

## Justiça nega indenização a mecânico no Amazonas

O mecânico Daniel de Freitas dirigia para pegar a filha na escola quando viu que era seguido. Desceu do carro em um semáforo fechado e confrontou os seguidores, que estavam em outro veículo.

Tratava-se de uma equipe de filmagem ligada à empresa em que ele havia trabalhado, a Águas do Amazonas, de abastecimento de Manaus.

Em litígio com a companhia após ter sido dispensado por justa causa, Freitas dizia-se inválido por causa de uma hérnia de disco e pedia indenização por danos morais e lucro cessante (prejuízo devido do fim de atividade que proporcionava renda).

Depois do incidente na rua, ele entrou com nova ação na Justiça. Queria R\$ 100 mil de indenização por violação à intimidade, à vida privada, à imagem e à dignidade.

O Tribunal Superior do Trabalho decidiu a favor da Águas do Amazonas.

O relator do caso, ministro João Batista Brito Pereira, julgou que "não havia outra forma para demonstrar a verdade", a não ser a gravação.

### FILMAGEM

Na sentença, Pereira afirma que as imagens não serviram para "promover a defesa de um processo judicial".

O advogado do mecânico, Wiston Feltosa de Sousa, afirma que recorrerá ao STF (Supremo Tribunal Federal).

A Águas do Amazonas não se pronuncia oficialmente sobre o caso. Um executivo da empresa, porém, afirmou que foram ex-colegas de Freitas que contaram que "a incapacidade era uma mentira".

Para provar, o antigo funcionário foi filmado em atividades impossíveis para um afastado por invalidez, como carregar galão de água.

O executivo diz também que a companhia tem "expertise e estrutura" para detectar fraudes, comuns no abastecimento de água na região.

23 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Retirada de famílias deixa rastro de destruição em São José dos Campos

Homem leva tiro nas costas e outras dez pessoas  
ficam feridas durante reintegração na periferia

## Moradores da invasão de terreno iniciada em 2004 reagem a operação policial iniciada pela manhã

A reintegração de posse de uma área conhecida como Pinheirinho, em São José dos Campos, deixou um rastro de destruição nas ruas da cidade do interior paulista ontem.

Um homem levou um tiro nas costas e está hospitalizado. Outras dez pessoas ficaram feridas —entre elas um PM e um assessor enviado pela Presidência da República para acompanhar a ação— numa série de confrontos que se espalharam pelos bairros vizinhos, na periferia. Ainda havia focos de conflito até a conclusão desta edição.

Atendendo a uma determinação da Justiça estadual, a Polícia Militar iniciou a operação por volta das 6 horas.

A área, pertencente à massa falida de uma empresa do megainvestidor Naji Nahas, foi invadida em 2004. Atualmente, cerca de 6.000 pessoas moravam no terreno. Ontem, cerca de 3.000 estavam no local —metade já havia deixado suas casas com medo de um possível conflito.

Parte dos moradores chamou a atenção do país ao formar um exército improvisado

para resistir à polícia. Com escudos de latão, porretes e capacetes de motociclistas, passaram as últimas semanas à espera. Ontem, poucos usaram a indumentária. Isso porque disseram ter sido pegos de surpresa pela operação.

Um centro poliesportivo, onde foram montadas tendas pela prefeitura para atendimento de moradores que perderam as casas foi depredado.

Foi em torno desse centro, próximo à área desocupada, que ocorreram os principais confrontos ontem. Foi num deles que uma pessoa foi baleada durante um conflito com guardas municipais.

Um inquérito foi aberto pela Polícia Civil para identificar o responsável pelo disparo. O comando da PM diz que o tiro não partiu de seus homens, já que arma utilizada foi um revólver calibre 38, armamento aposentado pela corporação. A guarda de São José dos Campos utiliza 38.

Postagem em redes sociais na internet falavam de mortes aumentando o pânico.

Houve um espancamento, presenciado pela **Folha**, de um homem por um grupo de guardas civis. A guarda não explicou os motivos. "Isso aqui está uma praça de guerra. São esses maloqueiros que querem depredar tudo", disse o comandante da guarda, Jorge de Assis Pinheiro.

Seis veículos foram incendiados por moradores, dois deles pertencentes a empresas de comunicação que acompanhavam a ação. Dezesseis pessoas foram detidas sob a suspeita de vandalismo.

Segundo a PM, parte dos presos não era de moradores.

Havia vários representantes de movimentos sociais —a invasão tinha apoio de sindicatos e partidos de extrema esquerda, como o PSTU.

## ESTRADA FECHADA

A Rodovia Presidente Dutra chegou a ser interditada por um grupo de pessoas em apoio às famílias retiradas.

Uma pessoa foi presa em flagrante ao atacar um carro da PM. Até um carro do bombeiro foi atacado a pedradas.

O advogado que representa os moradores, Antonio Donizete Ferreira, afirma ter sido baleado na virilha, no joelho e nas costas com balas de borracha. A polícia também usou bombas de gás.

O comando da PM disse que, na área desocupação, houve resistência mínima.

Segundo a corporação, foram utilizados cerca de 2.000 policiais e bombeiros.

A operação deve prosseguir ainda hoje.

# 23 JAN 2012

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

#### O IMBRÓGLIO JURÍDICO

##### 2004 Invasão

Falência do grupo Selecta é decretada; área pertencente a ela é invadida  
> Selecta pede a reintegração de posse, mas a ordem não é cumprida; empresa recorre

##### 2006 Ocupação

Justiça Estadual determina o despejo; moradores recorrem

##### 2011 Reintegração

Tribunal de Justiça nega os recursos e confirma a reintegração de posse

##### 2012 Conflito

Moradores se armam com escudos e porretes para **enfrentar a PM**

> Sob o argumento de que a União participava da negociação com os moradores, Justiça Federal **suspende ação da PM**. Horas depois, outro juiz federal **cassa a liminar** e moradores voltam a correr risco de despejo

> Na noite do dia 18, invasores e empresa **fecham acordo** para suspender a reintegração por 15 dias, mas deixam de notificar a Justiça Federal

> Na sexta, o Tribunal Regional Federal **suspende a reintegração**, mas a Justiça Estadual mantém

> Às 6h de ontem, a PM **começa a reintegração**, obedecendo a Justiça Estadual

**CONTINUA**

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO 23 JAN 2012

# Ação de reintegração ocorre em meio a imbróglio jurídico

Justiça estadual determinava retirada de famílias enquanto Justiça federal suspendia operação no local

**Só no final do dia o Superior Tribunal de Justiça se pronunciou e confirmou que reintegração era legal**

DOS ENVIADOS A SÃO JOSÉ DOS CAMPOS DE SÃO PAULO

A reintegração de posse da área conhecida com Pinheirinho aconteceu em meio a um imbróglio jurídico, envolvendo a disputa de competência entre magistrados estaduais e federais.

Ontem, na hora da operação, estavam em vigor duas determinações: pela Justiça estadual, a ordem era para desocupar a área. Pela federal, nada poderia ser feito.

Só no início da noite de ontem e, portanto, após a retirada das famílias terminar, que o STJ (Superior Tribunal de Justiça) emitiu uma decisão liminar dizendo que a competência sobre a permissão de reintegração de posse era da Justiça estadual.

A reintegração aconteceu com base na decisão do presidente do Tribunal de Justi-

ça de São Paulo (esfera estadual), Ivan Sartori.

Em seu despacho, ele disse para cumprir a ordem da juíza de São José dos Campos, Márcia Loureiro, "repelindo-se qualquer óbice que venha a surgir no curso da execução, inclusive a oposição de corporação policial federal".

Durante a execução da ordem judicial pela PM, dois oficiais federais de Justiça estiveram no local para determinar a suspensão da reintegração.

## ► PROTESTO

### JOVENS FAZEM ATO CONTRA A REINTEGRAÇÃO

No final da tarde de ontem, um grupo de cerca de cem pessoas tomou as quatro faixas da avenida Paulista, no sentido Consolação, em protesto contra a reintegração de posse feita em São José dos Campos. Eles reclamavam da repressão da PM. Os ônibus foram desviados e circularam na contramão.

gração. Os moradores chegaram a comemorar, mas os servidores federais foram ignorados pela polícia.

Ontem, moradores entraram com um pedido na Justiça Federal pedindo para que o comando da operação fosse preso, por descumprimento da ordem, mas a Justiça não pode decidir enquanto a decisão sobre o conflito de competência, por parte do STJ, saísse.

Um assessor de Sartori, o magistrado Rodrigo Capez, esteve durante o dia de ontem em São José para fazer valer a ordem do superior.

Segundo ele, há apenas apenas um protocolo de intenções do governo federal (Ministério das Cidades) para urbanizar a área. Mas nenhum processo para isso.

O magistrado Capez disse ter recebido, ao longo do dia, telefonema de várias autoridades, entre elas do governador Geraldo Alckmin (PSDB), do ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, e de vários parlamentares. Para todos repetia que a ação da PM estava sendo com profissionalismo e eficácia.

23 JAN 2012

## FOLHA DE S. PAULO

### **Delegada é pega em blitz da Lei Seca no Rio**

**DO RIO** - Uma delegada do Rio de Janeiro foi algemada ontem após ser parada em uma blitz da Lei Seca, durante a madrugada, na avenida Lúcio Costa, na Barra da Tijuca (zona oeste).

Segundo a assessoria do Go-

verno, Daniela Rebelo, da 19ª DP (Tijuca), se negou a fazer o teste do bafômetro.

Ainda segundo o órgão, ela apresentava sinais de embriaguez e teria agredido um policial militar.

# FOLHA DE LONDRINA

# Juízes devem ser demitidos em caso de desvio funcional'

21 JAN 2012

Novo secretário de  
Reforma do Judiciário afirma  
que garantia de vitaliciedade dos magistrados impede que eles sejam de fato punidos

**Brasília** - A atualização da Lei Orgânica da Magistratura - que trata de temas relativos aos juízes brasileiros, como férias e punições administrativas - é vista com bons olhos pelo Executivo. De acordo com o novo secretário de Reforma do Judiciário, Flávio Caetano, que tomou posse nesta semana, a lei está em desacordo com o perfil esperado da magistratura brasileira depois da Constituição de 1988.

"É preciso atualizar a Loman (sigla para Lei Orgânica da Magistratura), que está defasada. A aposentadoria com vencimentos proporcionais, por exemplo, não é uma punição, é um direito", afirmou à Agência Brasil. Caetano comparou a situação à dos servidores públicos, que são demitidos quando fica comprovado que houve desvio funcional.

A previsão de demissão do juiz por meio de processo administrativo esbarra na garantia da vitaliciedade prevista na

Constituição. Por esse motivo, a máxima punição a juízes por meio de órgãos de controle interno é a aposentadoria com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. Tramitam no Congresso duas propostas de emenda à Constituição para colocar fim à vitaliciedade em caso de graves desvios cometidos por juízes.

"O processo em relação ao juiz deveria tramitar na corregedoria, e depois só ser homologado, como acontece com a Comissão de Ética na cassação de mandato. A regra da vitaliciedade para juízes deve ser mantida, mas ela deve existir para o bom juiz. Um juiz que pratica desvios e não cumpre suas obrigações nem pode ser considerado um juiz", argumentou Caetano.

Em relação às demandas da magistratura, o secretário disse ainda que não há expectativa de aumento salarial em 2012. No ano passado, a proposta de revisão de vencimentos prevista pelo Supremo Tribunal Federal (STF)

foi cortada pelo Executivo, que alegou a necessidade de contenção de gastos no cenário de crise econômica internacional.

"É natural que as pessoas queiram receber mais, mas neste ano não há qualquer previsão. Passamos por uma crise, em que é preciso tomar as rédeas da situação e apertar o cinto, fazer mais com menos, definir o que é prioritário. E esse tem que ser um esforço conjunto."



Para Flávio Caetano, Lei da Magistratura está defasada

# FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

No CNJ, empresa ligada  
a Oracle ficou em 2º

21 JAN 2012

Após admitir a anulação do contrato de R\$ 68,6 milhões do consórcio CDS/NTC, o Conselho Nacional de Justiça silenciou. A hipótese de desclassificação do consórcio, que é parceiro da multinacional Oracle, pode beneficiar a Maxtera Tecnologia Sistema, que ficou em segundo lugar na licitação. O representante, Helio Zveiter, confirmou que seu pai trabalha para a mesma Oracle, mas se recusou a informar o cargo.

## Ouvidos moucos

A nervosa assessoria do CNJ parecia fugir de indagações feitas há dois dias, por exemplo, sobre servidores afastados por divergir da licitação.

## De trás para frente

O Conselho Nacional de Justiça fez a licitação para equipamentos a toque de caixa, em nove dias, sem ao menos ter "sala forte" instalada.

## Especialização

Para instalar a "sala forte" de informática, ao custo de R\$ 8,5 milhões, o CNJ não fez licitação para contratar a empresa Aceco TI Ltda.

## INFORME

### Falta de concurso público

A Promotoria de Proteção ao Patrimônio Público de Curitiba instaurou procedimento investigatório para apurar o aproveitamento de 400 agentes de trânsito da extinta Diretran pela recém-criada Secretaria Municipal de Trânsito de Curitiba (Setran). O promotor de Justiça Domingos Thadeu Ribeiro da Fonseca, responsável pelo caso, já solicitou informações à nova pasta, para que explique a dispensa de concurso público para a contratação dos agentes. A Setran terá 20 dias para prestar as informações.

## Acusados de matar sargento são soltos

Curitiba - Os policiais civis envolvidos na morte do sargento da Brigada Militar gaúcha, Ariel da Silva, foram soltos após o alvará expedido pela Justiça do Rio Grande do Sul na madrugada de ontem. Eles estavam presos na Corregedoria-Geral da Polícia Civil, em Curitiba, e a prisão preventiva dos três acusados venceu na quinta-feira. Segundo informações da Secretaria Estadual de Segurança Pública, os envolvidos colaboraram com as investigações e participaram da reconstituição do crime que ocorreu na noite da última terça-feira. O sargento foi morto a tiros na madrugada do dia 21 de dezembro pelos policiais paranaenses que investigavam um sequestro em Gravataí, de empresários do Estado.

# 21 JAN 2012

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME

#### Publicidade da Sercomtel 1

A Associação dos Profissionais de Propaganda de Londrina (APP) enviou ontem à diretoria da Sercomtel um pedido de informações sobre a contratação emergencial da agência de publicidade Intervox. Segundo o presidente da associação, Marcos Leite, o objetivo é "ter acesso ao parecer e às justificativas técnicas, e até jurídicas da empresa, que embasaram essa decisão (dispensa de licitação)". "Precisamos saber o que exatamente está sendo considerado emergencial."

■ O Observatório de Gestão Pública de Londrina (OGPL) e o Ministério Público também solicitaram informações da Sercomtel sobre a contratação direta.

#### Publicidade da Sercomtel 2

Com valor total de R\$ 3,28 milhões, a empresa firmou contrato de 180 dias e prevê a execução dos "serviços de criação, produção e veiculação de peças de propaganda para rádio, jornal, televisão, revistas e demais meios de comunicação". O presidente da Sercomtel, Roberto Coutinho Mendes, explicou que a empresa precisa divulgar os seus produtos para não perder espaço para a concorrência que gasta milhões com propaganda na região" e, diante da suspensão do processo licitatório no Tribunal de Justiça (TJ), a telefônica correria risco ficando fora do mercado.

■ O processo licitatório que escolheria a empresa responsável pela publicidade foi suspenso liminarmente pela Justiça, atendendo a uma ação da Exclam Propaganda, uma das concorrentes, que apontou supostas falhas ligadas à comissão julgadora. Daí a opção pelo contrato emergencial, com dispensa de licitação.

# FOLHA DE LONDRINA

INFORME 22 JAN 2012

## OAB Londrina

No próximo dia 31, membros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) farão um ato público em Brasília em defesa das atribuições do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para processar e julgar questões disciplinares envolvendo magistrados. O manifesto também terá repercussão em Londrina, a partir das 8h30, na nova sede da subseção da OAB, na Rua Parigot de Souza, 311.

## Em defesa do CNJ

As atribuições do CNJ estão ameaçadas por ação movida no Supremo Tribunal Federal (STF) pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e que deve ser julgada em breve. "O ato público tem o objetivo de chamar a atenção da sociedade brasileira para a importância do CNJ. Se limitarmos os poderes do CNJ, voltaremos ao que era antes, sem um mecanismo de controle da sociedade sobre o Poder Judiciário", comenta o vice-presidente da OAB nacional, o londrinense Alberto de Paula Machado.

## 70 processos

Este é o número de processos que estão sendo monitorados pelo programa Justiça Plena, da Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ). O programa foi criado porque processos de grande repercussão, como o caso Ceci Cunha, têm manchado a imagem do Brasil por causa da lentidão da Justiça. O assassinato da deputada Ceci Cunha e de seus familiares, por exemplo, ocorreu em 1998, mas só agora os suspeitos foram julgados.

## Perguntinha

Se a Justiça é lenta para processos de grande repercussão, como estão sendo tratados os casos "menores"?

22 JAN 2012

FOLHA DE LONDRINA  
ESCALADA ALUCINANTE

# Aprensão de crack aumenta 2.300% no PR

*Volume de  
apreensões  
explodiu nos  
últimos 3 anos*

**Desde 2004, Estado passou de 118,6 mil pedras retiradas de circulação por ano para mais de 2,7 milhões**

**A** operação dellagrada pela Polícia Militar de São Paulo no início do mês, que ocupou as áreas do Centro da capital paulista conhecidas como cracolândia, reacendeu o debate sobre o tratamento para dependentes de crack e o tráfico da droga. Já há algum tempo, os órgãos estatais que tratam da questão dos entorpecentes têm centrado esforços no crack, pelo seu poder devastador e pelo aumento vertiginoso do número de usuários, em comparação com outras substâncias. No Paraná, não é diferente.

As estatísticas do Narcodenúncia - parceria das polícias Militar, Civil, Federal e Rodoviária Federal -, indicam que o

crack vem ocupando o espaço de outros tipos de entorpecentes, conforme reforçam as estatísticas. Em 2004, haviam sido apreendidos 325 quilos de cocaína e 60,9 mil de maconha no Paraná. Em 2011, foram 245,7 quilos de cocaína apreendidos e 25,1 mil de maconha.

Contrariando essa tendência de queda, as apreensões de crack tiveram um aumento explosivo. Passaram de 118,6 mil pedras recolhidas em 2004 para mais de 2,7 milhões em 2011, uma quantia quase 23 vezes maior. Do total de 9,9 milhões de pedras de crack apreendidas no Estado nos oito anos e meio desde o início do Narcodenúncia, criado em junho de 2003, mais da metade foram recolhidas nos últimos três anos.

É um problema que não atinge apenas as cidades médias e grandes. Esses quase 10 milhões de pedras apreendidas desde 2003 foram recolhidas em 248 municípios paranaenses diferentes. É uma realidade que vai desde a pequena Leopólis (Norte Pioneiro), onde uma pedra foi apreendida, até a maior cidade do Estado, Curitiba, onde as apreensões passaram de um milhão de unidades.

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA

## 22 JAN 2012

### CONTINUAÇÃO

O tenente Edivan Fragoso, coordenador estadual do 181 Narcodenúncia, confirma que as apreensões de crack aumentaram dessa forma no Paraná porque o trabalho das forças policiais está mais eficiente e porque há mais droga em circulação. "O trabalho policial em cima do crack recebeu mais ênfase porque a droga começou a ser mais ofertada pelos traficantes. Para eles, o crack é mais vantajoso e lucrativo, porque vicia mais rapidamente, o usuário tem necessidade de usar cada vez mais e a intervalos cada vez menores", justifica.

O coordenador destaca que, assim como ocorreu com os usuários, o perfil dos traficantes de crack mudou nos últimos anos. "O tráfico hoje coopta todas as faixas sociais. Os traficantes mais elitizados, que vendiam principalmente cocaína e maconha para classes mais altas, também começaram a vender crack", explica.

Dos dez municípios do Paraná em que foram registradas as maiores apreensões de crack nos últimos oito anos e meio, cinco (Laranjeiras do Sul, Cascavel, Céu Azul, Foz do Iguaçu e Guaíra) estão localizados na Região Oeste, o que evidencia a tríplice fronteira como porta de entrada da droga no Estado.

Fragoso explica que esta região e a de Curitiba, por ser a mais populosa do Paraná, recebem atenção especial das autoridades de segurança pública. Mas ele concorda que o crack hoje está espalhado pelo Estado inteiro. "É um trabalho muito difícil, mas as ações de combate ao tráfico estão acontecendo", afirma o coordenador.

## Estado não informa quanto investe

No Paraná, o atendimento a usuários de crack, álcool e outras drogas está ligado à Rede de Atenção à Saúde Mental, composta, entre outros serviços, pelos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), ambulatórios em saúde mental e hospitais psiquiátricos. Segundo a assessoria de comunicação da Secretaria de Estado da Saúde, são 21 Caps AD (Alcool e Drogas) no Estado.

A Secretaria diz que a atual gestão tem como proposta a implantação gradativa de quatro Centros de Tratamento para Dependentes de Alcool e Drogas (Cetrad) no Estado. Dois deles estão previstos para este ano. "O principal objetivo destes serviços será o tratamento da dependência química, com foco especial para os usuários de crack refratários ao tratamento ambulatorial com enfoque na reabilitação biopsicossocial."

Questionada, a Secretaria não informa quanto será investido este ano na prevenção do vício e recuperação de dependentes químicos.

No Brasil, o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, anunciado no final do ano pela presidente Dilma Rousseff, prevê investimentos de R\$ 4 bilhões até 2014 e está dividido em três eixos: atendimento aos dependentes e seus familiares, combate ao tráfico e prevenção. Inclui, por exemplo, a instalação de câmeras nas crackolândias.

Dentro de dois anos, devem ser instalados 308 consultórios de rua em todo o País, com equipes formadas por médicos, enfermeiros e psicólogos. Outra novidade é a criação de enfermarias especializadas nos hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, o Ministério da Saúde também prevê o repasse de recursos para a criação de 2.462 leitos para internações de curta duração durante crises de abstinência e em casos de intoxicações graves.

### CONTINUA

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

# NO PARANÁ 22 JAN 2012

Os dez municípios com maiores apreensões da droga desde a criação do Narcodenúncia \*

### TOTAL DE PEDRAS DE CRACK APREENDIDAS

Curitiba	1.136.447
Laranjeiras do Sul	632.327
Cascavel	622.503
Paçandu	521.135
Céu Azul	501.836
Foz do Iguaçu	480.156
Maringá	449.961
Ponta Grossa	421.571
LONDRINA	344.489
Guaira	336.179

## 'Política repressiva não freia aumento de usuários'

O professor Pedro Bodê, coordenador do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), aponta que as políticas de enfrentamento ao crack em todo o Brasil adotam táticas repressivas, influenciadas por governos de perfil conservador que os Estados Unidos tiveram nas últimas décadas.

"A questão do crack é resultado direto de um tipo de política, de guerra às drogas, exclusiva e eminentemente repressiva. Nós temos drogas cada vez mais pesadas, baratas e letais ocupando o lugar de outras. O Brasil em geral adota um tipo de política que

não diminui o número de viciados, pelo contrário. São ações que utilizam quase 90% dos recursos para repressão e destinam o pouco que resta para prevenção, tratamento e alguma pesquisa", critica.

"Temos que pensar em ações de curto, médio e longo prazos. No Paraná, assim como em todo o Brasil, há uma política exclusivamente repressiva. As exceções são algumas iniciativas, de comunidades terapêuticas e grupos religiosos, por exemplo", cita Bodê, que qualifica a operação da PM na crackolândia de São Paulo como "desastrada e inconsequente".

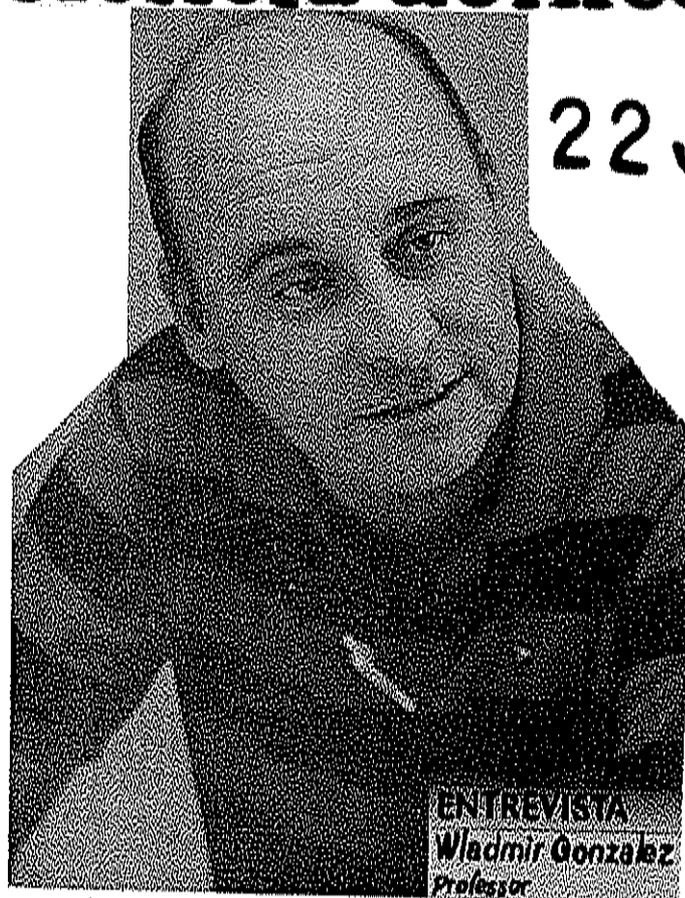
"O crack não é um problema policial. É um problema social, de saúde pública, de educa-

ção. É uma questão apenas residualmente policial", argumenta. "Se não forem adotadas estratégias melhores, a situação vai piorar. Podemos esperar uma ampliação dessa realidade do crack."

Bodê, que já visitou crackolândias em São Paulo e no Rio de Janeiro, aponta que os aglomerados de usuários da droga no Paraná são mais dispersos, o que facilitaria eventuais abordagens. "Nessas cidades, a população é maior, o número de traficantes é maior. No Parolin (bairro de Curitiba), por exemplo, tem um pequeno agrupamento de viciados. Mas pequeno ou grande, é sempre uma cena deprimente", diz o estudioso.

# FOLHA DE LONDRINA 'Abandono é a principal forma de violência doméstica'

22 JAN 2012



Especialista aponta que pais devem ser responsáveis pelos filhos e não podem delegar a tarefa de educá-los e orientá-los

*O medo de denunciar é um dos maiores problemas no País*

*A violência interfere na formação do indivíduo*

CONTINUA

22 JAN 2012

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

**O**mitir-se. Essa é a violência mais comum que pais têm cometido contra filhos atualmente, de acordo com o professor de História e Geografia há mais de duas décadas Wladimir Gonzalez. Nos últimos seis anos, ele tem pesquisado sobre violência doméstica e sua manifestação nas escolas.

"Antes a agressão física era o principal tipo de violência doméstica. Atualmente percebemos que é o abandono, que acontece quando a família se omite em relação à educação da criança. Não é só a questão de abandonar a criança numa maternidade. É ter o filho e não ter responsabilidade com essa criança", afirma.

Segundo Gonzalez, que nesta semana deu uma palestra sobre o assunto no XV Encontro Pedagógico do Sistema Maxi de Ensino, a impunidade ainda reina para casos de violência doméstica, principalmente por falta de denúncia. "O medo da família, comunidade ou escola denunciar a violência doméstica é um dos maiores problemas que enfrentamos nesse país", disparou.

O professor Marcos Miniuchi, que foi curador durante dez anos da Vara da Infância de Juventude em São Paulo, também trabalha com Gonzalez. "Trabalhamos em escolas de periferia, e percebemos isso (violência doméstica no dia a dia). Foi o que nos levou a abraçar a causa. Mas não acontece só na escola pública. Tem muitos casos em escola particular. Violência doméstica não tem classe social", disse Gonzalez.

Ele aponta que a escola tem papel fundamental para identificar e denunciar casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes. "Dentro do sistema educacional tem que haver uma parceria entre a comunidade e a escola, justamente na questão de levantar denúncias em relação à violência doméstica", cobra.

### **O que caracteriza a violência doméstica?**

Existem vários tipos de violência doméstica. Entre elas a violência física, que é a agressão contra a criança desde um tapa até fraturas, que podem ser causadas por chochoalhões em recém-nascidos, por exemplo. A violência psicológica é caracterizada por agressões verbais. Há também a violência sexual.

Nem sempre a violência doméstica é realizada pelos pais. Pode ser a babá ou o tio. Até algum tempo atrás a violência física era a principal. Hoje é o abandono.

### **O senhor poderia explicar melhor o que é classificado como abandono?**

Tenho um filho e não me importo com ele. Não dou a menor condição para que ele possa se desenvolver em sociedade. Eu deixo meu filho largado. Não dou assessoria, não dou um apoio psicológico, orientação. A família se omite em relação à educação da criança. Não é só a questão de abandonar a criança numa maternidade. É você ter o filho e não ter responsabilidade com essa criança.

### **Seria o caso de pais que só se preocupam com trabalho?**

Exatamente. Você põe a criança no mundo e a deixa largada. Ela não tem a quem recorrer, uma pessoa que possa orientá-la. Muitas vezes as famílias acham que a escola deve ocupar esse papel. Mas a escola vai até um limite e a partir daí a família tem que assumir.

### **Qual a principal causa da violência doméstica?**

Ela acontece principalmente no meio urbano, mas não existe uma causa específica. São vários fatores que geram a violência. O alcoolismo é um deles. Um desejo sexual exacerbado por parte dos pais também. Uma má-formação do pai ou família em relação a características morais e éticas. Existem agressões verbais que o pai sofreu quando era criança e passa para o filho. Por exemplo, o pai e a mãe foram muito humilhados na infância e acabam transferindo para o filho. Acontece também a não aceitação da mãe com criança, uma depressão pós-parto.

A questão do abandono está muito ligada à estrutura econômica. A necessidade que a mulher tem de sair para o mercado de trabalho, o marido já trabalha, e não oferece para criança uma estrutura.

### **Quais são as principais consequências da violência doméstica?**

O caso do Rio de Janeiro, que um jovem pegou uma arma e tirou as vidas de muitas pessoas (Wellington Menezes de Oliveira matou 12 crianças numa escola do bairro Realengo em abril de 2011). Ele foi vítima de preconceito, de violência doméstica. Em São Caetano do Sul (SP), há pouco tempo, em uma escola considerada modelo na região, uma criança atirou no professor e se matou. Na internet há inúmeros casos de professores agredidos por alunos. Muitos são resultados, reflexos, da própria violência doméstica.

CONTINUA

# FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

22 JAN 2012

A violência interfere na formação do indivíduo na questão do respeito, ética, moral. Ele perde os parâmetros, os limites. Não consegue entender o sentido desses valores e aí as coisas estouram na escola. Aluno agride professor. Aluno agride aluno.

## **Existe punição para o abandono?**

A partir do momento em que há denúncia de abandono os pais podem perder a guarda do filho.

## **Há impunidade para violência doméstica, até mesmo pela falta de denúncia?**

Existe, com certeza. Muitas vezes (não se denuncia) por questões políticas. Qual posição social a pessoa (que comete violência doméstica) exerce na sociedade? Qual sua influência? Qual a repercussão de uma denúncia que, por exemplo, caia na mídia? Se for alguém público pior ainda.

A impunidade acontece também até por conta do próprio despreparo do governo em lidar com a situação, do despreparo dos órgãos competentes.

## **Quais são esses órgãos?**

O conselho tutelar. O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, que na teoria é uma coisa, mas na prática é outra. Muitas escolas tentam mascarar a situação (violência doméstica). Não quer perder o aluno, no caso de escola particular. Então o que acontece muitas vezes? O coordenador ou diretor mascara a situação com uma conversa com o pai e tenta não gerar mal-estar. Então o pai acaba tirando o filho da escola e desconta na própria criança.

Transfere a criança de unidade escolar e as agressões continuam da mesma forma. É crime quando um órgão público, como um hospital ou uma escola, se omite em relação a um caso de violência doméstica.

Existe uma linha tênue na relação entre escola e família e muitas vezes não fica claro. Dentro do sistema educacional tem que haver uma parceria entre a comunidade e a escola, justamente na questão de levantar denúncias em relação à violência doméstica. Enquanto a escola não perceber que é responsável por aquele adolescente que está na sala, a situação fica difícil de combater.

O medo da família, comunidade ou escola de denunciar é um dos maiores problemas no País. Chegou o momento de pais, professores e educadores descobrirem a verdadeira responsabilidade diante desse fato e assumir.

## **Normalmente quem denuncia?**

Grande parte são denúncias anônimas. Mas partem de pessoas próximas: vizinhos, familiares ou até mesmo de um colega de escola.

23 JAN 2012

# FOLHA DE LONDRINA

BENEFÍCIOS



- Quadrigêmeos? Não, eu tenho o rei na barriga!

23 JAN 2012

## FOLHA DE LONDRINA

# Crack: epidemia nacional

**A**s drogas sempre estiveram presentes no País. No entanto, nunca houve um escancaramento da situação, como ocorre atualmente. E a escalada do consumo, e aí pode-se incluir as bebidas alcoólicas, foi acontecendo de forma gradual. Os usuários deixaram de ser grupos pequenos e restritos, podendo ser facilmente identificados vagando por praças e ruas de qualquer cidade do País. Reportagem de ontem desta FOLHA mostrou a realidade do consumo do crack no Paraná, apontado como uma epidemia nacional.

Nos últimos anos, as apreensões de pedra da droga (uma mistura de pasta base de cocaína e bicarbonato de sódio), cresceram 2.300% no Estado, atingindo um total de 2,7 milhões no ano passado. Segundo a polícia, mais da metade das pedras foram recolhidas nos últimos três anos em 248 municípios, dos 399. Os dados mostram que o produto, de efeito devastador sobre os usuários, não se restringe a cidades grandes e não atinge apenas pessoas de baixa renda. Pelo contrário, especialistas afirmam que entre os usuários há homens e mulheres de

todas as faixas etárias e classes sociais.

É correto afirmar que as políticas de combate ao consumo de drogas são falhas. Pouco se investe na educação contra o consumo dessas substâncias e no tratamento de dependentes químicos que, aliás, ainda sofrem preconceito por grande parte

da sociedade. O Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack, lançado pela presidente Dilma Rousseff (PT), traz poucos detalhes da sua aplicabilidade e, para sua execução, devem ser destinados R\$ 4 bilhões. O volume de recursos parece suficiente, no entanto, o problema é que nem sempre o dinheiro chega a seu destino final. Talvez seja preciso uma pressão da sociedade para garantir a aplicação dos recursos. É necessário investir em uma política de repressão ao consumo e de tratamento dos dependentes.

Outro fator, que não chega a ser uma novidade, é a falha fiscalização nas fronteiras do País. Se já está constatado que as divisas são a porta de entrada de drogas e armas por que o controle não é intensificado? É uma questão de difícil resposta, mas que precisa ser revista.

**É necessário  
investir em uma  
política de  
repressão ao  
consumo e de  
tratamento dos  
dependentes**

# TRIBUNA DO PARANÁ

## Convênios 2 1 JAN 2012

Justiça impede a Unimed de corrigir em 60% a mensalidade de cliente ao completar 60 anos

# Sem reajuste

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina manteve decisão impedindo a seguradora Unimed de reajustar, em mais de 60%, a mensalidade de cliente que tem contrato com a operadora de plano de saúde há mais de 30 anos. O autor da ação havia recebido a notificação do novo valor no mês em que completou 60 anos.

Em agosto de 2010, o cliente pagou R\$ 448 ao plano de saúde. Entretanto, a fatura de setembro foi emitida no valor de R\$ 727, configurando aumento de 62%. Em sua defesa, a empresa alegou que, diante da mudança da faixa etária, o contrato assinado pelas partes teve aumento de 80,85% (montante total a que poderiam chegar todos os reajustes do convênio médico), mais a readequação anual de 6,75%. A Unimed pleiteou ainda a não aplicação do Estatuto do Idoso, que veda esses reajustes, afirmando que o contrato foi assinado antes da vigência da lei que o colocou em funcionamento.

### Renovação

Para os desembargadores da 3.ª Câmara de Direito Civil do TJ-SC, a seguradora não pode impor ao usuário reajuste exorbitante como condição para renovação do contrato. Isto porque forçaria o cliente a aceitar os valores, ou a procurar outra empresa, tendo que se sujeitar novamente aos prazos de carência.

Segundo o relator da ação, desembargador Saul Stell, "não se pode admitir que o segurado que renova ininterruptamente o contrato por vários anos, quando atingir idade de maior incidência de fragilidades, tenha simplesmente manifestada a recusa à renovação da contratação". E concluiu que o cliente foi "surpreendido com a comunicação de não mais interessar a renovação, ou que a renovação somente ocorrerá caso aceite o reajuste por faixa etária imposto pela operadora".

# 23 JAN 2012

## JORNAL DO ESTADO

### MÁFIA DOS COMBUSTÍVEIS

## Justiça ouvirá mais 13 donos de postos suspeitos

O interrogatório dos donos dos postos de combustíveis que tinham contrato com a empresa Power Bombas, de Cleber Salazar, suspeito de ser um dos mentores da fraude volumétrica na venda de combustíveis, prossegue nesta semana. De acordo com as investigações preliminares, seriam cerca de 40 estabelecimentos.

Na última semana, donos de oito postos de combustíveis de Curitiba e região foram indiciados por suspeita de fraude na venda de combustíveis. Eles foram interrogados nesta semana pelo delegado Jairo Estorflio, da Delegacia de Crimes Contra a Economia e Proteção ao Consumidor (Delcon).

Novos indiciamentos podem ocorrer a partir de hoje, quando serão ouvidos os proprietários dos outros 13 postos

atendidos pela empresa de manutenção Power Bombas. A fraude foi divulgada pelo programa Fantástico, do dia 8 de janeiro.

Os postos foram inspecionados e em muitos deles foram encontrados lacres rompidos, o que indicaria alteração no funcionamento das bombas.

A polícia continua investigando provas documentais e analisando a contabilidade de todas as empresas envolvidas.

Outros procedimentos estão sendo adotados, mas o delegado evitou divulgá-los para não comprometer as investigações.

A prisão temporária de Salazar terminou na quarta-feira (18). Como ainda não há provas consistentes contra o suspeito, não foi pedido mandado de prisão preventiva.

23 JAN 2012

# JORNAL DO ESTADO Índios

## PAINEL JURÍDICO

### Crime

A 3ª Seção do STJ, que hoje responde por matérias penais e previdenciárias, vai passar a cuidar só dos processos criminais. A mudança, que entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2012, foi aprovada pelo Pleno do STJ.

### Fumo

A Souza Cruz foi condenada a pagar indenização por danos morais a um provador de cigarros que desenvolveu a doença no Pulmão. Ele consumia uma média de 200 cigarros por dia durante quatro vezes na semana. A decisão é da 6ª Turma do TRT do Rio de Janeiro.

### Revista

Empresa que distribui medicamentos de venda controlada pode exigir que empregado fique só de cuecas para ser revistado, sem que isso gere o dever de indenizar. O entendimento é da 4ª Turma do TST.

### Pós-graduação

A 5ª Turma do TRF da 1ª Região negou recurso da Universidade Federal de Goiás contra decisão monocrática que afastou a cobrança de mensalidade relativa a curso de pós-graduação. Para o relator do recurso, a cobrança de taxa de matrícula e mensalidade relativas a cursos de pós-graduação em universidades públicas contraria o ordenamento jurídico.

### Árvore

O juiz da 3ª Fazenda Pública municipal de Brasília condenou a prefeitura a ressarcir em 60% o valor do carro atingido pela queda de uma árvore. Para o juiz, o município agiu com culpa, pois não tomou as providências cabíveis para evitar a queda da árvore.

### Desembargador

Deverá ser publicado no próximo mês de fevereiro, no Diário Oficial Executivo do Estado, o edital de inscrição para o preenchimento de uma vaga de desembargador, reservada a advogado pelo Quinto Constitucional, no TJ do Paraná. Os advogados interessados deverão atender aos requisitos do provimento 102/2004, do Conselho Federal da OAB.

A União terá de pagar R\$ 30 mil de indenização por danos morais a vários agricultores do interior de Santa Catarina que tiveram suas terras invadidas por índios da Reserva Ibirama - La Klãnõ. Os desembargadores entenderam que a Funai descuidou de seus deveres na tutela dos índios. A decisão é da 4ª Turma do TRF da 4ª Região.

### Dolo

É necessária a comprovação de dolo do agente para caracterizar improbidade administrativa por violação dos princípios da administração pública. O entendimento é da 2ª Turma do STJ.

### DIREITO SUMULAR

**Súmula n. 715 do STF** — A pena unificada para atender ao limite de trinta anos de cumprimento, determinado pelo art. 75 do Código Penal, não é considerada para a concessão de outros benefícios, como o livramento condicional ou regime mais favorável de execução.

## Projeto aumenta tempo de estágio para aluno de Direito

Hoje, o estudante de Direito pode estagiar por no máximo dois anos. A limitação presente no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, no entanto, pode mudar. A Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1.189, de 2007, que antecipa para o terceiro semestre letivo o estágio obrigatório dos cursos de Direito, como noticiou a Agência Câmara.

De acordo com os idealizadores da proposta, a intenção é fazer com que os estudantes tenham contato com a prática profissional juntamente com o estudo teórico dos temas jurídicos. Para isso, a comissão acatou emenda do relator na comissão, deputado Ariosto Holanda, para retirar o limite máximo de dois anos para o estágio, estabelecido atualmente pelo Estatuto.

Pesquisa do Instituto InterScience apontou que 64% dos estagiários são contratados como funcionários efetivos após o primeiro ou o segundo período de experiência. De acordo com o deputado Atila Lira (PSB-PI), "para o empresário também é interessante contratar um estagiário, pois passa a conviver com ele meses ou anos na firma e por conhecê-lo, sabe que é vantajoso contratar depois alguém competente e que já tenha conhecimento do cotidiano da empresa".

A lei diz que o estágio pode ser oferecido pelas próprias instituições de ensino superior, pelas seccionais da OAB ou por instituições jurídicas e escritórios de advocacia credenciados pela OAB.

Dois outras propostas apensadas — uma que antecipa o estágio para o segundo semestre e outra que marca o início do estágio no quinto semestre — foram rejeitadas pela comissão. O PL 1.189, de 2007, ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

### Um Brasil onde ainda se resolve as coisas na bala

\*Jônatas Pirkiel

Algumas vezes até esquecemos que estamos num país onde as divergências pessoais são coisas para serem resolvidas nos tribunais! Outro dia ouvimos de um ministro da República que só deixaria o cargo se "abatido a bala". A bala de que ele falava devia ser de açúcar, pois poucos dias depois saiu com o "rabinho entre as pernas".

Na semana que passou (neste caso as balas eram de verdade e abateram mortalmente uma Deputada Federal e mais três pessoas, na chamada "chacina da Fruta, em Maceló, em 13 de dezembro de 1988) ocorreu o julgamento inédito, onde o Júri Popular, depois de três dias de julgamento e 13 anos de espera, considerou culpado o ex-deputado federal por alagoas, Pedro Talvane Luiz Gama de Albuquerque Neto e outros quatro acusados, todos assessores do mandante do crime.

Pedro Talvane foi condenado a 103, como mandante, e os outros quatro acusados pela autoria material foram condenados, respectivamente sendo Jadilson Barbosa da Silva e José Alexandre dos Santos, conhecido com "Zé Piaba", a 105 anos cada um. Alécio César Alves foi condenado a 87 anos e três meses de prisão e Mendonça Medeiros da Silva teve a pena mais leve, 75 anos e sete meses.

A denúncia foi apresentada pelo Ministério Público Federal, tendo o Procurador Federal, Rodrigo Tenório, sustentado a tese de que o ex-deputado federal, que perdeu a eleição de outubro de 1988 e ficou na primeira suplência, matou Caci para ficar com o mandato. O julgamento, apesar de não ter sido um dos mais demorados já realizados no Brasil, foi muito tenso. A acusação, além de uma gravação do mandante apresentou como prova dos crimes as contas telefônicas com ligações feitas pelos acusados do assassi-

nato durante a noite do crime para o telefone pessoal e escritório de Talvane em Brasília. O Ministério Público também conseguiu o rastreamento dos locais das ligações, que coincidem com o trajeto por onde os pistoleiros teriam saído, passando pela casa onde Caci Cunha estava e com a última ligação no local onde o veículo Uno, supostamente utilizado no crime, foi encontrado carbonizado no dia seguinte ao crime.

Ao proferir a sentença, ao contrário do que era esperado, o juiz decretou a prisão preventiva dos cinco condenados alegando o "clamor social" do caso e a necessidade da "garantia da ordem pública". "...A chacina e sua barbárie é por si só motivo que justifique a prisão dos acusados. É uma situação extraordinária, e por isso decreto a prisão dos condenados da chacina da Gruta..."

\* O autor é advogado criminalista em Curitiba  
(jonataspirkiel@terra.com.br)

### Consumidor profissional

\*Roberto Victor Pereira Ribeiro

No Brasil, desde 1990, o cidadão tem ao seu lado importante escudo de proteção para os direitos consumeristas. Trata-se do Código de Defesa do Consumidor, tendo em sua criação sido assistida por comissão presidida por nossa ilustre colega Ada Pellegrini Grinover, que gentilmente escreveu as orelhas de minha segunda obra: "O Julgamento de Sócrates sob a luz do Direito".

O art. 2º do supracitado código define o vocábulo "consumidor". Em outras palavras, o texto legal preceitua como consumidor todo aquele "destinatário final" do produto ou serviço, ou seja, é aquele que ao utilizar o produto ou serviço encerra a cadeia de produção e transformação.

Em épocas passadas, o STJ entendia que o consumidor profissional, em suma, aquele que utiliza a relação de consumo para uso e gozo profissional, também

era considerado consumidor e, portanto, detentor de proteção por parte do Código do Consumidor.

O inolvidável Min. Carlos Alberto Direito, certa vez, proclamou o seguinte voto a respeito de um litígio entre a Companhia Nacional de Fertilizantes e Edis Fachin: "A meu sentir, esse cenário mostra que o agricultor (Edis) comprou o produto na qualidade de destinatário final, ou seja, para utilizá-lo no preparo de sua terra, não sendo este adubo objeto de transformação".

Isso quer dizer que a lavoura colhida nada tem a ver com o adubo utilizado para seu crescimento e, por fim, sua colheita.

Entretanto, em ares de recên- da, o STJ modificou seu pensamento, entendendo que não há relação de consumo em situações que manifestem aquisição de produtos ou utilização de serviços para fins profissionais. Com isso, extingue-se a figura do "consumidor profissional".

Para tanto, subsiste este voto:

"Para que o consumidor seja considerado destinatário econômico final, o produto ou serviço adquirido ou utilizado não pode guardar qualquer conexão, direta ou indireta, com a atividade econômica por ele desenvolvida; o produto ou serviço deve ser utilizado para o atendimento de uma necessidade própria, pessoal do consumidor".

Destarte, o colega Márcio Pereira entende assim: "O STJ adotou a teoria subjetivista que não permite conexão do serviço com o lucro".

Por isso, atualmente entende-se que aquele que viaja de avião ou ônibus de companhias privadas, a serviços profissionais, não possui amparo do Código do Consumidor por carecimento de condição *sine qua non* para enquadramento de destinatário final e, portanto, consumidor.

\* O autor é advogado do Ribeiro Advocacia & Advogados Associados e escritor da Academia Brasileira de Direito

# CARTA CAPITAL

Editorial Mino Carta

21 JAN 2012

**A serviço da treva** *Big Brother*  
é altamente representativo da cultura  
da classe média, velha e nova

**A**NCORA do *Jornal Nacional da Globo*, William Bonner espera ser assistido por um cidadão o mais possível parecido com Homer Simpson, aquele beócio americano. Arrisco-me a crer que Pedro Bial, âncora do *Big Brother*, espere a audiência da classe média nativa. Ou por outra, ele apostaria desabridamente no Brasil, ao contrário do colega do *JN*. Se assim for, receio que não se engane.

Houve nos últimos tempos progressos em termos de inclusão social de sorte a surgir aos sedentos por frases feitas o surgimento de uma "nova classe média". Não ousei aconselhar-me com meus carentes botões a respeito da validade dos critérios pelos quais alguém saldo da pobreza se torna pequeno burguês. Tanto eles quanto eu sabemos que para atingir certos níveis no Brasil de hoje basta alcançar uma renda familiar de cerca de 3 mil reais, ou possuir celular e microcomputador.

Tampouco pergunto aos botões o que há de "médio" neste gênero de situações econômicas entre quem ganha salário mínimo, e até menos, e, digamos, os donos de apartamentos de mil metros quadrados de construção, e mais ainda. Poupo-os e poupo-me. Que venha a inclusão e que se aprofunde, mas *est modus in rebus*. Se, de um lado, o desequilíbrio social ainda é espantoso, do outro cabe discutir o que significa exatamente figurar nesta ou naquela classe. Quer dizer, que implicações acarreta, ou deveria acarretar.

Aí está uma das peculiaridades do País, a par do egoísmo feroz da chamada elite, da ausência de um verdadeiro Estado de Bem-Estar Social etc. etc. Insisto em um tema recorrente neste espaço, o fato de que os efeitos da revolução burguesa de 1789 não transpuseram a barreira dos Pireneus e não chegaram até nós. E não chegou à percepção de consequências de outros momentos históricos também importantes.

Por exemplo. Alastrou-se a crença no irremediável fracasso do dito socialismo real. Ocorre, porém, que a presença do império soviético condicionou o mundo décadas a fio, fortaleceu a esquerda ocidental e gerou mudanças profundas e benéficas, sublimo benéficas, em matéria de inclusão social. No período, muitos anéis desprenderam-se de inúmeros dedos graúdos.

A ampliação da nossa "classe média", ou seja, a razoável multiplicação dos consumidores, é benfazeja do ponto de vis-

dos seus patrícios, neste país de uma classe média que não está no meio e passivamente digere versões e encenações midiáticas. Desde as colunas sociais há mais de um século extintas pela imprensa do mundo contemporâneo até programas como *Mulheres Ricas*, da TV Bandeirantes. Ali as damas protagonistas substituíram a Coca e o Guarani pelo champanhe Cristal. Quanto ao *Big Brother*, é de fonte excelente a informação de que a produção queria um "negro bem-sucedido", crítico das cotas previstas pelas políticas de ação afirmativa contra o racismo. Submetido no ar a uma veloz sabbatina no dia da estreia, Daniel Echaniz, o negro desejado, declarou-se contrário às cotas e ganhou as palmas febris dos parceiros brancos e do âncora Pedro Bial.



**Negro bem-sucedido.**  
É o que a Globo procurou.  
Achou Daniel, que tem  
o mérito de ser contra as cotas.

ta estritamente econômico, mas cultural não é, pelo menos por enquanto, ao contrário do que se deu nos países europeus e nos Estados Unidos depois da Revolução Francesa. De vários ângulos, ainda estacionamos na Idade Média e não nos faltam os castelões e os servos da gleba, e quem se julga cidadão acredita nos editoriais dos jornalões, nas invenções de *Veja*, no noticiário do *Jornal Nacional*. Ah, sim, muitos assistem ao *Big Brother*.

Estes não sabem da sua própria terra e

**A Globo, em todas** as suas manifestações, condena as cotas e não hesita em estender sua oposição às telenovelas e até ao *Big Brother*. E não é que este Daniel, talvez negro da alma branca, é expulso do programa do nosso infame Bial? Por não ter cumprido algum procedimento-padrão, como a emissora comunica, de fato acusado de estuprar supostamente uma colega de aventura global, como a concorrência divulga. Há quem se preocupe com a legislação que no Brasil contempla o específico tema do estupro. Convém, contudo, atentar também para outro aspecto.

A questão das cotas é coisa séria, e quem gostaria de saber mais a respeito, inteire-se com proveito dos trabalhos da GEMAA, coordenados pelo professor João Feres Jr., da Universidade do Estado do Rio de Janeiro: o site deste Grupo de Estudos oferece conteúdo sobre políticas de ação afirmativa contra o racismo. Seria lamentável se Daniel tivesse cometido o crime hediondo. Ainda assim, o programa é altamente representativo do nível cultural da velha e da nova classe média, e nem se fale dos nababos. Já a organização do nosso colega Roberto Marinho e seu Grande Irmão não são menos representativos de uma mídia a serviço da treva. ■

21 JAN 2012

# CARTA CAPITAL

## Cartas Capitais

### **O império da indigência**

QUANDO SE FALA em miséria humana, nos remetemos imediatamente aos famélicos, drogados, sem-teto ou vítimas de desastres ambientais. Esquecemos que existe miséria entre os ricos. A TV Globo não nos deixa mentir. O programa BBB é uma das maiores indignidades a que se submete um ser humano. É de uma brutalidade cruel e amoral jogada na cara dos telespectadores. O falso intelectual – escreveu um livro sobre a vida de Roberto Marinho logo após a sua morte, no qual faltou o comparar a Jesus Cristo – Pedro Bial transformou-se numa figura bizarra, cínica, carregada de ódio pelos seus semelhantes que se expõem de forma humilhante diante de câmaras, 24 horas. Não acredito no constrangimento do jornalista (sic), para mim ele é despido de caráter. Acredito sim que tudo isso é uma orquestração, junto a outros programas medíocres da emissora, no sentido de imbecilizar quem os assiste, a fim de os tornar massa de manobra para políticos ligados à burguesia capitalista da mídia nacional.

JEFERSON MALAGUTI SOARES

*Ribeirão das Neves, SP*

21 JAN 2012

## CARTA CAPITAL

Linha de Frente Wálter Fanganiello Maierovitch

### O torturante método de São Paulo

**O**S HISTORIADORES contam que Tomás de Torquemada, torturador-mor da Inquisição e falecido em 1498, era muito vaidoso. Numa pintura encomendada a um artista famoso, Torquemada aparece em genuflexão entre os adoradores de um Menino Jesus a brincar. Essa pintura está exposta na igreja romana de Santa Maria Sopra Minerva.

O Plano de Ação Integrada Centro Legal executado pelo prefeito Gilberto Kassab e pelo governador Geraldo Alckmin na Cracolândia paulistana inspira-se no torturante método de Torquemada. A tortura para se alcançar uma meta predeterminada. A propósito, revelou um agente da autoridade de Alckmin, com aval de Kassab: "Como você consegue fazer com que as pessoas busquem tratamento? Não é pela razão, é pelo sofrimento. Dor e sofrimento fazem a pessoa pedir ajuda".

A dupla Alckmin-Kassab não usou a Tortura da Roda de Torquemada, mas a Rota e o comando-geral da Polícia Militar (PM). A PM foi incumbida de prender traficantes-varejistas da Cracolândia. Isso para acabar de imediato com a oferta e provocar, nos dependentes, crises de abstinência. Governador e prefeito imaginaram que os dependentes químicos fossem, pela dor, correr em busca de ajuda médica. Detalhe: não havia adequada oferta de assistência médica aos viciados.

**O tendão da Rua Prates**, ao custo de 8 milhões de reais, não está pronto. Idem quanto às Assistências Médicas Ambulatoriais (AMAs) e os Centros de Apoio Psicossocial (CAPS) para dependentes de álcool e drogas). Só depois do quarto dia de atuação violenta da PM, Alckmin destinou 286 leitos para os dependentes da Cracolândia. E o seu secretário prometeu, em futuro próximo, vagas em 33 instituições no interior de São Paulo. O sucesso quanto aos programas de recuperação e a reinserção dessa "terceirização" para comunidades terapêuticas são desconhecidos.

Diante do localizado problema de saúde pública e de exclusão social, a dupla Alckmin-Kassab partiu, com a tropa da PM, para uma "limpeza de área". Não faltaram bombas de efeito moral, tiros de borracha e golpes de cassetete. Uma bala de borracha disparada com fim punitivo lesionou a boca de uma toxicômana menor de idade que se recusava a deixar a rua. Quanto à rede de abastecimento a distância da Cracolândia nada se investigou.

Uma lembrança. Nas discotecas exploradas empresarialmente na capital de São Paulo, as drogas sintéticas ilícitas são abundantemente fornecidas por redes operadas a distância por traficantes que nunca são incomodados pelas polícias de Alckmin. Talvez sejam as mesmas redes da Cracolândia, só que para lá enviam a mais barata e poluída das drogas.

Uma análise comparativa entre os dependentes da Cracolândia



A dupla Alckmin-Kassab usou a PM para "limpar" a Cracolândia, sem oferecer ajuda médica e social

e os usuários das discotecas exploradas comercialmente revela comportamentos diversos. Na Cracolândia, o consumo é para escape, fuga do abandono e da desestruturação. Nas discotecas, usa-se a droga como participação, tendência.

Na ânsia de virar o Capitão Nascimento dos paulistas, Alckmin não percebe distinções fundamentais. Pela legislação, as polícias devem fazer prevenção à oferta e à repressão ao tráfico. As duas polícias, no entanto, se metem em escolas para realizar inadequada prevenção ao consumo, tudo a tomar lugar de educadores e operadores da área sanitária.

Para apressar a "limpeza", o usuário da Cracolândia na posse de 1 grama de crack virou traficante. Alckmin chancela uma presunção contra miseráveis e a sua Polícia Judiciária, a contra-

riar a jurisprudência dos tribunais, lavra autos de prisões em flagrante. No popular, "cana" para quem demora a desocupar a Cracolândia. Um cordão sanitário foi criado na operação da Cracolândia para evitar a migração de dependentes para os bairros do Bom Retiro e de Higienópolis. O cordão emprega 150 policiais e conta com aporte de cães, helicópteros e viaturas da Rota.

Diante dessa opção de Alckmin-Kassab por Torquemada, recordo uma conversa que tive com o humanista Luigi Ciotti. Ele é respeitado em toda a Europa pelo exemplar e exitoso trabalho realizado no Gruppo Abele, de acolhimento, tratamento e reinserção de dependentes. Don Ciotti, educador por formação salesiana, preocupa-se também com a repressão ao narcotráfico. Nesse campo, Ciotti preside a maior rede europeia antimáfias da sociedade civil, ou seja, a Libera - Associazioni nomi e numeri contro le mafie: são 1,3 mil organizações filiadas.

Desde 1965, Ciotti luta para "dar voz a quem não tem voz" e prefere a rua (*strada*) à sacristia. Tanto isso é verdade que Ciotti foi pioneiro na criação de uma Università della Strada, que forma educadores sociais e agentes de saúde pública. Aproxima-se dos dependentes "sem desmoralizar, demonizar e assustar".

**Pano rápido.** Ciotti, de vitoriosa greve de fome em 1975 para mudar a legislação que criminalizava e marginalizava o dependente químico, dá um alerta fundamental: "O dependente químico é um ser humano que não consegue encontrar um sentido para a sua vida. É aquele que se sente isolado, é frágil na relação consigo próprio e com os outros". ●

# CONJUR

## Juiz manda internar adolescente viciada em drogas

20 JAN 2012

Com base no artigo 9º da Lei 10.216/01, que prevê a internação, quando a doença for semelhante a transtorno mental, o juiz Éder Jorge, da comarca de Trindade (GO), concedeu pedido de internação compulsória de uma adolescente usuária de drogas, solicitado pelo Ministério Público de Goiás. A adolescente será submetida a tratamento de reabilitação para dependentes químicos.

De acordo com o dispositivo, "a internação compulsória é determinada, de acordo com a legislação vigente, pelo Juiz competente, que levará em conta as condições de segurança do estabelecimento, quanto à salvaguarda do paciente, dos demais internados e funcionários".

Segundo os autos, a menor é dependente de substâncias químicas, como maconha, merla e crack. Devido ao uso de drogas, a jovem, que é mãe de uma criança de aproximadamente um ano, apresenta transtornos mentais e comportamento agressivo e perigoso, representando ameaça para os familiares. A mãe da moça acionou o MP-GO porque os recursos extra-hospitalares não foram suficientes para recuperar a saúde mental e física da garota.

Para o juiz, o pedido evidenciou o estado desesperador da mãe da menor. Ele afirma que a menina está fora de controle emocional, agride a mãe e furta objetos. "É cediço que o dependente químico em drogas ilícitas necessita de efetivo tratamento, pois sua situação em tudo se assemelha a doença grave, com riscos concretos à sua saúde e de outras pessoas", afirmou. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TJ-GO.*

# CONJUR

## TJ-MT condena banco por apreender veículo de terceiro

20 JAN 2012

O Banco Dibens S.A. foi condenado a pagar indenização por danos morais por apreender veículo financiado e vendido para terceiro. A decisão é da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Mato Grosso que entendeu ser o banco culpado por não preocupar em anotar o contrato de financiamento com garantia fiduciária no certificado de registro e averbar na repartição competente para o licenciamento, o que permitiu que terceiro comprasse o veículo sem saber que havia restrição. O TJ-MT aumentou o valor de R\$ 7 mil para R\$ 15 mil.

O banco alegou na ação que estaria na mesma situação da vítima, autor da ação, por isso não poderia ser responsabilizado pela indenização por dano moral. A instituição entrou com ação de busca e apreensão diante do contrato de financiamento do veículo. Com o mandado, o oficial de Justiça encontrou o veículo com terceiro, que apresentou toda documentação em seu nome, sem qualquer restrição. No entanto, a ordem foi cumprida. O terceiro entrou com embargos contra o banco, vinculando a ação de busca e apreensão. E mais: moveu ação de indenização por dano moral contra a instituição financeira.

Em primeira Instância, o banco foi condenado pela 3ª Vara Cível da Comarca de Sinop (MT) a indenizar o comprador do veículo. Banco e autor da ação recorreram ao TJ. O banco alegou que o valor arbitrado para indenização seria desproporcional ao suposto dano. A vítima apresentou recurso adesivo, pedindo pelo aumento do valor da condenação e dos honorários advocatícios.

O relator do recurso, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, disse que o episódio danoso só ocorreu devido a ato ilícito cometido pelo banco. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TJ-MT.*

**Apelação 74.104/2011**

# CONJUR

## CNJ acompanha inspeção em presídio do após denúncias

### 20 JAN 2012

O Conselho Nacional de Justiça acompanhou, nesta sexta-feira (20/1), uma inspeção realizada pelo Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília. A supervisora do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Medidas Socioeducativas, Aline Ribeiro de Mendonça, participou da inspeção ao lado de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, Defensoria Pública, Câmara Legislativa e Vigilância Sanitária.

O objetivo da inspeção é apurar as denúncias de maus-tratos a detentos. Outras inspeções foram realizadas no sábado (14/1) e na quarta-feira (18/1), quando foram encontradas manchas de sangue em paredes e internos machucados. Os detentos foram encaminhados para exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal.

A administração do presídio, segundo o Conselho Distrital, afastou os agentes penitenciários acusados das agressões do contato direto com os detentos. Os agentes devem prestar esclarecimentos sobre as denúncias. O resultado da perícia ainda não está concluído. Após a apuração, o Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos encaminhará um relatório à Secretaria de Segurança do DF. *Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.*